

**ACTA DA QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA
DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BRAGANÇA**

REALIZADA EM 28 DE JUNHO DO ANO 2010

NO

AUDITÓRIO «PAULO QUINTELA»

DE

BRAGANÇA

SIGLAS

AM	Assembleia Municipal
CDU	Coligação Democrática Unitária
CMB	Câmara Municipal de Bragança
CDS/PP	Centro Democrático Social/Partido Popular
ETAR	Estação de Tratamento de Água e Resíduos
ISLA	Instituto Superior de Línguas e Administração
PEC	Programa de Estabilidade e Crescimento
PDM	Plano Director Municipal
PS	Partido Socialista
PSD	Partido Social Democrata
QREN	Quadro de Referência Estratégico Nacional

----- **Quarta Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Bragança, realizada em 28 de Junho de 2010, no Auditório «Paulo Quintela» de Bragança.**

SUMÁRIO	Pág.
DIVERSOS: Presenças e faltas.....	258
Membros que pediram substituição.....	7
Membros convocados.....	8
Instalações	8
Pedido de Renúncia.....	9
II – MOÇÕES:	
1 – Apoio regional com estratégia nacional.	19
2 – Agrupamento Vertical de Izeda – Bragança.	31
3 – Medidas contidas no Orçamento de Estado para 2010 e no PEC 2010/2013.	76
III – MOÇÃO/RECOMENDAÇÃO – Contra corte do PEC.....	23
QUORUM- Quarta Sessão Ordinária – 28 de Junho de 2010.....	7,82
INTERVALO PARA ALMOÇO.....	82

ORDEM DE TRABALHOS	Pág.
1 -ACTAS – Leitura, discussão e votação da acta da Segunda Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Bragança/ Quadriénio 2009/2013, realizada em 19 de Março de 2010.....	9

2 - PÚBLICO - Período de intervenção.....	14
3 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:	17
4 – PERÍODO DA ORDEM DO DIA:	43
4.1 – Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre o Estado e Vida do Município.	43
4.2 - Discussão e deliberação sobre as seguintes propostas da Câmara Municipal de Bragança:	97
4.2.1 - Aquisição de serviços de tratamento e manutenção de espaços verdes – concurso público com publicidade internacional.....	97
4.2.2- Aquisição de serviços de segurança e vigilância nas instalações municipais para o ano de 2011 – concurso público com publicidade internacional.....	175
4.2.3- Aquisição de serviços para fornecimento de refeições para o ano lectivo 2010/2011 – concurso público com publicidade internacional.....	204
4.2.4- Adesão à associação “amigos de Pedro e Inês.....	244

INTERVENÇÕES

Nome	Página (s)
Alcídio Castanheira	32
António Morais	16,79,80,97,
Bruno Veloso	93
Domingos Seca	35,93
Egídio Frias	22
Fernanda Rodrigues (Público)	14
Filipe Caldas	34
João Ortega	9
Joaquim Queirós	88,171
Jorge Novo	28,91
José Lourenço	36,37
José Moreno	17
Luís Vale	23,26,37,

Maria Morgado	41
Maria Pires	31,87,
Maria Renovato	85
Paulo João	19
Presidente da Câmara	15,17,54,83
Vice Presidente	95,171,203,243,256
Presidente da Mesa	9,10,14,15,16,17,19,21,22,23,24,25,26,27,28,31,33,34,35,36,37,38,39,40,41,42,43,54,72,74,75,76,78,79,81,82,83,84,87,88,91,93,95,96,97,171,174,175,203,204,243,244,256,257,258
Victor Pereira	21

PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO

Nome	Página (s)
António Morais	76
Bruno Veloso	25,74,
Egídio Frias	257
José Fernandes	27,83
Luís Filipe	72,79
Luís Vale	82
Normando Lima	75
Paulo João	78
Presidente da Mesa	43

DECLARAÇÕES DE VOTO

Nome	Página (s)
Alcídio Castanheira	40
António Morais	22,39,175
Bruno Veloso	26
Domingos Seca	40
Egídio Frias	41,243
Isabel Lopes	27
Luis Fernandes	38

----- Aos **vinte e oito dias do mês de Junho, do ano de dois mil e dez**, realizou-se no Auditório “Paulo Quintela” de Bragança, a **Quarta Sessão Ordinária** da Assembleia Municipal, tendo o seu início às nove horas e trinta minutos e fim cerca das dezoito horas, na qual participaram **oitenta e oito membros**, dos noventa e nove que a constituem, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

1- ACTAS: Leitura, discussão e votação da acta da Segunda Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Bragança/ Quadriénio 2009/2013, realizada em 19 de Março de 2010.....

2- PÚBLICO – Período de Intervenção.....

3 – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.

4 – PERÍODO DA ORDEM DO DIA:.....

4.1 – Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre o Estado e Vida do Município.

4.2 - Discussão e deliberação sobre as seguintes propostas da Câmara Municipal de Bragança:

4.2.1 - Aquisição de serviços de tratamento e manutenção de espaços verdes – concurso público com publicidade internacional.

4.2.2- Aquisição de serviços de segurança e vigilância nas instalações municipais para o ano de 2011 – concurso público com publicidade internacional.

4.2.3- Aquisição de serviços para fornecimento de refeições para o ano lectivo 2010/2011 – concurso público com publicidade internacional.

4.2.4- Adesão à associação “amigos de Pedro e Inês”.....

QUORUM - Verificada a existência de quórum deu-se início aos trabalhos cerca das nove horas e trinta minutos e foram presentes:

I - ASSEMBLEIA MUNICIPAL.....

MANDATOS – MEMBROS.....

JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS:

PSD: Carlos José Cadavez - António Eduardo Fernandes Malhão - Nuno Machado Reis – Cândido Vaz Alves - Élia de Fátima Moreira Ferreira Cordeiro - Acúrcio Álvaro Pereira – Vânia Alexandra da Silva Rodrigues

PS: Fernando Carlos da Silva Paula

CDS -PP: Ana Cláudia Veloso Guedes de Almeida

CDU: José António Saraiva Brinquete – Lídio Alberto Correia – José Manuel Correia dos Santos Ferreira de Castro.....

Presidentes de Junta: Junta de Freguesia da Sé - Paulo Jorge Almendra Xavier – **Junta de Freguesia de Espinhosela** - Telmo Ramiro Frade Afonso

MEMBROS SUPLENTE CONVOCADOS:.....

PSD: Armando José Pereira - António Nuno Neves Esteves – Mário Francisco Gomes - Bruno José Gonçalves Miranda - António Manuel Pereira

PS: Maria Celina Silva Paula

CDS/PP: Egídio José Coutinho Frias

CDU: António Alberto Vaz Pereira Morais

INSTALAÇÃO:

- **Armando José Pereira** – Eleito pela Lista do Partido Social Democrata, nascido em 18/01/1959, filho de António de Jesus Pereira e de Etelvina dos Santos, natural de Macedo de Cavaleiros, Município de Macedo de Cavaleiros, e residente na Freguesia da Sé, Município de Bragança, portador de: Bilhete de Identidade n.º3858598, emitido em 12/11/2003, em Bragança; cartão de contribuinte n.º148979246 e cartão de eleitor n.º4501 da Comissão Recenseadora da Freguesia de Sé.

- **Mário Francisco Gomes** – Eleito pela Lista do Partido Social Democrata, nascida em 17/02/1963, filho de Marcelino António Gomes e de Maria Augusta Fernandes, natural da Freguesia de Aveleda e residente na Freguesia da Sé, ambas do Município de Bragança, portador de: Bilhete de Identidade n.º 6255466, emitido em 01/10/2003, em Bragança; cartão de contribuinte n.º5906375 e cartão de contribuinte n.º 175389926

- **António Nuno Neves Pires** - Eleito pela Lista do Partido Social Democrata, nascido a 08/05/1950, filho de António Maria Pires e de Otília do Nascimento Neves, natural da Freguesia de Macedo do Mato, residente na Freguesia de da Sé, ambas do Município de Bragança, portador de: Bilhete de Identidade n.º 3601703, emitido em 20/07/2001, em Bragança; cartão de contribuinte n.º137040024 e cartão de eleitor n.º15 973 da Comissão Recenseadora da Freguesia de Sé.

- **Egídio José Coutinho Frias** - Eleito pela Lista do Centro Democrático Social/ Partido Popular, nascido a 01/08/1980, filho de Abílio António Frias e de Mércia de Jesus Silva Coutinho Frias,

residente na Freguesia de da Sé, Município de Bragança, portador de: Cartão de Cidadão n.º 03794381 8ZZS, contribuinte n.º188404590.....

- **João David Condado Pires – Representante legal do Presidente da Junta de Freguesia de Espinhosela** -Eleito pela Lista do Partido Social Democrata, nascido a 02/117/1969, filho de Francisco António Pires e de Zaida Balbina Condado, portador do Cartão de Cidadão n.º 09137946 6ZZ9, contribuinte n.º198763611.

PEDIDOS DE RENÚNCIA:

CDU: Idalina Augusta Carlão

----- **Presidente da Mesa** - Bom dia a todos, peço aos senhores deputados que tomem os seus lugares, para iniciarmos os trabalhos. E peço também aos senhores deputados o favor de deixarem as duas últimas filas, livres, para o público e comunicação social. Muito obrigado, agradeço.

----- Temos quórum, vamos pois iniciar os trabalhos. Entretanto a Mesa, hoje, regista a falta do Primeiro Secretário, por motivos pessoais, de modo que a Mesa vai indicar um deputado para preencher a Mesa, e eu queria aproveitar a oportunidade para convidar o deputado Baltazar para tomar lugar aqui na Mesa como Secretário.

----- Muito bem, vamos iniciar, vejo que ainda há alguns presidentes de junta de pé, deputados também estão de pé, façam o favor de tomar os vossos lugares.

PONTO 1 - ACTAS– Foi presente e posta a discussão a **acta da Terceira Sessão Ordinária, realizada em 19 de Março de 2010**

Dispensando-se a sua leitura - número um do artigo 92º. da Lei número 169/99, de 18 de Setembro - em virtude de previamente terem sido distribuídas pelos membros.-----

----- **Presidente da Mesa** - Alguém tem alguma consideração a fazer sobre a acta? Registamos uma intervenção sobre esta matéria. Mais alguma correcção que queiram fazer, senhores deputados? Deputado Ortega faça o favor.

----- **João Ortega** – Bom dia a todos, Sr. Presidente da Assembleia, Sr. Presidente de Câmara, Caríssimos colegas. São pequenas correcções que eu trago assinaladas a vermelho, uma letra que está trocada, a falta de letra, por isso que eu propunha entregar esta correcção na minha intervenção, dessa Assembleia, e ficará tudo resolvido porque, não é nada. Obrigado.....

----- **Presidente da Mesa** – Registamos então a preocupação do senhor deputado, há aqui pequenas, estamos a verificar, há aqui pequenas correcções que são propostas, de pontuação,

mas nada de substancial que mude o sentido da intervenção, pelo que posso dar um exemplo, na pagina sessenta, na penúltima linha, onde diz “expressa, a construir, e é expressa, a contribuir”. Depois apenas no amanhã, numa décima linha, anterior, está amanhã sem a correcção. Na pagina sessenta e um, a contar do fim 1,2,3,4,5,6,na linha décima terceira diz “sé” o “sé” está mal, é “se é”, são pequenas correcções que de facto não mudam o sentido da intervenção do senhor deputado. Tirando esta indicação para correcção da acta que a Mesa regista e vai proceder à sua correcção, pomos a discussão esta acta.

----- **Após análise e discussão foi a mesma Acta submetida a votação, tendo sido aprovada, por maioria qualificada, com zero votos contra, nove abstenções e sessenta votos a favor, estando momentaneamente sessenta e nove membros presentes.**

----- **Presidente da Mesa** - Declarações de voto? Não há declarações de voto.

----- Na correspondência. Há muita correspondência. Ela é extensa, eu teria que vos cansar, lendo rapidamente alguns aspectos fundamentais da correspondência que deu entrada, e também a que foi emitida.....

RELAÇÃO CRONOLÓGICA DE DOCUMENTAÇÃO ENTRADA NOS SERVIÇOS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL A PARTIR DE 30 de Abril DE 2010

Entrada		
Data	Remetente	Assunto
30.04.2010	Associação 25 de Abril	Comemorações Centenário República
30.04.2010	Grupo Parlamentar do PCP	Uso pedonal Ponte Rio ferverça (Refer)
30.04.2010	Grupo Parlamentar do PCP	Gestão do Museu Abade de Baçal
30.04.2010	Grupo Parlamentar do PCP	Pólo da escola Nacional de Bombeiros em Bragança
30.04.2010	Ministério da Cultura	Museu Abade de Baçal- Gestão de Museus
30.04.2010	António Joaquim Domingues	Certidão da deliberação do ponto 4.5.2 da ordem de trabalhos da sessão de 30 de Abril
30.04.2010	António Joaquim Domingues	Certidão do ponto 4.5.2 da ordem de trabalhos da Sessão de 30 de Abril
03.05.2010	Coordenador Grupo Trabalho Comemorações C. República	Convite ao Dr. Manuel Loff
03.05.2010	Coordenador Grupo Trabalho Comemorações C. República	Convite a Dr. Paulo Ferreira da Cunha
05.05.2010	Fundação Mário Soares	Comemorações Centenário República
11.05.2010	Câmara Municipal de Bragança	Estrada Nacional n.º 217-Bragança e IP2-Bragança/Puebla de Sanábria
17.05.2010	ANMP	Convite ao PNAM –Homenagem ao Poder Local

20.05.2010	Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias	Moção - Escola nacional de Bombeiros
21.05.2010	Câmara Municipal de Bragança	Projecto de Construção do Parque Eólico da Serra de Nogueira
21.05.2010	Câmara Municipal de Bragança	Assinatura de Convénio de Geminação e Protocolo de Cooperação com a Câmara Distrital de Água Grande – República Democrática de S. Tomé e Príncipe
02-06-2010	Bombeiros Voluntários de Bragança	Convite – ao P.M.A.M, para o Aniversário da corporação
02-05-2010	Presidente de Junta da Paradinha Nova	Justificação da falta, na sessão A.M do dia 30 de Abril de 2010.
28.05.2010	Comunidade Intermunicipal de Trás-os-Montes	Relatório de Gestão e Contas de 2009
02.06.2010	Domingos António Seca	Justificação de falta
04-06-2010	ANMP	Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC)
06-06-2010	Grupo Parlamentar do CDS-PP	Acusa, a recepção em defesa do serviço público dos Correios.
08-06-2010	Nuno Machado Reis	Comemorações do dia mundial da criança.
08-06-2010	Chefe de Gabinete do Primeiro-Ministro (Guilherme Dray)	Acusa a recepção da carta enviada sobre a Moção de Apoio ao Comercio Local, e às Micro e Pequenas Empresas.
08-06-2010	Grupo Parlamentar do PSD	Acusa a recepção da Moção em Defesa do Serviço Publico de Correios.
08.06.2010	Câmara Municipal de Bragança	Organização dos estudos do Ensino Básico na Cidade de Bragança
08-06-2010	Casa de Trabalho Dr. Oliveira Salazar	Convite para a festa de Santo António a realizar dia 13 de Junho.
11.06.2010	Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações	Moção – Estrada Nacional n.º 217 – Troço do Penacal
11.06.2010	Coordenador Grupo Trabalho Comemorações C. República	Comemorações C. República
11.06.2010	Assembleia Distrital de Bragança	Convocatória para a 2.ª sessão ordinária da AD
11-06-2010	Grupo Parlamentar do PCP	Resposta sobre o pólo da escola nacional de Bombeiros em Bragança. Grupo Parlamentar do PCP
11-06-2010	Grupo municipal do PSD	Encerramento de escolas com menos de 21 alunos
15-06-2010	Associação nacional de Municípios	Boletim n° 191 da Associação nacional de Municípios
15-06-2010	Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações	Acusa a recepção da Moção Em defesa do Serviço Publico de Correios
16-06-2010	Grupo Parlamentar os Verdes	Acusa a recepção da Moção Em defesa do Serviço Publico de Correios
17-06-2010	Grupo Parlamentar do PSD	Acusa a recepção “Portaria n° 138-A/2010,de 4 Março”
17-06-2010	Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações	Acusa a recepção da Moção Em defesa do Serviço Publico de Correios

17-06-2010	Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações	Vem dar a conhecer o senhor Secretário de Estado, que vai aprofundar a questão da Moção EN217- Troço do Penaca.I
17-06-2010	AM. Augusto Moreno -D.R.de Educação do Norte	Apresentação de esclarecimento em relação ao assunto, Organização das escolas do Ensino Básico da Cidade de Bragança.
21-06-2010	Casa civil do Presidente da Republica	Acusa a recepção do envio das moções da sessão ordinária de 30 de Abril.
21-06-2010	Grupo Parlamentar do CDS-PP	Acusa a recepção do nosso ofício N° 99 . O grupo Parlamentar do CDS-PP remeteu o nosso ofício aos seus deputados para agir no âmbito das suas funções de forma como se tivessem sido eleitos pelo círculo de Bragança.
21-06-2010	Grupo Parlamentar do PCP	O injusto aumento dos preços nos transportes públicos.
21-06-2010	Grupo Municipal do PSD Bragança	Vem pedir marcação para uma reunião com o Director executivo do Agrupamento de centro de Saúde do Nordeste.
21-06-2010	Grupo Municipal do PSD Bragança	
		Vem pedir marcação para uma reunião com o Director executivo do Agrupamento de Centro de Saúde do Nordeste.
21-06-2010	José António Brinquete (CDU)	Vem por este meio comunicar a sua substituição na sessão de 28 de Junho
21-06-2010	Lídio Alberto Correia (CDU)	Vem pelo meio pedir a substituição da sessão de 28 de Junho
21-06-2010	Idalina Augusta Carlão (CDU)	Vem pelo meio comunicar que renuncia ao mandado na Assembleia Municipal de Bragança
21-06-2010	José Manuel Correia Santos Ferreira astro (CDU)	Vem pelo meio pedir a sua substituição na sessão de 28 de Junho
22-06-2010	Presidente da Câmara Municipal Bragança	Envia para Conhecimento o assunto enviado ao senhor secretário de Estado Dr. João Trocado Da Mata “Reordenamento da rede Escolar”
23-06-2010	Nuno Machado Reis Grupo “Municipal do PSD”	Nuno Machado Reis, vem pelo meio pedir a substituição na sessão da Assembleia Municipal de 28 de Junho.
23-06-2010	Fernando Carlos Paula “Grupo do PS”	Vem pelo meio pedir a substituição na sessão de 28 de Junho.
23-06-2010	Presidente da Câmara de Mogadouro	Acusa a recepção da Moção em defesa do Serviço Público dos Correios, sendo que para o efeito na reunião de 08 de Junho deliberou por unanimidade apoiar a moção.

RELAÇÃO CRONOLÓGICA DE DOCUMENTAÇÃO ENVIADA A PARTIR DE 27 DE ABRIL DE 2010

Entrada		
Data	Destinatário	Assunto
27.04.2010	Líderes dos Grupos Municipais	Impactos negativos do arrastamento, deposição de sedimentos na sub-bacia da ribeira da Avelada/Baçal
28.04.2010	Líderes dos Grupos Municipais da AM	Relatório e Contas 2009 da PENOG, S.A
03.05.2010	DR. Manuel Loff	Comemorações Centenário da República
03.05.2010	Dr. Paulo Ferreira da Cunha	Comemorações Centenário da República
05.05.2010	Comunicação Social	Comemorações Centenário da República
05.05.2010	Câmara Municipal de Bragança	Comemorações Centenário da República
10.05.2010	Câmara Municipal de Bragança	Eleição dos representantes da AM em Vários órgãos
12.05.2010	Dr. Gaspar Martins Pereira	Convite – Comemorações Centenário da República
20.05.2010	Câmara Municipal de Bragança	Senhas de Presença –Campanha de Solidariedade com a Madeira
20.05.2010	Câmara Municipal de Bragança	Senhas de Presença
21.05.2010	Câmara Municipal de Bragança	Boletins Itinerários
24.05.2010	Representantes dos Grupos Municipais	Da conhecimento da documentação relevante entrada nos Serviços
24.05.2010	Srs. Ministros: Primeiro Ministro; Ministro da Economia e da Inovação; Ministro do estados e das Finanças e Presidente da República	Moção – Apoio ao Comércio local e às Micro Empresas
24.05.2010	Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações	Moção – Estrada Nacional n.º 217 – Troço do Penacal
24.05.2010	Senhor Governador Civil	Moção – Estrada Nacional n.º 217 – Troço do Penacal
24.05.2010	Presidente da República; Ministro do Ambiente, do Ordenamento de Território e do Desenvolvimento Regional; Grupos Parlamentares e Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade	Portaria n.º 138-A/2010 de 4 de Março
24.05.2010	Presidente da República; Presidente da Assembleia da república; Ministro da Economia e da Inovação; Ministro do Trabalho e das Solidariedade Social; Governador Civil do Distrito de Bragança; Grupos Parlamentares; Presidentes das Câmaras Municipais do Distrito de Bragança e Comunicação Social regional	Moção – Em defesa do serviço público de correios
26.05.2010	Comunicação Social	Comemorações Centenário da

		República
27.05.2010	Presidente da Câmara Municipal de Bragança	Comemorações Centenário República
27.05.2010	Dr. Carlos Vasconcelos	Comemorações Centenário República
28.05.2010	Representantes dos Grupos Municipais	Projecto de Construção do Parque eólico da Serra de Nogueira
28.05.2010	Presidente da Câmara Municipal de Bragança	Assinatura de convénio de Geminação e Protocolo de cooperação com a Câmara Distrital de Água Grande-República Democrática de S. Tomé e Príncipe
08-06-2010	Presidente da CMB	Comemorações do dia mundial da criança.
09.06.2010	Paulo Jorge A. Xavier	Organização dos Estudos do Ensino Básico na Cidade de Bragança
11.06.2010	Líderes Municipais	Relatório de Gestão e Contas de 2009 da Comunidade Intermunicipal de Trás-os-Montes(CIM)
11-06-2010	Presidente da CMB	Encerramento de escolas com menos de 21 alunos
11.06.2010	Domingos António Seca	Justificação de falta
16-06-2010	Presidente da CMB	Parecer jurídico da A.M. Comemorativa do 25 de Abril

----- **Presidente da Mesa** - Está lida a correspondência, sempre é um bocado extenso. Passamos ao

PONTO 2 – PÚBLICO – Período de Intervenção.....

----- Vamos agora pedir ao público que está presente, se há alguém que se pretende inscrever. A Mesa regista já uma inscrição, não regista nenhuma outra inscrição, pelo que dá e confere a palavra, à senhora Fernanda da Conceição Fernandes Rodrigues, para vir aqui ao microfone para expor a questão que a trás aqui a esta Assembleia Municipal.

----- **Fernanda Rodrigues** – Muito bom dia Sr. Presidente da A.M de Bragança e a todo o Auditório. Chamo-me Fernanda da Conceição Fernandes Rodrigues, moradora no Bairro São de Brito, Rua José Leite de Vasconcelos, Nº 47 em Bragança. Venho colocar, a esta Assembleia, um problema que me estou a deparar, na esperança que vossas excelências me possam ajudar e que é o seguinte: Mesmo junto à minha habitação começou por alguns anos a construir um muro, um vizinho, que mais tarde começou e neste momento colocou uma placa sobre a minha casa, que me retirou totalmente a luz de alguns compartimentos da casa e não conformado com isso, ainda tapou as minhas janelas com madeira. Sou uma pessoa doente e asmática que me encontro privada de ar e de luz, isolada na minha própria casa e não tenho condição de habitabilidade.

----- Informei o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Bragança, assim como a PSP e o Delegado de Saúde, sobre esta ocorrência e até à data não obtive qualquer resposta.

----- A obra está a ser construída num logradouro do prédio, onde também apanhou terreno da rua Gil Vicente. A construção é ilegal, ao que julgo saber o Sr. Presidente da Câmara bem como o Departamento de Urbanização, já tem conhecimento, embora a obra continue.

----- Como sabemos não é permitido e até é crime, a existência de obras ilegais, sem projecto e sem alvará devidamente aprovados.....

----- Eu gostava que o Sr. Presidente da Assembleia Municipal me informa-se o que devo fazer, para mais tarde não nos confrontarmos perante acto consumado, isto é uma construção ilegal que não respeita as norma estabelecidas pelo Município, e pelas legislação em vigor, e que viola a privacidade e os direitos de terceiros.....

----- Sem mais outro assunto, de momento, agradeço o tempo disponibilizado e gostaria de obter uma resposta para o meu problema. Muito bom dia.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado pela sua intervenção.....

----- Quero lembrar aos senhores deputados antes de passarmos ao assunto seguinte porque estive a ler sobre a documentação que dá entrada nestes serviços e temos sempre o habito de fazer esta leitura corrida, antes, logo após a votação da acta, mas eu quero dizer isto e é relevante o que eu vou dizer e prende-se exactamente também com uma questão que foi levantada aqui aquando da discussão do PDM, da aprovação da primeira revisão ao PDM, que sempre, sem excepção, os serviços de apoio da AM enviam para os líderes dos grupos Municipais, a relação, uma tabela de suporte com a descrição de toda a documentação relevante entrada nos serviços desta AM. Este facto é relevante e para que os senhores deputados também tomem conhecimento de que, toda a documentação que dá entrada nos serviços, de toda a documentação que dá entrada os serviços da AM remetem conhecimento para os líderes dos grupos Municipais.

----- Muito obrigado, penso que a sua comunicação, vinda do público, vai ser levada, tendo em linha de conta, com devido cuidado, pela CMB.....

----- Há um pedido de esclarecimento por parte do Sr. Presidente da Câmara, Sr. Presidente faça o favor.

----- **Presidente da Câmara** – Bom dia Sr. Presidente da AM, senhores Secretários, senhores Presidentes de Junta, senhores Deputados Municipais, Público, Comunicação Social.....

----- A questão levantada pela D. Fernanda Conceição, do Bairro São João de Brito, não é uma situação desconhecida da Câmara, tem vários anos, já passou pelo Ministério Público, o processo persiste, há situações que ultrapassam a capacidade de decisão da autarquia, que se colocam num âmbito da decisão jurídica. Os serviços conhecem o processo, trataram-no legalmente da forma adequada, tanto sob o ponto de vista urbanístico, como de implantação, ou seja de verificação relativa à não ocupação de espaço público.

----- Refiro pois, conhecer o processo, por informação dos serviços e do consultor jurídico do município, tendo já proferido alguns despachos relativos ao processo em causa.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado Sr. Presidente.....

----- Doutor Morais, faça o favor, tem a palavra.

----- **António Morais** – Antes de mais, bom dia a todos. Hoje cabe-me a mim representar a CDU e é nessa qualidade que estou aqui com todo o prazer. Cumprimento o Sr. Presidente da Assembleia, o Sr. Presidente da Câmara, os restantes membros do Executivo e vocês todos.....

----- Bom, em relação a esta questão que eu reputo, de facto extremamente importante, na medida em que este órgão é não só para debater questões veiculadas e vinculadas pelos respectivos membros, mas aberto a toda a comunidade, portanto estamos perante um acto de facto extremamente importante que é a intervenção do público, pena é que não haja mais casos que venham aqui porque fazem parte e não devemos ter medo disso, fazem parte da nossa vida colectiva, não é? E portanto havendo problemas, devem ser debatidos e devem ser digamos dirimidos e sobretudo deve procurar-se solução.

----- É nessa linha de pensamento, creio que a intervenção do Sr. Presidente da Câmara é, digamos, vaga, é evidente que a mim escapam-me várias questões, mas eu creio que devíamos ser mais rigorosos nas resposta a dar à questão, e coloco logo esta, é ou não reconhecido pela Câmara Municipal a ilegalidade das obras que são focadas ali? Primeiro questão.

----- Segundo: Se o Ministério Publico está envolvido, por “mando” de quem? Ou seja, por iniciativa de quem? A Câmara Municipal entendeu que, sendo obra ilegal, merecia intervenção do Ministério Público, é outra interrogação que se coloca, não é? E portanto acho que as respostas devem ser, tanto quanto possível, mais precisas e mais operativas. Obrigado pela atenção.

----- **Presidente da Mesa** – Muito Obrigado.....

----- Não sei se o Sr. Presidente quer fazer um esclarecimento adicional. Agradecemos, sim Senhor, muito bem Sr. Presidente.

----- **Presidente da Câmara** – Como referi na última Assembleia, as questões de natureza técnica e jurídica são previamente avaliadas pelos serviços e consultores externos quando necessário, no sentido de assegurar que os processos são preparados para decisão nas melhores condições. Assim, neste espaço, o debate e avaliação e prioritariamente de âmbito político.....

----- Como informação adicional, refiro que entre o consultor jurídico do município, Dr. Agostinho Ribeiro e o advogado da D. Fernanda da Conceição, no sentido de encontrar forma de em acção junto do tribunal ser clarificada a situação. Estando o processo a ser tratado desta forma, temos de usar de prudência para que em cada momento seja assegurada a regularidade. O município é uma Instituição aberta, na qual os seus trabalhadores e eleitos acolhem as preocupações e pretensões, não podendo assegurar resolução plena por limitação de competência legal ou de recursos.....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado Sr. Presidente, passamos então para o

PONTO 3 – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.

----- A Mesa solicita aos senhores deputados que queiram fazer intervenção neste período antes da ordem do dia, que se inscrevam. Registamos alguns pedidos de intervenção.

----- Penso que registámos todos os pedidos. Se entretanto a Mesa tiver esquecido alguém, façam o favor, depois, de dentro do cumprimento dos tempos que cada grupo tem, façam o favor de lembrar à Mesa se houve algum esquecimento de registo da nossa parte.

----- Tem a palavra Sr. Deputado José Moreno.

----- **José Moreno** – Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Srs. membros da Mesa, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores aqui presentes, Excelentíssima Assembleia. Peço, desde já, desculpa por alguma incorrecção da minha parte, como sabem sou muito tímido e quando falo perante esta ilustre assembleia eu posso-me enganar.

----- Hoje, o assunto que aqui me trás e por dever de profissão é de saúde. E para falar disso vou fazer uma pequena retrospectiva do que foi a saúde desde o vinte e cinco de Abril.

----- Como toda a gente sabe, o Serviço Nacional de saúde foi criado pelo Dr. Arnault, e muito bem, no tempo do Governo do Dr. Mário Soares, e o Serviço Nacional de Saúde, na altura, tinha por base, as administrações regionais de saúde que eram distritais, e como tal, nas distritais iam directamente ao Ministério, à Secretaria de Estado, resolver as situações. E eu, realmente, tenho bastantes saudades desse tempo porque nesse tempo nós conseguíamos resolver os problemas atempadamente, o que não acontece agora. E não acontece porquê?

Porque um Ministro que por acaso é meu companheiro de partido, o Valente Oliveira, resolveu criar as grandes regiões. E as grandes regiões começaram por ser um crivo e começaram por ser o fulcro do esvaziamento do Interior. Portanto as ARSs Distritais passaram a Sub-Regiões que teriam de comunicar, em primeiro lugar, com a ARSN, no nosso caso, e aí começaram as dificuldades.

----- A seguir às Sub Regiões de Saúde foram criados os actuais Agrupamentos de Centros de Saúde, que não se sabe bem o que são, e que criaram vazios em muitas coisas, nomeadamente na saúde pública. E recentemente foi extinguida a nossa Delegação Distrital de Saúde Pública, que era dirigida por um delegado distrital de saúde pública, que agora fica adstrito ao Porto.

----- E, assim, quando foi extinguida a Delegação Distrital de Saúde Pública, a maior parte dos colegas médicos de clínica geral, como eu, que ajudavam os únicos quadros especialistas de saúde pública que tínhamos no Distrito, nessa função de saúde pública, pediram a demissão porque estavam demitidos tacitamente. Só foram salvaguardados dois casos, um dos quais sou eu e outro é uma colega de Foz Côa, porque cujo curriculum ainda permitia que continuássemos neste cargo.

----- E, assim, criou-se m vazio muito grande a nível do Distrito, na saúde pública, porque com tão poucos recursos humanos é difícil controlar a saúde pública a nível de Distrital.

----- Ultimamente corre por aí um boato que o Laboratório Distrital de Saúde Pública será fechado, será extinto. E o problema da extinção é principalmente para onde é que irão os treze funcionários. E nós, representantes de todos os Partidos, devemos ser solidários com esses funcionários. Vocês vejam lá! Gente que trabalha ali há tantos anos, num laboratório que está muito bem montado, que está tecnicamente bastante aperfeiçoado e que tem prestado relevantes serviços à saúde pública do Distrito, fechar de um momento para ao outro e sem saber para onde vai, penso que devemos reflectir bastante sobre isso e eu peço, nomeadamente a quem está, neste momento, no poder, e ali ao meu amigo Victor Prada, que se informe junto dos seus correligionários que mandam, que nos digam alguma coisa sobre esta situação, porque é deveras confrangedor que já tenhamos tido o esvaziamento de muitos serviços e agora mais este, que é um serviço que presta grandes serviços à população. E depois queríamos saber quem é que irá fazer, por exemplo, as análises não só das águas públicas como das privadas, como dos produtos alimentares, etc., etc.

----- Peço, portanto, encarecidamente a quem de direitos, que reflecta sobre este caso, é importante que não se deixe sair mais um serviço, apesar de serem apenas treze funcionários,

representam sempre famílias, treze funcionários podem representar cinquenta pessoas. Como tal é preciso reflectirmos sobre isso e todos trabalharmos para que mais um serviço desta importância, desta relevância e desta natureza, não saia de Bragança, nem saís do Distrito, porque eu não estou a ver irem os nossos técnicos sanitários irem com as águas para o Porto, ou para Vila Real, porque penso que se está a criar uma central em Vila Real, não falando a nível hospitalar, que vai ser hospital central, à custa do esvaziamento das nossas instituições de saúde do Distrito. Tenho dito.....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- A Mesa chama, agora, para a sua intervenção o Sr. Presidente de Junta de Freguesia de Rabal, Paulo Hermenegildo.....

----- **Paulo João** – Ex. Mo Sr. Presidente da AM, e respectivos Secretários, Ex.mo Senhor Presidente da Câmara e Executivo, neste momento não se encontra. O assunto que aqui me trás efectivamente já não é novo, como todos nós sabemos existe uma lei que é a número 138-A de 2010 de 4 de Março, que alterou a portaria nº 1245/ 2009 de 13 de Outubro onde esta impõe o pagamento de taxas por parte da população nas áreas protegidas. Como todos nós sabemos, nós temos uma área protegida que é a zona do Parque Natural de Montesinho e assim sendo o assunto que me trás aqui é a apresentação de uma moção de apoio, isto porque o Partido Social Democrata, no dia 2 de Junho portanto dia 2 do presente mês apresentou um projecto de resolução que visa a instituição do principio de isenção do pagamento de taxas por parte da população residente nas áreas protegidas, e que já está agendada para plenário para o próximo 14 de Julho de 2010. Ora bem, com a apresentação desta moção eu gostaria de a ver aprovada por unanimidade, livre de qualquer sigla partidária ou conotada por qualquer partido, gostaria de a ver aprovada, por unanimidade, porque acho que somos todos inteligentes, e em primeiro lugar impere a nossa região.

----- Assim sendo eu vou apresentar a moção, sucinta, que no fundo é um resumo, que eu irei a expor a seguir. Chamei-lhe moção de apoio regional com estratégia nacional:

MOÇÃO

“MOÇÃO DE APOIO REGIONAL COM ESTRATEGIA NACIONAL

O grupo parlamentar do PSD, com assento na Assembleia da Republica, no passado dia 2 de Junho, apresentou um projecto de resolução que visa a instituição do principio de isenção do

pagamento de taxas por parte da população residente nas áreas protegidas, encontrando-se já agendada para plenário no próximo dia 14 de Julho de 2010.....

Este projecto tem como génese a **extinção das taxas impostas** pela Portaria n.º 138-A/2010, de 4 de Março, que alterou a Portaria n.º 1245/2009, de 13 de Outubro.

1- Não posso compactuar com a aplicação destas taxas, pois irá acentuar ainda mais a desertificação humana no nosso interior, já sacrificado por outras variáveis exógenas.

2- As áreas protegidas são zonas com características próprias, fruto de um saber humano, que soube bem fazer, para agora outros que nada fizeram, se quiserem apoderar de um feito em que nada foram parte interveniente neste processo de preservação do ecossistema, mas que julgam que estão certos. Nunca se esqueçam, que hoje há áreas protegidas e parques naturais, porque foram os nossos antepassados que por ele fizeram.

3- Como lavra o projecto de resolução n. 160/XI/1ª (PSD), CITO-os residentes nas áreas protegidas, ao contrário de serem penalizados com mais taxas, ate deveriam ser gratificados por serem os "jardineiros da paisagem".

4- É um paradigma, que pelo contrário, as populações residentes nas áreas protegidas sejam discriminadas negativamente, sendo ate elas quem vive e trabalha a área protegida.

Assim sendo, na qualidade de Presidente de Junta de Rabal, que faz parte de uma área protegida, bem como na qualidade de representante dos Presidentes de Junta do Concelho de Bragança, no Parque Natural de Montesinho, venho propor esta moção a votação, que lhe chamei moção de apoio regional com estratégia nacional, pois as nossas zonas protegidas são efectivamente a nível nacional, e só neste contexto é que tem sentido, para assim dar corpo a uma dinâmica abrangente, reiterando o principio de isenção do pagamento de taxas por parte da população residente nas áreas protegidas.

Esta moção, *após ser aprovada*, será enviada para:

Exm.º Senhor Presidente da Assembleia da Republica

Exm.º Senhor Primeiro-Ministro

Exmos. Grupos parlamentares da Assembleia da Republica.

a) Paulo Hermenegildo de Castro João”

----- Tenho dito. Muito obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado Sr. Deputado, vamos passar a considerar esta moção para ser discutida e votada de seguida.....

----- Algum pedido de esclarecimento sobre a moção?

----- Alguma intervenção sobre a moção?.....

----- Há um pedido de intervenção por parte do Partido Socialista, Victor Prada Pereira, tem a palavra.

----- **Victor Prada** – Bom dia, a todos cumprimento, a Ex.ma Mesa, cumprimento o Ex.mo Executivo, caros amigos deputados, Comunicação Social, muito bom dia.

----- Bom, eu não tenho muitas coisas a dizer sobre esta moção, dizer simplesmente aquilo que já temos dito, que o grupo parlamentar do Partido Socialista tem dito aqui nesta bancada, sempre tendo como principio, primeiro a terra e depois, como se costuma dizer, a politica. E como tal nós somos a favor desta moção, vamos votá-la favoravelmente, esperemos, e eu espero, é que esta resolução que vem aqui logo no inicio, que é o intróito desta moção, desta resolução do Partido Social Democrata e estarei atento a esta audição parlamentar, também vou estar atento, porque me parece aqui que eventualmente pode haver alguma demagogia e algum aproveitamento politico para este facto.....

----- Bom, mas nós somos pessoas tolerantes, damos sempre o benefício da dúvida e como tal estaremos atentos depois.....

----- Já agora, que estou aqui, aproveito para responder também aqui ao meu amigo Dr. Moreno, que efectivamente estive agora em contacto com o Senhor Coordenador, eu ainda lhe chamo Sub-Região, ainda não lhe sei outro nome, mas isto, mudam os nomes, mudamos nós, e depois vocês hão-de mudar também, isto as coisas, às vezes faz-se politica com os nomes. Mas estava e diz-me ele que não há nada, mesmo nada, em cima da secretária para a extinção para esse dito laboratório e como tal não me parece que possamos aqui fazer eventualmente alarmismo com isto. Portanto espero bem e eu também espero estar sossegado quanto a esse tema. Muito obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Vamos passar então à votação desta moção.

----- **Após análise e discussão foi a mesma Moção submetida a votação, tendo sido aprovada, por maioria qualificada, com zero votos contra, uma abstenção e setenta e oito votos a favor, estando momentaneamente setenta e nove membros presentes.....**

----- **Presidente da Mesa** - Declarações de voto? Tem a palavra o representante da CDU, o Dr. Morais.

----- **António Morais** – A nossa posição de abstenção, justifica-se pelo seguinte:

----- Não é que estejamos de acordo com as preocupações, aliás já tivemos ocasião de nos manifestar sobre isso, não estamos de acordo com algum formulário, não é com algumas afirmações feitas e sobretudo com a questão de fundo, é que não estamos de acordo que haja taxas não só para os residentes, mas para toda a gente, ou seja, se há taxas a pagar elas devem passar por IMIs aquilo que já está instituído, não tem que haver uma taxa para que penalize intervenção nas áreas protegidas, a legislação é clara sobre isso, e portanto esse tipo de taxas deve passar por outro tipo de legislação. É só.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Tem a palavra, agora, o representante do CDS-PP, Eng. Frias.

----- **Egídio Frias** – Muito bom dia Sr. Presidente da AM e elementos da Mesa, Sr. Presidente da Câmara e os restantes elementos do Executivo, Ex.mos membros da AM, Ex.mo Público, senhores jornalistas.

----- Estou hoje aqui na substituição da Dr.ª Ana Cláudia, que como é sabido não pode estar presente, e não queria deixar de dar um cumprimento aos presentes e de fazer a minha intervenção no sentido de sensibilizar sobretudo a Câmara para duas situações que acho muito simples, mas que poderão ter um contributo significativo na qualidade de vida das pessoas.....

----- Estou aqui a querer-me referir ao cruzamento existente na Avenida 22 de Maio com Afonso Quinto, ou seja é a Avenida que dá acesso à Câmara municipal, e que cruza com o Centro de Saúde e Centro de Formação Profissional. Aquele cruzamento é extremamente problemático em termos de segurança rodoviária, mal é a semana que não haja ali um toque pequeno ou grande, e julgo que a colocação de um sistema luminoso viria ali a regularizar e dar ali alguma segurança acrescida.....

----- Uma outra situação é também sobre segurança rodoviária, a rua Abílio Vaz das Neves, portanto que sai da Sá Carneiro em direcção à Amaro da Costa, tem um triângulo central no seu topo, tem um sinal de Stop mesmo no limite do passeio e existem nesse triângulo central, três árvores, ou melhor, existiam três árvores, hoje existem duas, porque na semana passada foi cortado um pequeno arbusto. Essas árvores dificultam a visibilidade do condutor que sobe a Abílio Vaz das Neves e aqueles que circulam na Adelino Amaro da Costa, impedindo uns de ver os outros e tem havido ali também bastantes acidentes.

----- Portanto apelava no sentido de cortar essas arvores e de colocarem uns sinais luminosos nestes cruzamentos.....

----- Uma outra situação, que gostaria aqui de falar, prende-se com a desertificação humana, escuso do Concelho, não me estendo mais, o Dr. José Moreno já a tornou clara e julgo que já foi também dada a resposta. Contudo onde há fumo, geralmente há fogo, eu deixo as minhas suspeitas e também claro que também estaremos atentos, e já agora os parabéns por ter trazido aqui essa acção. Sr. Presidente muito obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Julgo que as concitações que fez tinham, pelo menos nos dois primeiros pontos, mais cabimento na discussão do período da ordem do dia, o senhor Presidente da Câmara julgo que terá registado as preocupações do senhor deputado e deixaríamos para mais tarde, para o período da ordem do dia, a resposta para essa matéria.

----- Tem a palavra o representante do Bloco de Esquerda, Luís Vale.

----- **Luís Vale** – Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, bom dia, restantes membros, Sr. Presidente da Câmara, senhores Vereadores, Membros desta AM, Presidentes de Junta, Comunicação Social, Publico, bom dia a todos.....

----- Porque em Portugal e para a minha geração e acredito que para as demais também, a crise deixou de ser um momento e passou a ser um estado, o da normalidade da vida de cada Português e de cada Portuguesa e o pior é que nos habituamos e parece, por incrível que pareça, que gostamos assim de a viver e trago-vos uma moção acerca do programa de estabilidade e crescimento.

“MOÇÃO/ REFORMAÇÃO Contra Corte do PEC

As restrições orçamentais que, em nome do Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC), foram impostas às autarquias privarão, este ano, o município de Bragança e os restantes concelhos da região de transferências do Orçamento Geral de Estado de centenas de milhares de euros. São verbas que deveriam ser provenientes do Fundo de Equilíbrio Financeiro, do Fundo Social Municipal e da comparticipação no IRS cobrado no nosso concelho.

Pela mesma razão, a nível nacional, as transferências do OGE para as autarquias serão reduzidas em cerca de 100 milhões de euros. Além disso, em todo o país, serão onerados os encargos das autarquias em 34 milhões de euros, como resultado do anunciado aumento do IVA.

Estas penalizações colocam em causa políticas de proximidade que tornam mais racional o investimento público - um euro investido nas autarquias é muito mais reprodutivo que o mesmo eur(o consumido na máquina burocrática dum dos países mais centralistas da Europa.

Quem acaba por ser mais prejudicado são os municípios mais fracos, privados de verbas essenciais ao investimento público de proximidade e mais gerador de emprego.

Enquanto isto, a bancos com lucros fabulosos continuam a ser aplicadas baixas taxas de IRC, as aplicações financeiras em off-shores continuam isentas de impostos e continuam a ser pagos ordenados e prémios obscenos a gestores administradores.....

Nestas circunstâncias e na defesa dos interesses dos seus munícipes, a Assembleia Municipal de Bragança repudia os cortes nas transferências do Orçamento Geral de Estado de 2010 para o concelho, em resultado do PEC (programa de estabilidade e crescimento)

O deputado municipal do Bloco de Esquerda

a) Luís Miguel Vale”

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado, obrigado pela intervenção.....

----- A Mesa chama, agora, o Sr. Presidente de Junta de Freguesia de Quintanilha, José Carlos, faça o favor, tem a palavra.

----- - -

----- **Presidente da Mesa** - Peço desculpa, tinha entendido uma recomendação, peço desculpa Sr. Presidente de Junta de Quintanilha, tinha entendido uma recomendação, é uma moção/recomendação, de modo que vamos pedir que se algum deputado necessita de algum esclarecimento.....

----- Não registamos nenhum pedido de esclarecimento.

----- Pedidos de intervenção? Também não registamos nenhum pedido de intervenção.

----- Então a Mesa vai ler de novo a moção..... ..

“MOÇÃO/ RECOMENDAÇÃO Contra Corte do PEC

As restrições orçamentais que, em nome do Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC), foram impostas às autarquias privarão, este ano, o município de Bragança e os restantes concelhos da região de transferências do Orçamento Geral de Estado de centenas de milhares de euros. São verbas que deveriam ser provenientes do Fundo de Equilíbrio Financeiro, do Fundo Social Municipal e da comparticipação no IRS cobrado no nosso concelho.

Pela mesma razão, a nível nacional, as transferências do OGE para as autarquias serão reduzidas em cerca de 100 milhões de euros. Além disso, em todo o país, serão onerados os encargos das autarquias em 34 milhões de euros, como resultado do anunciado aumento do IVA.

Estas penalizações colocam em causa políticas de proximidade que tornam mais racional o investimento público - um euro investido nas autarquias é muito mais reprodutivo que o mesmo euro consumido na máquina burocrática dum dos países mais centralistas da Europa.

Quem acaba por ser mais prejudicado são os municípios mais fracos, privados de verbas essenciais ao investimento público de proximidade e mais gerador de emprego.

Enquanto isto, a bancos com lucros fabulosos continuam a ser aplicadas baixas taxas de IRC, as aplicações financeiras em off-shores continuam isentas de impostos e continuam a ser pagos ordenados e prémios obscenos a gestores administradores.....

Nestas circunstâncias e na defesa dos interesses dos seus municípios, a Assembleia Municipal de Bragança repudia os cortes nas transferências do Orçamento Geral de Estado de 2010 para o concelho, em resultado do PEC (programa de estabilidade e crescimento)

O deputado municipal do Bloco de Esquerda

a) Luís Miguel Vale”

----- **Presidente da Mesa** - Está lida a moção, agora talvez possa repetir, a Mesa, se há pedidos de esclarecimento? Há um pedido de esclarecimento, há um pedido de esclarecimento registado pela Mesa, julgo que vai ser feito pelo Veloso. Tem a palavra o Sr. Deputado da bancada do Partido Socialista.

----- **Bruno Veloso** – Muito bom dia a todos, Sr. Presidente da AM, Srs. membros do Executivo, Srs. Deputados Municipais, Presidentes de Junta de Freguesia.

----- Eu queria um pedido de esclarecimento do Bloco de Esquerda relativamente a esta moção, que mais do que uma moção prática, é uma moção carregada de um caris e vincada de uma forma ideológica muito acentuada. E é muito fácil fazer, muitas vezes, alguns escritos sobre esta matéria, mas depois não os quantificar.

----- No último paragrafo desta moção é escrito “Nestas circunstâncias e na defesa dos interesses dos seus municípios, a Assembleia Municipal de Bragança repudia os cortes nas transferências do Orçamento Geral de Estado de 2010 para o concelho, em resultado do PEC”.

Eu acho que era importante, a quem apresenta esta moção, deixar de ser vago, e que apresentasse aqui então qual é o valor a que chegou para dizer uma afirmação destas.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Para prestar o devido esclarecimento, Sr. Deputado Luís do Vale, a quem peço que me assinasse aqui, depois, a moção.....

----- **Luís Vale** – Obrigado, Sr. Presidente. Como resposta ao pedido de esclarecimento, aquilo que tenho para dizer é o seguinte: De facto não tenho conhecimento dos valores em questão, mas é bem verdade, é uma questão de principio, é uma questão ideológica, não acredito, não acreditamos nesta crise e não acreditamos que devam ser todos os Portugueses e as Portuguesas a pagar de igual forma. É a resposta que tenho a dar a esse pedido de esclarecimento.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Pedimos, agora, o favor de se manifestarem, há alguma intervenção sobre esta moção? Senhores deputados queiram fazer o favor de se manifestarem. Não há nenhuma intenção de se proceder a intervenções sobre a matéria, pelo que a Mesa vai colocar de imediato esta moção a votação.

----- **Após análise e discussão foi a mesma Moção submetida a votação, tendo sido aprovada, por maioria qualificada, com doze votos contra, quatro abstenções e cinquenta e dois votos a favor, estando momentaneamente sessenta e oito membros presentes.**

----- Declarações de voto? Há uma intenção para declaração de voto. Tem a palavra Sr. Deputado.

----- Vamos proceder, de imediato, a Mesa vai fazer já esse trabalho de recontagem dos deputados presentes na sala, pelo que agradeço aos senhores deputados que tomem os vossos lugares. Tem a palavra para a sua declaração de voto, Sr. Deputado.

----- **Bruno Veloso** - Muito obrigado, Sr. Presidente. Antes de mais dizer que não podemos, de facto, votar imiscuidadamente princípios ideológicos com noções muito pouco clarificadas daquilo que de facto são os cortes para o Orçamento de Estado.

----- Mas mais do que esta justificação do voto do Partido Socialista, perante uma moção que me parece bastante oca e vazia no seu conteúdo, em termos práticos e em termos daquilo que é a noção daquilo que podem ser os cortes e portanto daí obviamente ser aprofundado, mostro de facto alguma estranheza, pelo sentido de votação do PSD, relativamente a uma questão que foi de facto acordada pelo Partido Socialista e pelo Partido Social Democrata em

sede de Assembleia da Republica, que foi de facto a votação deste PEC, que foi elaborada em conjunto e que de facto foi trazido a público que esta foi uma matéria de Estado, uma matéria que mereceu maior atenção e de responsabilidade, e de facto nesta matéria o PSD Municipal através na AM e dos seus membros, não foi capaz de acompanhar a responsabilidade da sua estrutura nacional. Muito obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Uma declaração de voto do PSD, Dr.ª Isabel, tem a palavra.

----- **Isabel Lopes** – Sr. Presidente da Mesa, Srs. Secretários, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, restantes elementos da AM, Srs. Jornalistas, Público presente. É assim, o PSD votou a favor porque é assim, acima do Partido está o nosso Concelho e é muito fácil, o governo cada vez dá mais competências às Câmaras, nomeadamente na área da educação, que todos os dias a Câmara é responsável por mais áreas na educação e as transferências cada vez são menores. Era só isso, obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado Sra. Deputada. Senhor Presidente de Junta de Freguesia de Quintanilha, tem o direito à palavra.

----- **José Fernandes** – Sr. Presidente da Mesa, Sra. e Srs. Secretários, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Srs. Deputados, caros amigos Presidentes de Junta, Comunicação Social e Publico, muito bom dia a todos.

----- O que me trás aqui são algumas considerações e alguns pedidos de esclarecimento nomeadamente sobre a minha Freguesia. Eu queria começar pelo seguinte:

----- Em primeiro lugar, é com alguma estranheza que desde o inicio do mandato tenho solicitado na Secretária do Sr. Presidente de Câmara, um pedido para ser recebido, até hoje ainda não obtive qualquer resposta.

----- Depois há uma séria de considerações que eu pus à Câmara e a Câmara respondeu-me de uma só vez a quase tudo, e a quase tudo negativamente. Como sabem alguns de vocês e o Sr. Presidente da Câmara sabe também, em Quintanilha numa rua que dá acesso ao lar, os muros de suporte da rua ruíram no dia trinta e um de Dezembro de dois mil e nove. De imediato a Junta de Freguesia tentou quantificar o valor dos trabalhos a efectuar e enviou à Câmara Municipal um pedido para poder resolver o problema, e a Câmara Municipal respondeu a esse pedido dizendo que no orçamento da Câmara havia uma verba que iria transferir para a Freguesia e que se destinava a isso, verba essa que depois de os técnicos visitarem o local, os técnicos da Câmara fizeram um orçamento que ultrapassa o valor que cabe nessa transferência à aldeia de Quintanilha. Como tal é impossível resolver o problema.

----- Depois também há aqui outra particularidade que, como sabem, a junta de Freguesia, neste momento, ainda está a pagar dividas do anterior executivo, e gostaria de saber Sr. Presidente, para quando a resolução deste problema e aquilo que será possível fazer, ou se continuaremos à espera e deixaremos cair, ruir a rua na sua totalidade, tornando-a intransitável.....

----- Outro assunto e gostaria que me respondesse o mais breve possível porque de facto há terceiros envolvidos nisto e a prejudicar terceiros. Outro assunto é a questão do parque de merendas, o parque de lazer do colado do rio Maças. Como sabem aquilo é uma infra-estrutura de caris natural e é impar no concelho de Bragança, queria mesmo afirmar que no concelho de Bragança não há uma infra-estrutura idêntica, o que tem levado que a albufeira do Azibo oferece melhores condições, e levam um esvaziamento de pessoas que procuram o lazer nomeadamente nessa altura, para o Azibo, ou seja saem do concelho de Bragança para o concelho de Macedo de Cavaleiros, quando com algum, requalificando aquele espaço poderia servir de alternativa, uma alternativa válida, para o concelho de Bragança. Por outro lado e também o acesso a essa infra-estrutura está muito degradado é um caminho em terra batida e leva a que as pessoas saiam um pouco da aquela zona, porque de facto embora a zona seja atractiva no seu local o acesso é muito mau. E gostaria de lembrar aqui ao Sr. Presidente da Câmara também que já vai fazer sete anos que pela primeira vez prometeu requalificar aquele acesso, e ainda não se fez nada. Portanto gostaria que o Sr. Presidente me respondesse a estas questões e queria também perguntar Sr. Presidente uma outra se ainda mantém a intenção de alargar a estrada que dá acesso a Quintanilha, rotunda do IP 4 até Quintanilha, porque também era uma promessa sua. Muito obrigado a todos.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Presidente de Junta. Só lembrar por uma questão de método, as questões que foram levantadas são relevantes, deveriam ter entrado no período da ordem do dia, mas também a Mesa não quis tirar a palavra porque já está a apresentação feita, julgo que o Sr. Presidente da Câmara terá o momento adequado para a resposta, será no período da ordem do dia, no estado e vida do município, já estará feita esta anotação seguramente por parte do Sr. Presidente da Câmara.

----- A Mesa concede, agora, a palavra ao Sr. Presidente de Junta de Freguesia de Santa Maria Jorge Novo.

----- **Jorge Novo – Apresentou, por escrito, o seguinte:**

----- “Muito obrigado Sr. Presidente, aproveito para o saudar e cumprimentar, Ex.ma Sra. e Ex.mo Sr. Secretário de AM, Ex.mo Presidente da Câmara e Ex.mo Sr. Vereador, Ex.mas Sras. e Ex.mos Srs. Presidentes de Junta, caros amigos e colegas Ex.mas Sras. , Ex.mos Srs. Deputados Municipais, Publico e Comunicação Social.

----- Assinalamos no dia 12 de Junho de 2010, 25 anos da assinatura do tratado de adesão de Portugal à então Comunidade Económica Europeia CEE, realizada em 12 de Junho de 1986. É grande a evolução verificada em todos os aspectos, da sociedade Portuguesa desde essa data histórica, com diferentes líderes políticos a assumirem a responsabilidade da estratégia e da visão aplicada no nosso País.

Os números apresentados pelo INE, pelo Eurostat e pela Direcção-Geral do Desenvolvimento Regional não deixam margens para dúvidas:.....

- 1- Entre 1986 e 2005, Portugal recebeu da União Europeia 42.020 milhões de euros de Fundos Estruturais e 6.302 milhões de euros do Fundo de Coesão. Entre 2000 e 2006, 16,5% dos fundos comunitários foram canalizados para a “Economia”, 12,6% para o “Emprego, Formação e Desenvolvimento Social”, 12,4% para os “Transportes” e 9,7% para a “Agricultura”.
- 2- Em 1986 havia 196 quilómetros de auto-estradas; em 2005 havia 2.091 quilómetros..... A diferença do PIB português relativamente à média da União Europeia diminuiu: o PIB per capita (em Padrão de Poder de Compra) passou dos 54,2% em 1986 para os 68% em 2003 (UE a 15, sem os dez novos Estados Membros). Em 2008, este valor era de 78,5%.
- 3- Em 1985, a agricultura, a silvicultura e a pesca representavam 9,4% da economia portuguesa (Valor Acrescentado Bruto). 20 anos depois esse valor era de 3,9%. A indústria transformadora representava 25%; 20 anos depois pesava 18,2%. O peso dos serviços subiu: de 52,5% passaram para 66,9 pontos percentuais.....
- 4- A taxa de inflação sofreu uma clara descida; dos 11,7% em 1986, situa-se actualmente (em Abril de 2010) em 0,7%, sendo que a taxa de inflação anual foi negativa em 2009, fixando-se nos -0,9%.
- 5- Em 1986, Portugal registava taxas de juro na ordem dos 15,8%. Em 2005 esse número estava nos 3,4%. A Euribor a 12 meses está actualmente nos 1,271%.
- 6- A taxa de exportações para os países da União Europeia subiu dos 57% para os 80% e a das importações passou dos 44, 9% para os 77%.

- 7- A esperança de vida passou dos 70,3 anos para os 75,80 anos nos homens, e de 77,1 para os 81,80 anos, nas mulheres.
- 8- A taxa de mortalidade infantil, desceu dos 15,8 para os 3,66 por cada mil crianças.
- 9- A taxa de escolarização do ensino secundário subiu dos 17,8% registados no início da década de 90 para os 62,5% em 2006.
- 10- No ensino superior, o número de estudantes portugueses em programas Erasmus passou de 25 alunos, em 1986, para os 3.782 alunos em 2004. Até 2004 participaram neste programa 28.139 estudantes.
- 11- A taxa de tratamento de águas residuais era de 34% no início da década de 90; em 2006 era de 82%. Também a percentagem da população servida por Estações de Tratamento de Águas Residuais (ETARS) aumentou: entre 1997 e 2003 passou de 36% para 56%.
- 12- O número de pessoas a fazerem turismo em Portugal (portugueses e estrangeiros) era, há 20 anos, de 5.624.370. Em 2004 esse número atingiu os 10.961.968.

Mas o desafio da integração europeia é permanente.

Sou daqueles que considera que, não obstante a falta de liderança forte em muitos Estados e até mesmo da União Europeia por exemplo face aos EUA, o momento de crise que estamos a viver, com todos os ditames de Bruxelas e de a moeda única o “euro” nos ter trazido determinadas dificuldades do ponto de vista financeiro e económico, a nossa integração foi um acto de grande rasgo e clarividência política e por isso a Europa não é tanto a causa das dificuldades mas um instrumento decisivo para o futuro.....

A União Europeia é agora o apoio externo que Portugal precisa para poder sobreviver.....

Saibamo-lo aproveitar esse apoio e os nossos líderes nacionais façam bem o seu trabalho, fazendo o necessário investimento selectivo – como dizem os grandes economistas – e invistam também no interior do País para aumentar também aqui a produtividade, apoiando as pequenas e médias empresas, aquelas que dão emprego e são capazes de fixar jovens e famílias, mantendo os serviços públicos, apostando em áreas de inovação e ciência, educação e tecnologia relacionada com o ambiente e a natureza, a produção de energias limpas e no turismo.

Gerir em política, não é definir medidas ideias em cenários ideais. É encontrar e executar as medidas mais eficientes, eficazes e de qualidade também nos cenários mais difíceis, contemplando e preparando o futuro, orientada pelos valores da justiça social e da coesão.....

Sem isto não será possível obter redistribuição de riqueza rumo à integração plena.
Acredito que mesmo em tempo de crise, o nosso País pode e isto é possível”.
----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado Sr. Presidente de Junta.
----- Agora chamamos a Sra. Presidente de Junta de Izeda, quero-lhe dizer que tem, apenas,
cerca de 00:02:30h para a sua intervenção, tem a palavra.
----- **Maria Pires** – Bom dia a todos, portanto o motivo que me trás hoje aqui é a
apresentação de uma moção.

“Moção

Considerando:

- O papel de integração que as escolas do Agrupamento Vertical de Izeda têm demonstrado e acentuado nas comunidade deste pequeno território;
 - O serviço social que estas escolas indubitavelmente prestam nestas comunidades pobres, isoladas e com uma população cada vez mais idosa;
 - A proximidade cada vez mais evidente da escola com o meio;.....
 - O excelente tempo de deslocação dos alunos de suas casas às escolas deste Agrupamento; ---
 - O abandono escolar;
 - A estabilidade dos funcionários, docentes e não-docentes;
 - A desertificação nesta área específica do Nordeste Transmontano;
 - A estabilidade familiar, social e financeira dos pais destas crianças;
 - A realidade singular, específica, económica, cultural e social da vila de Izeda-----
 - A actual Carta Educativa do Concelho de Bragança que se encontra em vigor, tendo sido elaborada, aprovada e custeada em partes iguais pela Câmara Municipal de Bragança e pelo Ministério da Educação, conforme a Lei;.....
- A Assembleia Municipal de Bragança, seguindo o sentir dos Izedenses, nomeadamente professores, educadores, pessoal docente e não-docente, pais, encarregados de educação, habitantes da vila de Izeda e aldeias contíguas, bem como de outros cidadãos particularmente preocupados com o ensino e com o futuro do concelho de Bragança, do seu meio rural e a sua equidade demográfica, propõem à Assembleia Municipal, reunida a 28 de Junho, que rejeite a intenção da DREN, no sentido da fusão do Agrupamento Vertical de Izeda.....
- Decidiu ainda dar conhecimento desta moção, à DREN, ao Ministro da Educação, ao secretário de estado do Ensino e aos Grupos Parlamentares com assento na Assembleia da República.” --
- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sra. Presidente de Junta, muito obrigado.

----- Vamos então proceder ao debate da moção, pedidos de esclarecimento? Intervenções? Uma intervenção da bancada do PS, não se regista mais nenhum pedido de intervenção. Tem a palavra o senhor deputado.....

----- **Alcídio Castanheira** – Sr. Presidente da AM, Srs. Secretários, Sr. Presidente da Câmara, Caros colegas, Srs. Presidentes de Junta, órgãos de Comunicação Social, a todos muito bom dia. .

----- Eu sou uma pessoa que talvez no meio deste auditório posso falar um pouco sobre a escola de Izeda, isto porque há cerca de trinta anos em mil novecentos e setenta e sete eu trabalhei na escola de Izeda, durante cinco anos, para além de funções que depois ocupei de ordem institucional. E portanto aquilo que tem acontecido nos últimos cinco anos é realmente, por parte da administração, um acto de coragem de reordenar a rede escola, desde o pré-escolar até ao secundário.

----- O investimento feito pelo Estado foi enorme nestes cinco anos. Lembro o plano tecnológico de educação, lembro os equipamentos que, neste momento, estão a ser construídos só no nosso concelho. Duas requalificações de escolas secundárias e quatro centros escolares que, na minha perspectiva, mesmo assim não vão dar uma resposta eficaz aos novos desígnios que é a escola a tempo inteiro.....

----- Como sabem, há bem pouco tempo a escola de primeiro ciclo era uma escola de meio tempo ou era de manhã ou era à tarde. As crianças ficavam desprotegidas e as famílias não tinham como resolver a situação. As pessoas com mais recursos tinham a escapatória de os colocar nos APLS, de os colocar no ensino partícula, que dava essa resposta, mas a maior parte da população, e nomeadamente ente a população rural, não tinha essa capacidade.

----- Para além disso, como sabe, demograficamente o nosso concelho e o nosso país tem vindo a adivinhar, e Izeda, como uma região periférica deste concelho, pertence ao Sul do concelho, tem sentido na pele, ainda mais que todos os outros locais, essa desertificação e esse abandono por parte da população.....

----- Para além da questão dos nascimentos que cada vez são menos neste concelho, e relembro a todos que no ano dois mil e dois, neste concelho de Bragança, nasceram trezentos e quarenta e oito crianças e no ano de dois mil e nove nasceram apenas duzentas e cinquenta. Portanto isto é um ciclo que cada vez temos menos gente, seja ao nível de Izeda, seja ao nível de concelho ou mesmo mais até do distrito, e portanto este movimento de fusão de escolas, que já aconteceu recentemente há cerca de dois ou três nos outros concelhos, caiu-nos agora também nas nossas mãos em Bragança. E eu penso este que é um mal menor, salva-se a escola,

fica a escola, mas não fica é realmente o órgão de gestão, e portanto nós temos aqui um grande desafio, para qual eu já tenho vindo a chamar a atenção nos concelhos municipais de educação e em todos os locais onde tenho tido essa oportunidade, que é trabalharmos no sentido de ordenarmos definitivamente o nosso concelho.

----- Há uma carta educativa, que tem cerca de três anos que, quando foi aprovada já estava desactualizada, e eu relembro que logo no ano a seguir à aprovação da carta educativa, houve centros escolares. E portanto as escolas não se podem manter, com o prejuízo das próprias crianças, nós sabemos que hoje o ensino tem que ter determinadas características, e é inacreditável, ainda, como existem pequenas comunidades educativas que tem um professor, nove ou dez alunos ou catorze e quinze, com quatro anos distintos e o professor simultaneamente ter que dar aulas, àqueles quatro grupos de anos e às vezes no próprio ano há cursos distintos, há níveis distintos. E portanto é muito difícil, não há qualidade pedagógica, e portanto nós temos que caminhar definitivamente para um bom reordenamento da rede, com um acto de coragem, dizermos - nós queremos um centro escolar forte em Izeda - e então vamos fazer, vamos mobilizar toda a gente da área geográfica de Izeda para que dê o seu contributo para a potenciação dessa escola, porque o que acontece actualmente,

----- **Presidente da Mesa** – Peço desculpa, tem que abreviar, terminou o seu tempo.

----- **Alcídio Castanheira** – Bom, o que acontece actualmente é que realmente algumas freguesias que pertencem à área geográfica da escola de Izeda em vez de mandarem os seus meninos, os seus alunos, para a escola de Izeda vêm para Bragança. E portanto aqui a Câmara também tem um papel a desempenhar, obviamente que o Estado tem que dar uma resposta educativa às populações, mas tem que dar uma, e portanto se as pessoas quiserem optar por uma segunda oportunidade terá que ser a apenas dos próprios pais e das próprias famílias. ---

----- E portanto aquilo que eu penso também em relação aos limites do concelho de Macedo que também tem freguesias e aldeias que estão ali mesmo no limite de a escola de Izeda, cito por exemplo, Bagueixe, Grelhós, Talhas, Talhinhas, Vinhas, que estão a sete ou oito Km de Izeda e que se deslocam para Macedo a trinta e quarenta km, isso é inacreditável e o Sr. Presidente da Câmara tem que tomar decisão, falar com o seu congénere de Macedo, até porque são da mesma família política e operar e potenciar a escola de Izeda.

----- Eu tenho pena realmente não ter mais tempo, haveria muitas mais coisas a dizer, mas eu acho que este processo é reversível, aliás já foi nos outros concelhos do Distrito e no país todo. Agora que temos ainda oportunidade que fique ainda a escola que esse trabalho seja

feito, mas seja feito com coragem, falar com as populações, e portanto não queremos mais uma carta educativa que permanentemente cai em desactualização, muito obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado. Registamos a intervenção do Sr. Presidente de Junta de Freguesia de Salsas, Filipe Caldas. OP Socialista também fez a indicação que pretende intervir. Quer dizer que estamos de facto no debate desta moção, o tempo dos senhores Deputados é de três minutos

----- **Filipe Caldas** –Bom dia, Ex.mo Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Sr. Presidente da Assembleia, Sr. Secretários, Srs. Deputados, membros desta AM, Srs. Presidentes de Junta, Imprensa.

----- Estamos aqui por uma situação, que no fundo, sei lá, não digo chata, mas é um problema muito grave porque nós nas aldeias já não temos nada, só temos idosos e tirando-nos estes serviços ficamos muito mais pobres. Izeda tem toda a razão de apresentar esta moção, porque o problema, a realidade de Izeda, a realidade de Coelhooso, a realidade Salsas ,destas aldeias distantes de Bragança, não é a mesma que em Lisboa, no litoral. Levantou-se aqui uma situação que eu acho que é uma situação que temos que rever, o problema é a nível nacional, não é problema a nível de concelho, e o grande problema de Izeda é que tem poucos alunos, mas também tem uma série de alunos do concelho de Macedo que os pais gostavam de os ver em Izeda. Nem o Estado faz nada nem o Ministério da educação faz nada, nem os próprios autarcas, os Presidentes da Câmara também estão muito interessados em começarem a colaborar uns com os outros. Isto é assim, Izeda está longe de Bragança, está a 50Km e veja bem, uma criança que se desloque para Bragança num autocarro, não vai trazer só os de Izeda penso vai passar por várias freguesias, isto quer dizer que uma criança vai levantar-se às seis da manhã, muito antes das seis da manhã, para chegar às oito e pouco a Bragança. Isso quer dizer, a criança chega aqui, a criança tem alguma vontade de ir estudar? não tem! Tem vontade de ir dormir, tomar o pequeno-almoço. Tem tudo menos condições para estudar. Portanto temos que rever esta situação é uma situação nacional, uma situação que nos diz a todos, e penso eu que o problema das Câmaras, estão a ver mal este problema, porque em Macedo quer os alunos de Talhas, Talhinhas, Morais, passam em Izeda, mas têm sete ciganos de etnia cigana que vivem atrás da serra, que os manda para a Torre, porque não os querem em Macedo, destabiliza a escola de Macedo. É uma situação que nos diz a todos e temos que nos sentar à mesa e temos que pôr as crianças, os nossos filhos, as crianças, os nossos jovens existentes que ainda estão nas freguesias, devem ser acarinhados para não saírem de lá para fora.

----- Portanto as condições passam por nós todos, sentarmo-nos à mesa, quando sabemos disto é por a imprensa, é por alguém que vem aqui à Assembleia, nunca sabemos pelos parceiros, acho que os parceiros reúnem, decidem e depois temos as consequências que temos até agora, é escolas fechadas, num fundo já não temos serviços nenhuns nas nossas aldeias. Isto quer dizer, em vez de estarmos a lutar contra a desertificação, estamos, neste caso, a empurrar, empurrar o fim das nossas aldeias. Eu quero dizer que há freguesias que já não nascem crianças há alguns anos, eu quero dizer que na minha freguesia este ano ainda vão nascendo algumas, tentamos por fim remar contra tudo e todos.....

----- O que acontece é que eu sou a favor desta moção, sou a favor que as pessoas, que as pessoas que estão sentadas, que se sentam para discutir este processo, que vejam que Izeda fica a 50Km de Bragança, que as crianças não podem ser transportadas durante horas para virem para Bragança, pelo menos até aos 10 anos, ou até aos 13 ou 14 anos. Acho que vocês tinham que rever isto e tinham que arranjar condições e neste caso também trazer algumas crianças do Concelho de Macedo para que esta, neste caso o agrupamento vertical de Izeda ou pólo ou o agrupamento, chamem o que chamar, mas a escola deve ter condições para continuar a prestar um serviço às crianças.....

----- **Presidente da Mesa** - Muito obrigado, Sr. Presidente de Junta, tem a palavra o Sr. Presidente de Junta da Paradinha Nova, Sr. Domingos Seca. Lembro que tem 3 minutos para a intervenção.

----- **Domingos Seca** – Senhor Presidente da Mesa, Sr. Secretários, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, caríssimos Deputados desta Assembleia, Sr. Presidentes de Junta. Izeda há muito tempo que anda na voz do povo, como diz o povo, mas nada nunca conseguiu fazer, e aqui a Sra. Presidente também não quer fazer nada com aquilo, porque esta moção devia ser discutida por aquela gente que está em volta, não foi. Esta moção devia ter sido, para trazer a força que deve trazer para Izeda, aquilo que eu tenho defendido ao longo destes anos, devia ter trazido a força dos Presidentes daquela zona, e assim Izeda estaria envolvida dos Presidentes em volta dela, porque a mim eu tenho conhecimentos daquilo, nunca, nem se quer fui ouvido nem por a própria escola.

----- A escola mandou para lá um convite para uma sardinhada, agora, passado 3 dias. Isto é mau, se eu tenho defendido Izeda, tenho sido das poucas pessoas que tem defendido Izeda, porque os alunos da minha terra andam por 5 aldeias até chegar ao superior, é mau e é mau e eu queria perguntar à Sra. Presidente de Izeda o que é que perde a escola, um Director? Ou

perde os professores e perde a sua estrutura funcional de Izedo. Só perde o Director? Não é por aí que vai o mal às aldeias, se a estrutura se mantém ali, é que os alunos se concentrem lá que é em Izedo onde eles devem pertencer, e ainda mais, é que em Izedo mesmo em Izedo é capaz de haver pessoas que mandam os seus filhos para Bragança, porque é mais luxo, e esse luxo é quem tem prejudicado Izedo, eu já defendi isto ao outro Presidente de Izedo, há uns tempos largos, e tenho pena quem continue a sofrer sejam os alunos da minha terra e daquelas terras vizinhas.....

----- **Presidente da Mesa** - Muito obrigado Sr. Presidente de Junta, isso foi uma intervenção, foi uma intervenção não foi um pedido de esclarecimentos, de modo que não podemos conceder a palavra ao Sr. Presidente de Junta, mas eu vou-lhe dar uma sugestão, que possa fazer uma apreciação final na declaração de voto, julgo que irá fazer, ou no período da ordem do dia, porque esgotou o seu tempo, o seu tempo era de 3 minutos, não podemos, infelizmente, permiti-lhe retomar a palavra, porque não foi um pedido de esclarecimento, mas reserva o período da ordem do dia que tem e ainda espaço nessa matéria.....

----- A Mesa concede a palavra agora ao Deputado do Movimento Sempre Presente, o Lourenço, lembro e insisto que tem 3 minutos para a sua intervenção, cinja-se por favor dentro do período indicado.

----- **José Lourenço** – Bom dia a todos Sr. Presidente, elementos da Mesa, Sr. Presidente de Câmara, caros Vereadores, caros membros desta Assembleia, e restantes presentes. Este tema é-nos particularmente preocupante, foi o Movimento que de alguma forma despoletou toda esta polémica que estamos a assistir, não só porque não temos uma estrutura partidária nacional para respeitar, mas principalmente porque concordamos com o teor da apresentação da Sra. Presidente.

----- Por outro lado assistimos aqui hoje, pela primeira vez, ao assumir de uma intenção, de facto, relativamente a esta reformulação da carta educativa municipal, que será, pelo jeito, a fusão do agrupamento de Izedo, com outro agrupamento. Até agora não temos nada de concreto, quer dizer, de facto falou-se ou fala-se muita coisa, fala-se do encerramento de várias escolas no meio rural e de algumas aqui dentro de Bragança, que nos deixam muitas questões, muitas interrogações que não vemos respondidas por ninguém. Pela primeira vez há aqui de facto uma assunção do Dr. Castanheira, digamos, de alguém que faz parte do aparelho que está na tutela, relativamente à intenção de fechar o agrupamento de Izedo, como agrupamento não como escola.

----- Mas há outras questões que efectivamente gostaríamos de ver ou há outras dúvidas e outras interrogações sobre este assunto que circulam na cidade, e que não vemos oficialmente abordadas, tem a ver com o fecho da escola de São Sebastião, se calhar até podemos concordar atendendo à localização da escola, o fecho da escola da Estacada, o possível fecho da Escola do Tournal velho.....

----- **Presidente da Mesa** – Não há dialogo entre os Srs. Deputados, prossiga se faz o favor.

----- **José Lourenço** – E outro caso como é o possível da Escola de Samil, quer dizer também para que os alunos passem a fazer parte do agrupamento da escola do Miguel Torga, passam por Artur Mirandela e não ficam na escola de lá. Quer dizer, há aqui muitas interrogações, de facto se isto é verdade, se não é, ainda não sabemos, há aqui, pela primeira vez, uma verdade, será intenção de encerrar o agrupamento de Izeda mantendo a escola.

----- Efectivamente vamos votar a favor da moção apresentada pela Sra. Presidente, tem toda a sua lógica e como já hoje votámos moções apresentadas pelo PSD e da mesma forma que votámos uma moção apresentada pelo Bloco de Esquerda e que nos orgulhamos de colaborar em todas as intenções que visam melhorar a nossa região e a nossa cidade.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado senhor deputado, tem a palavra agora o representante do Bloco de Esquerda, Luís Vale.

----- Julga a Mesa que estão encerradas os pedidos de intervenção para a moção. É intervenção, o pedido de esclarecimento já foi.

----- **Luís Vale** – Muito obrigado Sr. Presidente, eu vou votar favoravelmente esta moção contudo e face àquilo que tem sido dito e discutido e argumentado, é com alguma pena que me apercebo que o protagonismo continua a não ser das crianças, mas sim as estruturas e de alguma forma os postos de trabalho de alguns corpos dirigentes. E portanto enquanto continuarmos a olhar para a questão da educação no nosso concelho e nos outros da região como uma luta de donos de quintal, penso que não vamos chegar a bom porto e as crianças vão continuar a ser quem vai pagar a factura, e a sua educação e o seu crescimento e desenvolvimento enquanto cidadãos vai continuar a ser prejudicados, era isso.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado senhor deputado, está terminado o período das intervenções sobre esta moção apresentada pela Sr.ª presidente de Junta de Freguesia de Izeda. Vamos passar então de imediato à respectiva votação:.....

----- Após análise e discussão foi a mesma Moção submetida a votação, tendo sido aprovada, por maioria qualificada, com zero votos contra, quinze abstenções e cinquenta e dois votos a favor, estando momentaneamente sessenta e sete membros presentes.....

----- **Presidente da Mesa** - Têm a palavra para declaração de voto: O Luís, do Partido Socialista; o Morais, da CDU; a Presidente de Junta de Freguesia de Izeda e o Dr. Castanheira, do Partido Socialista; Domingos Seca e Egídio Frias.

----- **Luís Fernandes** – É a primeira vez que aqui venho, Ex.mo Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Presidente da AM, Srs. Secretários, caros amigos Deputados, Presidentes de Junta, Comunicação Social, Publico, se aqui estiver, venho aqui para vos dizer o seguinte:

----- Não teria maior prazer na vida do que vir aqui efectivamente votar a favor desta moção, no diz respeito a Izeda e à escola de Izeda, porque efectivamente é uma região que nos diz muito e que em várias situações temos dado a cara por essa região e por essa Vila e por essas gentes. Mas quando as coisas não são feitas como devem ser, depois somos obrigados a tomar atitudes não contra a região e contra as pessoas, mas contra a maneira como isto é feito.

----- Efectivamente esta moção aparece aqui como uma moção dirigida ao Governo da Nação, neste momento, dirigida às estruturas do Ministério da Educação, como repúdio e para que a escola de Izeda não perca o seu órgão de gestão. Ora, quero vos dizer que neste momento o órgão de gestão é um mal menor como já aqui foi dito dentro desta problemática, porque efectivamente este assunto que foi aqui levantado, como diz ali o meu amigo Lourenço, pelo....

----- **Presidente da Mesa** – Atenção Sr. Deputado, peço desculpa, tenho que lhe chamar a atenção, mas cinja-se a uma declaração de voto, se faz o favor.

----- **Luís Fernandes** -Tenho que justificar a minha declaração de voto e o meu sentido de voto. --

----- **Presidente da Mesa** – A Mesa não está a considerar essa intervenção como declaração de voto.

----- **Luís Fernandes** – Pronto, que foi levantada aqui com grande alarmismo que a escola de Izeda ia fechar, afinal não fecha nada, a escola de Izeda mantêm as mesmas valências.

----- Agora eu teria votado esta moção, de bom grado, se nesta moção aparecessem aqui algumas premissas que já aqui foram levantadas e que seriam importantes. Como por exemplo se a Sra. Presidente de Junta rectificasse, nesta moção, que a Câmara de Bragança imediatamente entrasse em negociações com a Câmara de Macedo, para que a Zona de Izeda

fosse contemplada como região, e não como capelinha da Câmara de Bragança, ou capelinha da Câmara de Macedo, e as crianças prejudicadas, eu aí teria todo o à vontade e interesse em votar esta moção. Mas como não o faz e dirige a sua moção num sentido sem contemplar os outros responsáveis que aqui já foram enunciados, e neste aspecto também já foi aqui dito que a Câmara de Bragança, para quê facilitar o transporte às crianças para Bragança, do 2º e 3º ciclo! Os Presidentes de Junta que aqui estão que assinaram o abaixo-assinado como neste momento defendendo a região de Izeda com alma e coração, eu pergunto quantas crianças da zona de influência de Izeda, frequentam o 2º e 3º ciclo em Izeda. A maioria estão em Bragança, porque? Porque é que esses Presidentes de Junta que hoje batem com a mão no coração na hora da verdade não apelam aos para que vão para Izeda? Portanto é esta problemática, é todo este jogo de interesse que se mantêm, e que na hora da verdade quando o Ministério da Educação tem que decidir, decide por números, olha para os números e aquele trabalho que devia ter sido feito antes, com consistência e com seriedade, não foi feito, e hoje temos o que temos. E para já abstenho-me de fazer mais comentários.

----- **Presidente da Mesa** – Comentários não! Declaração de voto Sr. Deputado. Eu chamo a atenção aos Srs. Deputados, e agora ao Sr. Deputado, acabou por referir a expressão "não faço mais comentários", a Mesa tem que chamar a atenção aos Srs. Deputados, declaração de voto, está bem identificada no Regimento, sabem que a Mesa deve naturalmente ter a devida tolerância com os Sr. Deputados, mas a declaração de voto deve ser cingida a isso mesmo, e não utilizar a declaração de voto como uma verdadeira intervenção. Pelo que continuamos a dar a palavra aos Srs. Deputados, declaração de voto Sr. deputado, peço que se cinjam às figuras regimentais que estão em vigor.

----- Chamamos agora para a sua declaração de voto o deputado da CDU, o Dr. Morais, faça o favor.

----- **António Morais** – Bom, nós votamos favoravelmente esta proposta, porque ela reflecte de facto uma preocupação que nós já também manifestamos e reflecte sobretudo uma situação extremamente grave para a nossa região.

----- É evidente que o pano de fundo é de facto o modelo de desenvolvimento desenhado, há muitos anos, politicamente, por quem nos tem governado. Hoje houve intervenções que vão na mesma linha, a intervenção do Dr. Moreno sobre o encerramento do espaço de Saúde. E portanto é dentro desta lógica que as coisas acontecem e é contra esta lógica que obviamente que todos nós, independentemente das filiações partidárias, temos que lutar.

----- Há justificações, do ponto de vista da pedagogia, que são muito contestáveis, o Professor Castanheira referiu-se a isso, mas há outros estudos que contestam manifestamente isso. Há modelos de mega associações e de mega agrupamentos, que estão já ultrapassados em muitos países da Europa, não é? Há, de facto, a necessidade de dar vida às populações, dar vida aos locais, e isso obviamente passa por a manutenção e a intervenção do Estado, porque tem que ser a intervenção do Estado nos postos de trabalho, pois não há crianças para nascer, pudera, não é? É evidente que nessas condições não há, não há depois alunos, não é? Mas, portanto é esta lógica e é contra esta lógica que nós devemos analisar e que devemos lutar, hoje é o caso de Izeda, amanhã é o caso de outros serviços, quer dizer isto é impressionante, não é? Portanto nesse sentido nós apoiamos vivamente e damos os parabéns, nomeadamente à Sra. Presidente da Junta, de ter colocado de forma tão clara este problema que nos afecta. ...

----- **Presidente da Mesa** – Muito Obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado do Partido Socialista, o Professor Castanheira.

----- **Alcídio Castanheira** – Sr. Presidente da AM, o Partido Socialista absteve-se desta votação uma vez que consideramos, como disse na minha intervenção, que esta política de redes escolares devia estar essencialmente a cargo da Câmara Municipal, através de uma carta educativa efectivamente construída, coisa que até ao momento ainda não aconteceu, e notando também que esta questão da fusão da escola de Izeda com a escola Abade de Baçal pode constituir uma mais valia para a população de Izeda, caso aquilo que eu disse, que sejam tomadas algumas providências no sentido de potenciarem a escola de izeda, podendo esta vir a ter o secundário também na Vila de Izeda. Portanto se nós conseguirmos que a área geográfica de Izeda, recolha toda à escola de Izeda também com aquela questão daquela borda de Macedo de Cavaleiros e com a fusão com a Escola Secundária Abade de Baçal, podemos vir a ter o ensino secundário em Izeda. Esta é a razão principal da nossa abstenção. Muito obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Obrigado Sr. deputado. Tem a palavra para a declaração de voto o Sr. Presidente de Junta de Freguesia da Paradinha Nova.....

----- **Domingos Seca** – Não foi no sentido contra a escola, nunca o foi, desde que sou presidente, se calhar fui das pessoa que mais defendeu a escola ao longo destes anos todos, só foi no sentido de que isto apareceu aqui na surpresa e eu acho que as coisas feitas por todos, reivindicadas por todos devem ter outra força, e a escola deve manter-se forte para que aquela zona do concelho tenha outro desenvolvimento. A senhora Presidenta, nem foi contra si, eu não tenho nada contra si, só apenas, apenas, apenas lamento aquilo que disse.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Presidente de Junta. Tem a palavra para a sua declaração de voto, o representante do CDS/PP, Eng. Frias.

----- **Egídio Frias** – Muito obrigado, Sr. Presidente, O CDS decidiu associar-se a esta moção votando a favor, naturalmente, por três razões essenciais. É uma grande preocupação para nós, o abandono a que está sujeito o mundo rural, é uma preocupação, também, a falta de importância que nomeadamente o concelho de Bragança não tem dado, não tem reconhecido, à Vila de Izeda, e sobretudo também porque é uma preocupação para nós, que o facto de fazer, crianças, ou jovens com catorze anos, fazer uma viagem, sabemos as condições com que ela é feita, sobretudo no período de inverno, e conseqüentemente a falta de concentração, a falta de aproveitamento que essas mesmas crianças possam vir a ter devido a essa mesma deslocação. Infelizmente a vila de Izeda, que é uma vila dinâmica, precisa também, ou melhor, não precisa, da falta de apoio quer do poder central, quer do respectivo Município e o contributo ou o fechar destes jovens será a nosso ver, o primeiro passo para o encerramento ou para o esvaziar da própria escola. Daí o nós votarmos favoravelmente e associarmo-nos à moção. Muito obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Está encerrado o debate sobre esta moção.

----- Para terminarmos o período antes da ordem do dia vamos dar a palavra, de resto vai suspender a sua função de Segunda Secretária da Mesa, a Deputada Madalena Morgado vai fazer uma curta intervenção, retomando os trabalhos de seguida, na Mesa.

----- **Presidente da Mesa** - Para o período antes da ordem do dia? A Mesa, no início, fez o registo de todas as inscrições, na altura disse também, lembro-me de ter dito, se por acaso a Mesa tivesse esquecido alguém, que nos lembra-se. A Mesa regista a sua intenção, Dr.ª, para fazer a sua intervenção de seguida à deputada Madalena Morgado. Tem a palavra Sra. Deputada.

----- **Maria Morgado** – Quero cumprimentar todos os presentes, os membros da Mesa, agora em funções, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, e os Srs. Deputados Municipais, Comunicação Social. Eu vou ser breve até porque venho a falar por uma pessoa que não pode estar aqui, hoje, presente. E como considero este local um espaço de debate e apresentação de tudo de bom e menos bom que acontece no nosso concelho. Venho aqui em representação de uma professora, eleita, do ensino pré-escolar, para o concelho Municipal de Educação, que por

motivos profissionais não pode estar aqui, a Educadora Élia Cordeiro, agradecer e enaltecer o Sr. Presidente da Junta de Rebordãos, Sr. Adriano Rodrigues e a sua equipa, pelo modo como acolheram o encerramento das actividades finais da educação, do pré-escolar do meio rural urbano e de itinerância do agrupamento de escolas a que a sua freguesia pertence, a ele e à sua equipa parabéns. Não tenho mais nada.....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, muito obrigado por esse registo.....

----- Agora sim, julgo que, para terminar o período antes da ordem do dia, a Mesa então concede a palavra, para utilização do seu tempo, ao representante da CDU, Dr. Morais.

----- **António Morais** – A minha intervenção tem a ver e certamente vai acolher por unanimidade, estou certo disso, tem a ver com uma homenagem à cultura e às letras, isto a propósito do falecimento do escritor José Saramago. Portanto tenho uma moção que vou ler e que vou, digamos, submeter à vossa consideração.

“ MOÇÃO

Homenagem à Cultura e as Letras!

A morte de Jose Saramago constitui uma perda irreparável para Portugal, para o povo português, para a cultura portuguesa.

A dimensão intelectual, artística, humana, cívica, de José Saramago fazem dele uma figura maior da nossa Historia.....

A sua vasta, notável e singular obra literária - reconhecida com a atribuição, em 1998, do Premio Nobel da Literatura - ficara como marca impressiva na Historia da Literatura Portuguesa, da qual ele é um dos nomes mais relevante.

Construtor de Abril, enquanto interveniente activo na resistência ao fascismo, ele deu Liberdade, como protagonista da profunda transformação politica e cultural verificada no nosso Pais, com a construção de uma democracia que tem como referência primeira a defesa dos trabalhadores, do povo e do Pais.

Morreu o escritor. A sua vasta e singular obra literária deu à língua portuguesa e a todos os povos que a falam um prémio Nobel, com tudo o que ele significou de reconhecimento internacional.

A sua obra e os seus principais dispositivos narrativos são marcas impressivas do seu compromisso ético e político, para com os explorados e oprimidos.....

Podia ter sido só um escritor maior da literatura portuguesa. Foi mais do que isso. Foi um homem que acreditou nos homens, mesmo quando os questionava, deu expressão concreta à afirmação de Bento de Jesus Caraça, da aquisição da cultura como um factor de conquista da liberdade.

É por tudo isto que, proponho a esta Assembleia Municipal 1 minuto de silêncio em sua homenagem”

----- **Presidente da Mesa** – Eu queria só pedir um esclarecimento ao senhor deputado, não é uma moção, é portanto um pedido de 1 minuto de silêncio, não é uma moção, não é, é só isso, portanto não é uma moção para votarmos, ok muito bem, muito bem, sim senhor.

----- Eu peço, com a devida vénia, acho que tal pedido nunca será de votação expressa, o que a Mesa pede é que seja respeitada esta vontade aqui definida pela CDU, de 1 minuto de silêncio em memória do escritor José Saramago.

----- **Presidente da Mesa** – Muito Obrigado.

----- Terminado está o período antes da ordem do dia, damos início à discussão sobre o período da ordem do dia, dando lugar e a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, para a informação escrita que traz a esta Assembleia.

PONTO 4 – PARÍODO DA ORDEM DO DIA.

PONTO 4.1 – Apreciação da Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre o Estado e Vida do Município......

- ESTADO E VIDA DO MUNICÍPIO -

Conforme alínea e) do nº.1 do art.º 53 da Lei 5-A/2002, apresento para apreciação a presente informação escrita da situação financeira do Município e das actividades e decisões mais relevantes tomadas pela Câmara Municipal, no período que decorreu desde a última Sessão da Assembleia Municipal, que teve lugar a 30 de Abril de 2010, até à presente data, envolvendo processos agendados para reunião de Assembleia Municipal e outros assuntos, de que se faz uma síntese das principais matérias.

1 - DEPARTAMENTO DE GESTÃO GERAL E ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

1.1

Divisão Financeira

1.1.1 - Secção de Taxas, Licenças, Contra-Ordenações, Execuções Fiscais e Metrologia

As actividades no âmbito da secção decorreram com regularidade ao nível da arrecadação da receita.

De 1 de Janeiro a 31 de Maio de 2010 o total da receita arrecadada ascendeu a 417.538,03€.

1.1.2 - Secção de Contabilidade

Com reporte ao período acumulado a 31 de Maio de 2010, a execução bruta do Orçamento da receita é de 37,80% (no montante de 15.573.006,93 euros), para um Orçamento da despesa paga de 36,40% (no valor de 14.978.002,11€). Em termos globais a dívida decresceu, no período de 1 de Janeiro a 31 de Maio de 2010 em relação à dívida registada em 31-12-2009, 1.969.277,85€, ou seja 11,03%.

Foram, deliberados em reunião de Câmara, a atribuição dos seguintes apoios: - Transferências para as Juntas de Freguesia: 122.000,00€; Subsídios e Participações: 103.565,12€.

1.1.3 - Secção de património, Notariado e Aprovisionamento

No âmbito do Aprovisionamento, durante o período de 10 de Abril a 7 de Junho de 2010, foram abertos 32 procedimentos por Ajuste Directo referentes a aquisição de bens e serviços, com um valor total adjudicado de 140.888,70€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

Foram emitidas 534 notas de encomenda no valor total de 340.652,12€, correspondendo a uma despesa de capital de 80.064,20€, enquanto que a despesa corrente ascendeu ao montante de 260.587,92€. No concernente ao **Notariado e Património** do Município, foram inventariados 201 bens móveis.

1.2 - Divisão Administrativa

No âmbito desta Divisão, destacam-se para além da actividade diária de preparação de agendas para Reunião de Câmara e Assembleia Municipal: produção de certidões; registo e classificação de documentos, neste capítulo, de referir a entrada, de cerca de 4745 documentos e requerimentos; foram emitidos nesse período 7 certificados de Registo de Cidadãos da União Europeia.

1.2.1 - Secção de Recursos Humanos – decorrem nesta secção os seguintes processos: 4 contratos de trabalho a termo certo; 11 contratos por tempo indeterminado; 4 aposentações. De

salientar também, a colocação de 2 subsidiados afectas ao Centro de Emprego de Bragança, para além do acompanhamento dos 12 subsidiados existentes.

Estão a decorrer 5 estágios profissionais ao abrigo do PEPAL e 22 estágios curriculares, integrados na formação académica dos respectivos estagiários.

Foi desenvolvido todo o processo relativo a **4 acções de formação**, sob os temas: “Energia-Projecto AVAC”; “Curso Geral de Protecção Civil”, “Métodos para Análise de Riscos e Protecção Civil” e “Planeamento de Emergência”.

Na Secção de Cadastro e Remunerações, são realizadas as tarefas normais de processamento de salários, e informação de controlo de despesa com pessoal.

No Sector de Arquivo foi dada continuidade à introdução de registos na aplicação informática ArqHist, que se destina à gestão da documentação histórica, e foram iniciados os contactos com a Direcção de História e Cultura Militar, visando o desenvolvimento de uma pesquisa, tendo em vista a criação de um espaço de memória dedicado ao Batalhão de Caçadores nº 3 e à sua presença na cidade de Bragança.

- **Informática e Sistemas** - Para além das tarefas normais de funcionamento do Serviço, encontram-se em fase de arranque os projectos a seguir identificados: - **Instalação de fibra óptica**, que visa a interligação dos vários edifícios localizados na cidade de Bragança, e que estão sob a gestão da Autarquia, nomeadamente os novos centros escolares; **Gestão documental** - permitirá a digitalização, classificação e arquivo de documentos que entram na Autarquia, e a posterior pesquisa e acesso em qualquer ponto da organização; **Serviços online** - disponibilização de serviços online dirigidos aos seus Municípios e instituições que necessitem de interagir com a Câmara Municipal; **Intranet Municipal** – será a plataforma por excelência de divulgação da informação dentro da organização, permitindo aos serviços consultar informação e efectuar o respectivo atendimento ao público; **Balcão único** - criação de uma plataforma de atendimento do tipo balcão único, com o objectivo de simplificar as relações entre os municípios e a autarquia, através da criação de um ponto único de contacto com os serviços autárquicos.

Nos meses de Março a Maio, o **website principal do Município de Bragança** teve 96.875 visitas (1064/dia), sendo 59.260 visitantes únicos. No que concerne aos restantes sites do Município (Biblioteca Municipal, Centro de Arte Contemporânea, Museu da Máscara e do Traje, e Teatro Municipal), no mesmo período, tiveram 9.208 visitas.

2 - DEPARTAMENTO SÓCIO CULTURAL

2.1 – Sector de Educação – durante este período, destacam-se as seguintes actividades: - realização pela primeira vez, da Semana da Educação Especial, em colaboração com o Agrupamento Augusto Moreno, com várias actividades, entre as quais uma conferência com o Dr. Nuno Lobo Antunes sobre Síndrome de Asperger; - Deslocação da escritora Margarida Fonseca com a realização de ateliers e de encontros com as escolas da cidade; - No Dia Mundial da Criança foram instalados 16 insufláveis nos próprios estabelecimentos de ensino ou respectivos espaços envolventes, para os cerca de 1.250 alunos do 1º Ciclo e dos Jardins-de-Infância, que integram o ensino público do concelho de Bragança; - Acções de sensibilização sobre a Biodiversidade nas escolas de 1º ciclo da área rural; - Exposição itinerante “Move Together” nas escolas do concelho; - Exibição e oferta de um filme sobre a importância do Planeta Terra, nas escolas Secundárias; - Actividades na Escola de Trânsito; - Preparação dos concursos das refeições, suplementos alimentares, manuais e Aec’s para o próximo ano lectivo.

2.2 - Área Cultural

Centro de Arte Contemporânea - No Núcleo de Exposições Temporárias, a exposição The Great Houdini de João Louro que foi inaugurada, no dia 10 de Abril. Nas sete salas de exposição destinadas à pintora Graça Morais, encontra-se patente a exposição “A Procissão”. Foram realizadas 27 visitas/jogo, solicitadas por escolas e instituições. Nos meses de Abril e Maio, 1978 visitaram o espaço.

Museu Ibérico da Máscara e do Traje - Nos meses de Abril e Maio, 1933 pessoas visitaram o Museu. Neste período foram realizadas 18 visitas guiadas, solicitadas por escolas e instituições da cidade e de vários pontos do país e estrangeiro,

Teatro Municipal de Bragança – Durante o mês de Maio realizaram-se 7 espectáculos com 10 sessões. Destaca-se a realização da Mostra de Teatro Escolar, que envolveu alunos das escolas secundárias da cidade, Teatro de Estudantes de Bragança e a Escola Superior de Educação e o Festival de Tunas: XII FITAB em que a bilheteira destes espectáculos reverteu a favor dos grupos. No mês de Maio, a taxa de ocupação foi de 85,80%, com 3.384 espectadores.

Bibliotecas Municipais - Continuação na indexação e catalogação do acervo documental.

Durante o mês de Maio, esteve patente a mostra de trabalhos realizados pelos alunos dos Jardins de Infância da área rural do concelho, no âmbito do projecto Cinema na Escola. Até ao dia 20 de Maio esteve patente, na Secção de Adultos, a exposição “a Poesia está na Rua”. Desde o dia 21 de Maio, a exposição de Fotografia subordinada ao tema: “Biodiversidade” organizada por um grupo de alunos da Escola Secundária Emídio Garcia.

Centro Cultural - Nas salas de exposição, do Centro Cultural, esteve patente a Exposição “Portugal um Outro Olhar I Património da Unesco em Perspectiva” com fotografias de António Sá.

Sector do Turismo - Durante o mês de Maio foram atendidos 901 turistas, sendo a maioria de nacionalidade estrangeira, nomeadamente de Espanha. Foram realizadas quatro visitas, num total de 200 pessoas. Foi distribuído material turístico, mapas e roteiros, a várias entidades.

Outras actividades

De 10 a 13 de Junho, decorreu nos Claustros do Centro Cultural a **XXI Feira do Livro**, com a participação de 8 Livreiros e a presença de escritores e alguma animação. No dia 12 de Junho de 2010, por iniciativa do Município de Bragança, foi constituída a **Academia de Letras de Trás-os-Montes**, pelos associados Adriano Moreira, Amadeu Ferreira, António Afonso, Regina Gouveia, Barroso da Fonte, Manuel Cardoso, César Afonso, Ernesto Rodrigues, Alfredo Cameirão, Pires Cabral, Virgílio do Vale, Rogério Rodrigues, António Mourinho, José Castro Branco, José Baptista de Sá, Isaac Barreira, Modesto Navarro, Cláudio Carneiro, e pela entidade Academia Galega de Língua Portuguesa, representada pelo seu Presidente, Marinho Montero Santalha, tendo sido convidadas ainda a Casa de Estudos Luso-Amazónicos, da Universidade Federal do Pará, de Belém do Pará, a Academia de Letras e Artes de Bragança, de Bragança do Pará, que não puderam estar presentes.

A Academia de Letras de Trás-Os-Montes tem como objecto e atribuições, promover e divulgar as obras literárias, de qualquer género, produzidas por escritores de Trás-os-Montes ou sobre temática ligada à região, às suas gentes e ao seu património, divulgar o património literário de Trás-os-Montes e incentivar a produção literária sobre Trás-os-Montes, as suas gentes, a sua cultura e a sua história e, em geral, o seu património material e imaterial.

No acto foi assinado um acordo de cooperação entre a Academia de Letras de Trás-os-Montes e a Academia das Ciências de Lisboa.

Foram ainda dirigidos convites para a realização de acordos de cooperação com as seguintes Academias: Academia Brasileira de Letras, Academia da Marinha e Academia Internacional de Cultura Portuguesa.

2.3 - Áreas do Desporto – Durante este período foram feitas a gestão e distribuição das instalações desportivas; o apoio à realização de torneios, competições oficiais; actividades orientadas na Piscina Municipal; apoio à coordenação do programa “Mexa-se”. Destaque para a realização das seguintes iniciativas: no âmbito do projecto “**Bragança Saudável, Bragança Solidária**” cinco caminhadas rurais, nas freguesias de Rossas, Paço de Rio Frio, Rabal, Refoios e Outeiro, com a participação de cerca de 374 pessoas; - Decorreu no dia 01 de Maio de 2010 – Dia do Trabalhador, na aldeia de Terroso, Freguesia de Espinhosela, o **XI Encontro de Jogos Tradicionais**, com a participação de duas centenas de cidadãos oriundos de mais de 30 Juntas de Freguesia do Concelho de Bragança; - No dia 02 de Maio, pelas 21H00, realizou-se a **XI Milha das Cantarinhas**, inserida no Circuito Nacional de Milhas da Federação Portuguesa de Atletismo, Para além das provas para os atletas de alto nível, destaca-se a elevada participação de crianças na “VIII Milha Escolar”, cerca de 70, e de cidadãos, de todas as idades, na “V Milha Popular”. No total, participaram nesta edição da Milha das Cantarinhas, cerca de 250 pessoas.

No dia 5 de Junho, a Câmara Municipal de Bragança comemorou o **Dia do Desporto**, com dois grandes objectivos: promover o desporto e incentivar a população de Bragança à prática desportiva. Para comemoração deste dia, foram realizadas várias actividades: abertura da piscina municipal, das 10h da manhã às 19h, com acesso gratuito a toda a população, tendo contado com 157 utilizadores; Hidrofitness- realizada na piscina municipal, das 15h às 16h, na qual participaram 55 pessoas; X Torneio Crescer Jogando, uma organização conjunta da Escola de Futebol Crescer e da Câmara Municipal de Bragança, que contou com a participação de 550 jovens atletas praticantes de futebol, provenientes de 14 clubes/escolas de futebol do país; Prova de triatlo, realizada pela primeira vez em Bragança, tendo tido 45 participantes, abrangendo todas as faixas etárias, uma vez que a idade dos participantes estava compreendida entre os 6 aos 65 anos de idade.

No dia 24 de Maio, Bragança foi a cidade escolhida para acolher os três atletas que, durante dez dias, atravessaram **Portugal a correr**, numa campanha de apoio à Selecção Nacional de Futebol. No mês de Maio utilizaram os equipamentos desportivos municipais 13683 utentes.

2.4 - Área de Habitação e Acção Social - Durante o mês de Abril e Maio realizaram-se 120 atendimentos sociais para avaliação e diagnóstico sobre diferentes situações de grave carência social. Ainda neste período, foram realizadas 25 visitas domiciliárias no âmbito de processos de apoios sociais (Bragança – Sé e Santa Maria, São Pedro de Sarracenos, Outeiro, Salsas, Vale de Nogueira, Samil e Bairros Sociais da Mãe D'Água, Coxa e Previdência).

No dia 20 de Maio, foram enviadas as roupas e material escolar para S. Tomé e Príncipe (Distrito de Água Grande), envolvendo cerca de 30 voluntários, entre funcionários da CMB e estudantes São Tomenses.

Neste período, foram atribuídos quatro fogos para realojamentos de emergência e uma transferência interna por motivos de saúde, nos Bairros Sociais da Mãe d'Água e da Coxa.

Nos meses de Abril e Maio, os técnicos do SHAS participaram em quatro reuniões da CPCJ, e cinco reuniões do NLI – Núcleo Local de Inserção Social.

No dia 29 de Abril, foi realizada uma Acção de Sensibilização do Banco Local de Voluntariado de Bragança, sobre a importância da prática de voluntariado, no Auditório da ESEB. No mesmo dia, foi realizada uma reunião com todas as CPCJ do Distrito de Bragança, no Centro Cultural em Vimioso, tendo a CPCJ-Bragança participado com três elementos.

Preparação do VII Encontro de Idosos do Concelho de Bragança, a ser realizado no dia 11 de Julho, no Santuário de S. Bartolomeu, em Samil.

3 - DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMO

3.1 – Divisão de Obras: Foram, neste período, abertos 6 concursos destacando-se a beneficiação, alargamento e pavimentação da E.M. 308 à Fronteira.

No período em análise foram adjudicadas obras e fornecimentos num valor de 315 767,60€, destacando-se a adjudicação da construção da sede da Junta de Freguesia de Outeiro.

Para além do apoio corrente às Juntas de Freguesia, destacam-se os trabalhos de limpeza e manutenções da rede viária municipal bem como a limpeza de caminhos e ainda o alargamento da estrada de ligação a Labiados (em execução).

No dia 6 de Junho de 2010 foi inaugurado o Centro de Convívio de Palácios.

3.2 - Divisão de Urbanismo – Tratados 336 processos correntes, e emitidas 135 licenças diversas.

No âmbito desta Divisão destacam-se as seguintes actividades:

- Submetida à Imprensa Nacional da Casa da Moeda, a 14 de Junho de 2010, a 1.ª Revisão do Plano Director Municipal, para publicação na II Série do Diário da República.
- Analisados os processos relacionados com a atribuição de 18 lotes a jovens casais e jovens, no âmbito da 2ª fase da bolsa de candidaturas a lotes no loteamento municipal, sito no Antigo Campo da Aviação, tendo sido atribuídos 15, num total de 20 candidatos, estando em preparação técnica bolsa de candidaturas.

4- DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS MUNICIPAIS

4.1- Divisão de Saneamento Básico

Relativamente às actividades desenvolvidas pela Divisão de Saneamento Básico, foi ainda concluído e aprovado o documento de enquadramento estratégico, candidatura ao FEDER- Ciclo Urbano da Água – tendo em vista garantir um apoio financeiro de € 1 500 000 para a “Abertura de concurso de execução das obras de saneamento nas localidades do Parâmio, Lagomar, Terroso, Gondesende, Frieira, Vila Boa, França, Rabal e Rebordãos. Após assinatura de avordo de financiamento comunitário. Encontra-se em fase final o estudo prévio para “ elaboração dos projectos de saneamento nas localidades de Vilarinho, Faílde, F. Transbaceiro, e Cova de Lua; Foi concluída a elaboração do projecto de saneamento para a localidade da Freixeda, encontram-se em fase final de elaboração os projectos de saneamento para as ruas João Fernandes, Ana Garcia e ainda para o Bairro de S. Lourenço.

Da mesma forma encontram-se em fase de elaboração os estudos técnicos, tendentes à execução dos seguintes trabalhos: Substituição do reservatório na localidade de Espinhosela; Substituição de toda a rede de água na rua Central em Izeda (compatibilizando tais trabalhos com a renovação do pavimento a executar pelas Estradas de Portugal); Substituição do reservatório na localidade de Martim e ainda a reavaliação do sistema elevatório de água, instalado na localidade de Vila Franca.

Em fase de lançamento de concurso Público Internacional está a “Aquisição de Serviços para Tratamento de Águas” e em preparação de processos tendo em vista a abertura de procedimento concursal, estão o estudo referente ao plano estratégico da rede de abastecimento de água a Bragança e a elaboração dos projectos de saneamento para as localidades do Zeive, Vila Franca, Pereiros e Veigas de Quintanilha. Foram concluídos, durante o primeiro semestre do ano, os trabalhos de colocação de contadores nas localidades de Gondesende, Oleiros, Portela, Carrazedo, Alimonde, Rebordaínhos e Pereiro. Finalmente, de

referir que desde o início do ano e até final de Maio foram substituídos, com reparação ou abatimento, um total de 780 contadores.

4.2 - Divisão de Defesa do Ambiente

- O Município de Bragança foi galardoado, pelo quarto ano consecutivo, com a **Bandeira Verde – ECOXXI**, que distingue as boas práticas de sustentabilidade implementadas pelos municípios. A atribuição deste prémio, cuja cerimónia decorreu no dia 27 de Maio, no auditório do Parque de Ciência e Tecnologia da Maia, é mais um reconhecimento das acções levadas a cabo e seguidas em Bragança, nomeadamente no que diz respeito à qualidade ambiental e educação para a sustentabilidade.

- Durante a **Semana Ambiente**, que decorreu de 31 de Maio a 5 de Junho, o Município desenvolveu as seguintes actividades: Acções de sensibilização nas escolas do 1º ciclo (6), onde foram abordadas temáticas relacionadas com a gestão de resíduos, gestão das florestas e animais (licenciamento). Efectuou-se ainda um inquérito relacionado com o sistema de gestão de resíduos. No dia 4, e à semelhança de anos anteriores esta Divisão procedeu à limpeza de dois locais contaminados com deposições ilegais em S. Pedro e Serracenos. Por último, o dia 5 (Dia Mundial do Ambiente) foi celebrado com um encontro transfronteiriço de crianças em Zamora, onde foram desenvolvidas várias actividades de cariz ambiental (ateliers, jogos, workshops, música sustentável, entre outras).

No âmbito destas comemorações realizaram-se em diversas escolas (Rebordãos, Samil, Espinhosela, Zoio e Quintanilha) do Concelho sessões de esclarecimento e sensibilização relacionadas com as temáticas dos resíduos, floresta e animais. Nestas acções foi transmitida/discutida a importância destes temas no que concerne à preservação do ambiente e da biodiversidade.

- Foram colocados 12 sinais de início e fim de localidade, delimitando a velocidade máxima dentro da cidade a 50 km/h. Esta iniciativa vem responder a uma obrigatoriedade legal, tendo sido articulada com a Polícia de Segurança Pública e Guarda Nacional Republicana.

Gabinete Técnico Florestal - No âmbito das actividades da CMDFCI e dando continuidade às acções de sensibilização/informação, foi renovada a imagem nos painéis (3) colocados em locais estratégicos do Concelho visando alertar a população em geral para a importância da acção individual na protecção da floresta. Realizadas queimadas na freguesia de Milhão (Quintas do

Vilar), Soutelo (Carragosa), Espinhosela (Cova de Lua), com a colaboração dos Bombeiros Voluntários de Bragança, AFN, GIPSGNR, Sapadores Florestais de Montezinho e CMB.

Estas acções foram desenvolvidas a pedido e com a colaboração da Junta de Freguesia de Milhão e as Comissões de Baldios de Carragosa e Cova de Lua.

4.3- Divisão de Transportes e Energia – acompanhamento das centrais mini-hídricas e micro fotovoltaicas. Procedeu-se à abertura do procedimento de concurso para construção da Central mini-hídrica do Fervença. Na área de transportes, foi assegurado o funcionamento normal, em termos de transportes escolares, urbanos e de turismo.

Relativamente ao **Aeródromo**, nos cinco primeiros meses foram verificados 1146 movimentos de aeronaves e 1753 embarque ou desembarque de passageiros. O que corresponde, em relação ao mesmo período de 2009, a uma diminuição de 6,7 % nos movimentos das aeronaves e a uma diminuição de 6,9 % no número de embarque e desembarque de passageiros.

No que respeita à carreira regular, verificou-se em relação ao ano de 2009, uma diminuição de 4,4 % no número de embarque e desembarques de passageiros e um aumento de 1 % nos movimentos das aeronaves. Procedeu-se à adjudicação do serviço de manutenção e assistência técnica dos equipamentos electrónicos do Aeródromo Municipal à empresa Telescan.

No que diz respeito aos **parques de estacionamento**, de salientar o registo de entrada, no período em análise, de 21.074 veículos no parque Camões (+8,8% face ao ano de 2009) e 71.219 veículos no parque Sá Carneiro (+14,2%)

No dia 12 de Junho, decorreu em Bragança, o **44º Encontro Nacional de Trabalhadores dos Transportes Urbanos**, organizada pela Câmara Municipal, no âmbito das Comemorações dos 25 anos do Serviço de Transportes Urbanos de Bragança (STUB). Marcaram presença nesta iniciativa cerca de 600 pessoas, oriundas de todo o País.

De referir ainda, que no âmbito das Comemorações dos 25 anos do STUB, a Câmara Municipal de Bragança vai organizar, em Setembro, um workshop, subordinado ao tema “Transportes públicos em zonas rurais que futuro?”, a criação de uma aplicação informática que permitirá a consulta dos horários do STUB por telemóvel, bem como a apresentação de uma brochura sobre a situação dos transportes públicos no concelho e sua evolução.

Outras actividades relevantes:

- No âmbito das Comemorações do Centenário da República, realizou-se, no dia 7 de Maio, a **conferência “A República e o 25 de Abril”**, e contou com a presença de figuras ligadas à Revolução dos Cravos, como o Coronel Vasco Lourenço, um dos Capitães de Abril, o arquitecto Luís Manuel Mateus, fundador do Movimento República e Laicidade, e Tábita Mendes, antiga deputada por Bragança. No dia 28 de Maio decorreu a **Tertúlia e Poesia na República**, com Fernando Capela Miguel, Fernando Branco e António Afonso.
- No dia 9 de Maio, no âmbito das comemorações dos **25 anos da festa da fronteira e romaria internacional**, em honra de Nossa Senhora de Fátima, realizada na zona fronteiriça da Petisqueira e Villarino de Manzanas, foi celebrado o acordo entre o Município de Bragança e a Diputación de Zamora, para a construção da Ponte Internacional, substituindo a passagem precária que existe actualmente.
- No dia 12 de Maio, em Zamora, foi aprovado o **primeiro orçamento do Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial (AECT) ZASNET**.
- Realização de **reuniões mensais do Executivo com as Chefias** com o objectivo de manter a política de controlo de custos do Município que tem sido seguida até aqui. Na última reunião, que decorreu a 28 de Maio, a ideia-chave foi a de continuar a manter as boas práticas do Município, a gerir com rigor e dar um exemplo positivo de gestão para o País.
- Publicado o estudo realizado pelo Instituto de Tecnologia Comportamental e o Semanário Sol, que distinguiram o Município de Bragança com uma Menção Honrosa nos domínios da Felicidade e das Acessibilidades e Transportes. Assim, **os habitantes de Bragança são “os segundos mais felizes de todo o País”**. Os resultados desta avaliação, efectuada ao longo de quatro meses, colocam Bragança nos primeiros lugares relativamente às áreas do Ensino e Formação, Ambiente, Segurança, Urbanismo e Habitação, Turismo, Cultura e Lazer. Contudo, é nos domínios da Felicidade e das Acessibilidades e Transportes que o Município de Bragança se destaca de todos os outros concelhos analisados, tendo alcançado a segunda posição classificativa.

Município de Bragança, 16 de Junho de 2010.

O Presidente da Câmara Municipal

António Jorge Nunes, Eng.º Civil

----- **Presidente da Mesa** – Sr. Presidente da Câmara tem a palavra.....

----- **Presidente da Câmara** - A informação escrita sobre o Estado e Vida do Município foi entregue aos Srs. Deputados, em tempo útil, da qual saliento o seguinte:

----- A execução do orçamento da receita é de 37,8%, o orçamento da despesa de 36,4%. Em termos globais a dívida decresceu no período de 1 de Janeiro a 31 de Maio de 2010, em 1,97 milhões de euros em relação à dívida registada a 31 de Dezembro de 2009, ou seja, 11.03%.

----- Se ao nível da Administração Central a situação fosse idêntica, deixaríamos de estar numa situação de deficit continuado com graves prejuízos para a economia e para os cidadãos. Trata-se de uma forma de gestão que assegura estabilidade e investimento, por isso os dados apresentados respondem a algumas das questões que já foram colocadas.....

----- Na área da habitação social foram atribuídos quatro fogos para realojamento de emergência, e uma transferência por motivos de saúde nos bairros sociais da Mãe de Água e da Coxa.--

----- A nível de urbanismo foram abertos seis concursos, destacando-se o alargamento e pavimentação da estrada Municipal 308 à fronteira. No período em análise foram adjudicadas obras e fornecimentos no valor 315.767 € destacando-se a adjudicação da construção da sede da Junta de Freguesia de Outeiro. Na área do urbanismo, com a publicação em Diário da Republica, ganhou eficácia a 1.ª revisão do Plano Director Municipal, terminando assim um longo período de anos, após o início do processo de revisão.

----- Foram atribuídos oito lotes a casais jovens, no âmbito da 2ª fase da bolsa de candidatura a lotes no loteamento municipal.....

----- Também salientar que foi tomada a decisão, no âmbito do QREN, de financiamento, para um conjunto de obras de saneamento no âmbito do ciclo urbano de água, foi obtido um apoio financeiro de 1.500.000€ e que envolve saneamento das localidades: Parâmio, Lagomar, Terroso, Gondesende, Frieira, Vila Boa e a substituição das fossas sépticas das aldeias de França, Rabal e Rebordãos, por estações de tratamento compactas. Após a assinatura do necessário acordo de financiamento daremos início à publicação dos respectivos concursos de execução.

----- Estão em fase de elaboração os projectos de saneamento das localidades de Vilarinho, Failde, Fontes Transbaceiro e Cova de lua.....

----- Foi concluída a elaboração do projecto de saneamento para a localidade de Freixeda. Encontra-se em fase final de elaboração os projectos de saneamento para as ruas João Fernandes de Garcia e para o bairro de São Lourenço.

----- No dia 12 de Maio, reuniu em Zamora o Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial, com sede em Bragança, tendo aprovado o seu primeiro orçamento e aprovado as candidaturas a submeter a aprovação de Fundos Comunitários, no âmbito do programa POCTEP.

----- Vou, na medida do possível responder a questões que foram colocadas e que parecem relevantes.

----- A questão do reordenamento da rede escolar, tenho que salientar a tomada de posição do Município, tomada em reunião de Câmara e divulgada através da Comunicação Social, enviada ao Sr. Presidente da AM, aos Srs. Directores dos Agrupamentos de Escolas e Escolas não Agrupadas e também enviada ao Sr. Secretário de Estado da Educação.

----- “O reordenamento da rede escolar, e o arranque do ano lectivo de 2010/2011 do concelho de Bragança tem gerado controvérsia e insegurança devido à pouca clareza com que este processo tem decorrido e às sucessivas informações, informais, veiculadas nos meios de comunicação e comunidade em geral, numa época que deve existir tranquilidade e certezas para preparar o próximo ano lectivo.

----- Este facto foi, diversas vezes, registado pela Câmara Municipal nos órgãos de gestão dos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas, em reunião com a Sra. Directora Adjunta, aquando da realização do Concelho Municipal de Educação, deixando clara a nossa posição em relação, entenda-se do Município, em relação da questão da rede escolar do concelho.

----- As condições adversas com que se debate o interior do País, a necessidade de coesão territorial e a sustentabilidade dos Municípios obrigam a que sejam consideradas medidas de excepção para regiões que por si já se encontram fragilizadas demograficamente.

----- Nos últimos anos o esforço de reordenamento da rede escolar mobilizou fortemente e de modo positivo o Município, tendo havido já uma grande concentração dos alunos em escolas de maior dimensão e com melhores condições. Relembramos que o concelho de Bragança teve mais de 100 escolas do primeiro ciclo, estando neste reduzido a 20 escolas deste nível de ensino. Foi este princípio que levou à construção de 2 centros escolares da cidade e às melhorias do centro da área rural, não tendo havido, lamentavelmente, financiamento para os

centros escolares para a área rural e para a área urbana, apesar de o Município ter feito a despesa com os projectos e aberto os concursos para a sua construção.

----- Cientes da importância da colaboração dos vários intervenientes neste processo, procedemos à realização de reuniões com Directores e Presidentes dos Concelhos Gerais de Escolas, com os Presidentes de Junta de Freguesia, com a equipe de apoio às escolas, na procura de soluções que permitam um melhor trabalho pedagógico, tendo em vista o sucesso escolar dos alunos, uma maior rentabilidade dos espaços físicos e existentes, a manutenção dos postos de trabalho dos docentes e não docentes existentes nas escolas do concelho.

----- Na reunião do dia 9 de Junho, nas instalações da DREN, onde estiveram presentes: o Sr. Secretário de Estado, Dr. João Trocado da Mata; o Sr. Director Geral da Educação do Norte, Dr. António Leite, e os Srs. Presidentes e representantes das Câmaras Municipais do distrito de Bragança.....

----- Foram apresentadas as linhas orientadoras do reordenamento da rede escolar, nomeadamente o encerramento da EB 1 com menos de 21 alunos, ou de lugares únicos; a criação de unidades orgânicas com todos os níveis de ensino, desde o pré-escolar ao décimo segundo ano, o que obrigaria a fusões de estabelecimentos de ensino ficando no entanto garantida a manutenção de uma unidade orgânica por concelho, mesmo que não administra-se o ensino secundário, (caso de Vimioso ou concelhos mais pequenos).

----- Depois das intervenções dos vários presidentes das Câmaras Municipais em que foram expostas as razões pelas quais não concordavam com o encerramento de algumas escolas EB 1, ficou acordado que este processo seria conduzido com os Municípios em reuniões de trabalho e seria analisado caso a caso em cada concelho. No caso de Bragança, no concelho de Bragança foi indicada a discordância do encerramento das EB 1 da área rural, nomeadamente a de Espinhosela, por razões de ordem geográfica, de distância do percurso a realizar, das condições climatéricas da região, da coesão territorial de sustentabilidade. A EB 1 de Espinhosela, falo de duas situações, não podemos por tudo, mas a EB 1 de Espinhosela abrange uma vasta área geográfica que obrigaria 1 aluno da aldeia de Zeive, que actualmente faz o percurso de 12km até à EB de Espinhosela em 18 minutos, a percorrer um percurso de 30km até Bragança em 45 minutos em cada viagem, com as condições viárias e climatéricas adversas em praticamente todo o ano lectivo.

----- Em relação ao agrupamento vertical de Izeda, não focando as questões evidentes da coesão territorial, da sustentabilidade do Município, da sobrevivência e da dinâmica económica desta Vila e obviamente dos postos de trabalhos existentes, a fusão deste agrupamento com uma escola secundária da cidade marca, de certa forma, o posterior encerramento da escola. Neste momento o aluno residente numa aldeia circundante a Izeda, como Macedo do Mato, percorre 7km até à escola, demorando cerca de 11 minutos, se este aluno tiver que se deslocar para Bragança, percorrerá 64km e demorará 96 minutos em cada viagem. Não podemos, após este exemplo, deixar de pôr em causa o conceito tão veiculado e focado do sucesso escolar em todas as resoluções do Ministério da Educação. A acrescentar a estes factos, os esforços significativos no investimento, em termos de equipamento, na procura de oferecer melhor condição devida aos alunos, como no caso da EB 1 de Samil e do Tournal.

----- Atendendo a que o acordo relativo à reorganização da rede escolar e às transferências de competência está a ser debatido entre o Ministério da Educação e a Associação Nacional de Municípios Portugueses, onde se estruturam, onde estrutura as condições desta questão, nomeadamente o respeito pelo homologado nas cartas educativas, o encontro de soluções e condições adequadas a cada caso, as excepções e a obrigatoriedade do parecer dos Municípios, através da celebração de acordos entre cada Município e a Direcção Regional de Educação, definindo os termos e as condições de colaboração mútua, designadamente na organização dos transportes escolares, fornecimento das refeições, nas actividades de enriquecimento curricular, é com admiração e incompreensão que recebemos a informação via meios de comunicação, elementos dos órgãos de gestão do agrupamento vertical de Izeda e mais uma vez informalmente pelo próprio coordenador da equipa de apoio às escolas, Dr. Luís Martins, da fusão do agrupamento vertical de Izeda com a escola secundária Abade de Baçal e o encerramento da EB 1 de Samil, Espinhosela, Zoio e Tournal, sem ter havido previamente o contacto como o acordado, saliento, com o Município.....

----- O município de Bragança tem sempre procurado a estabilidade, a unificação e o diálogo entre as várias, a unificação aqui será, não é bem o termo, e o diálogo entre as várias instituições, construindo de forma positiva. Neste âmbito a preocupação com o sucesso escolar dos alunos, com a estabilidade das suas famílias, com a rentabilização dos espaços físicos existentes e com a manutenção dos postos de trabalho dos docentes e não docentes, num concelho castigado pelo poder central, tem sido constantemente o ponto central da nossa intervenção.

----- Face ao exposto consideramos que as iniciativas da Direcção Regional de Educação são prematuras e devem ser adiadas, até análise conjunta das várias alternativas, dando tempo de ponderar e de oferecer melhores condições aos alunos e a toda a comunidade escolar. Foi este o teor da referida comunicação.

----- A questão da ligação concelho de Bragança/ Macedo de Cavaleiros, há uma questão de competências que deve ser resolvida pelo Ministério da Educação. A nossa disponibilidade, do Município de Bragança, para assumir as despesas inerentes ao transporte e refeições dos alunos que possam vir a ser transportados de aldeias próximas, do concelho de Macedo de Cavaleiro, foi transmitida à DREN e Câmara de Macedo de Cavaleiros. E portanto, senhor Deputado, trocou e baralhou completamente esta questão, sabendo que, hoje, em tempos de crise, o centralismo tenta reforçar-se, tenta esvaziar o Municipalismo, se isso acontecer a democracia perde. Estou consciente que é nesta luta que estamos, é uma luta de estratégia e de organização do País, é uma luta contra a pobreza que tem de envolver todos, particularmente o interior, resistindo às políticas centralistas que esvaziam o interior de serviços, economia e de população.

----- Foi constituída a Academia de Letras de Trás-os-Montes, tendo estado presente na sua constituição o Presidente da Academia de Ciências que nessa qualidade assinou protocolo de colaboração entre a Academia de Ciências de Lisboa e a Academia então criada.....



Área Cultural (actividades mais relevantes)

12 Jun. – Constituição da **Academia de Letras de Trás-os-Montes**



Assinado protocolo de cooperação com a **Academia das Ciências de Lisboa**

----- Na décima primeira edição da feira do livro, fez-se uma homenagem ao Padre Jaime Coelho Cepeda que cedeu algumas centenas de livros ao município. Também o lançamento e a apresentação do livro relativo à vida e obra de Jacob Sarmiento.



Área Cultural (actividades mais relevantes)

XXI Edição da Feira do Livro



Homenagem ao Padre Jaime Coelho



Apresentação do livro do Dr. Jacob Sarmento



----- Na área do desporto temos de salientar as principais actividades, projecto Bragança Saudável, Bragança Solidária, realizaram-se nesse intervalo de tempo, caminhadas em Rossas, Passo de Rio Frio, Rabal, Refoios, Outeiro, Coelhooso. O décimo primeiro encontro de jogos tradicionais. A décima primeira milha das Cantarinhas e também a milha escolar e a milha popular.



Área do Desporto

- Projecto “Bragança Saudável, Bragança Solidária”: caminhadas rurais Rossas, Paço de Rio Frio, Rabal, Refoios, Outeiro, Coelhooso;
- XI Encontro de Jogos Tradicionais;
- XI Milha das Cantarinhas;
- Dia do Desporto;
- Portugal a correr;
- III Bragança Activa.



Obras — Inauguração do Centro de Convívio Palácios



----- O vigésimo quinto aniversário dos transportes urbanos, que coincidiu com o quadragésimo quarto encontro nacional de trabalhadores de transportes urbanos.





Área Social

Realojamento de 5 famílias



Envio de roupas e material escolar para S. Tomé e Príncipe (Distrito de Água Grande)



290 volumes + tractor



----- Também a 9 de Maio, decorreu a vigésima quinta festa de Fronteira, romaria internacional de Petisqueira e Villarinho de Manzanas, organizada pela Junta de Freguesia de Deilão, e o seu homólogo. Estiveram presentes o Sr. Bispo da Diocese de Bragança e o Sr. Bispo da Diocese de Zamora, e outras autoridades civis e militares. Nesse dia foi assinado um convénio de cooperação entre o Município de Bragança e a Diputación de Zamora, com vista à construção, da ponte no rio Maças, em substituição de um pequeno pontão.



Outras Iniciativas

**9 Maio: 25ª Festa de Fronteira e Romaria Internacional –
Petisqueira e Villarino de Manzanas**



Convénio de Cooperação com a
Diputación de Zamora, para a
construção da Ponte Internacional.





Outras Iniciativas



Água Grande - Bragança
CIDADES IRMÃS



**UNIDAS PARA REFORÇAR A
COOPERAÇÃO NORTE-SUL**

Visita à República Democrática de São Tomé e Príncipe
Junho de 2010

----- Farei uma breve abordagem à visita à República Democrática de São Tomé e Príncipe no âmbito da cooperação realizada face aos protocolos existentes entre os dois municípios, descrevendo as visitas realizadas a instituições sociais e de ensino, empresariais e de âmbito político.



Água Grande - Bragança
CIDADES IRMÃS



Encontros Institucionais



Jardim-de-infância Tartaruga



Santa Casa da Misericórdia



Água Grande - Bragança
CIDADES IRMÃS



Encontros Institucionais



**Ministro da Administração Interna, da
Administração Territorial e da Protecção Civil**



**Embaixador de Portugal
em S. Tomé**



Água Grande - Bragança
CIDADES IRMÃS



Assinatura de **Convénio de Geminação e Protocolo de
cooperação** para a formação de quadros



Água Grande - Bragança
CIDADES IRMÃS



Encontros Institucionais



Primeiro Ministro de S. Tomé e Príncipe



Vice-Presidente do Instituto
Superior Politécnico de STP



Água Grande - Bragança
CIDADES IRMÃS



Encontros Institucionais



Associação das Autarquias Locais



Centro de Formação Profissional



Água Grande - Bragança
CIDADES IRMÃS



Encontros Institucionais



Centro Hospitalar
de S. Tomé



Instituto de Ciências da Saúde, Dr.
Victor Sá Machado



Água Grande - Bragança
CIDADES IRMÃS



Câmara do Comércio, da Indústria, da
Agricultura e de Serviços



Embaixador de Boa Vontade da CPLP



Água Grande - Bragança
CIDADES IRMÃS



Encontros com artistas de STP



Encontro com João Carlos Silva,
Coordenador do projecto CACAU – Casa das
Artes, Criação, Ambiente e Utopias



Encontro com os pintores
Eduardo Malé e René Tavares



Água Grande - Bragança
CIDADES IRMÃS



Visita à família de um estudante
santomense em Bragança



----- Feita a síntese da visita oficial ao Distrito de Água Grande, continuo, respondendo a outras questões colocadas pelos senhores deputados.

----- Quanto ao cruzamento na Avenida 22 de Maio, temos a situação identificada e em estudo técnico desta e de outras situações, sendo que os problemas identificados, com destaque para o relatório de sinistralidade apresentado pela PSP, em reunião do Conselho Municipal de Segurança, não são preocupantes.

A questão da Junta de Freguesia de Quintanilha - fizemos uma reunião com todos os Srs. Presidentes de Junta na Sala de Actos do Município, o Sr. Presidente de Junta não pode estar presente, em que cada um dos Srs. Presidentes de Junta usou da palavra 2 vezes para clarificar algumas orientações de gestão para o presente mandato.....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Presidente.

----- Vamos proceder às inscrições necessárias para os Sr. Deputados que queiram intervir:
Luís Filipe e Veloso.

----- Vamos ver se a Mesa não se esqueceu de ninguém, eu passo então a dizer: Luís Filipe, do PS; Bruno Veloso, do PS; Armando Lima, do Movimento Sempre Presente; do Alberto Morais, da CDU; Luís do Vale, do Bloco de Esquerda; Presidente de Junta de Freguesia de Quintanilha, José Carlos. E não registamos mais nenhuma intenção de pedidos de esclarecimentos ao Sr. Presidente de Câmara, de modo que tem a palavra o Sr. Deputado Luís Filipe. -

----- **Luís Filipe** – Bom dia a todos, tenho aqui duas questões a pôr ao Sr. Presidente da Câmara, mas antes e porque ele me serviu com um mimosinho, há bocado, vou-lhe dizer o seguinte Sr. Presidente:

----- Vesti a camisola, é uma questão relativa e cada um veste como quer e pode, e eu em relação àquela gente e àquela região tenho vestido sempre. Não sei porque é que o Sr. Presidente fez essa menção. No entanto em relação a esta questão, eu quero-lhe dizer uma coisa, queria dizer, não está presente, gostava, ser olhos nos olhos, mas não posso, queria-lhe dizer o seguinte:

----- Em termos de demagogia, muita coisa vai nesta questão das escolas e do reordenamento da rede escolar em Bragança. E queria-lhe dizer que Izeda só pelo concelho de Bragança perde esta guerra. Está visto, não há hipótese, a desertificação naquela zona é de tal modo intensa que não há hipótese de manter uma escola com as dimensões que aquela escola tem e para o futuro e com as valências que poderá vir a ter.

----- A questão de Macedo é uma questão que o Sr. Presidente vem para aqui com os Municipalismos e com a concentração em determinadas zonas, mas eu gostava de perguntar ao Sr. Presidente da Câmara se foi verdade ou mentira, que numa reunião que teve recentemente com a Directora Adjunta da DREN que ele próprio foi desafiado em entrar em conversações com Macedo de Cavaleiros. Isto é a resposta exactamente à demagogia que ele põe aqui na questão de Macedo na defesa das Capelinhas, porque a própria DREN está aberta a esse diálogo e veria com bons olhos que esse diálogo existisse para defesa do interesse das crianças daquela região e não na defesa de outros interesses.

----- Em relação ainda a esta questão gostava de deixar aqui um alerta, porque a confusão no reordenamento rede escolar vem aí, e vem aí principalmente aqui em Bragança, pela situação que o Sr. Presidente da Câmara criou no modo como idealizou os Centros Escolares, o tipo de Centros Escolares e a localização dos Centros Escolares, porque o Centro Escolar localizado na zona da Estacada que é o Centro Escolar, vamos ver como é que ele vai ser operacionalizado, vamos ver como é que as crianças se vão deslocar para aquele Centro Escolar, portanto essa confusão vem aí, e o Sr. Presidente da Câmara sabe e neste momento está a ser estudado na DREN a situação de Bragança, e tudo isso vai ser equacionado, mas principalmente pelo tipo de Centros Escolares e localização desses Centros Escolares, que são exclusivamente da responsabilidade da Câmara Municipal de Bragança.

----- Agora os pedidos de esclarecimento em relação ao Estado e Vida do Município. Sr. Presidente, há dois aspectos que o Sr. Presidente tem tentado cultivar para a cidade de Bragança, nos últimos anos, sem grande efeito, diga-se de verdade, mas que tem tentado envolver a cidade e as instituições em duas áreas. Uma, concretamente a cultura/educação e outra o ambiente.

..... Na cultura, todos nós temos assistido à criação de Museus, Centros de Arte Contemporânea, Teatros, tudo mais. No entanto havia nesta cidade um dia que estava a ser comemorado com alguma intensidade e envolvia muitas das instituições, desde a Câmara, à Junta de Freguesia da Sé, que lamento não ver aqui o Presidente para também ele nos poder dar o testemunho, este ano surpreendentemente o dia mundial da criança foi cancelado à última da hora sem o justificativo plausível, para instituições que colaboravam e sempre se empenharam e deixou defraudado muitas escolas que viam aí uma oportunidade de comemorarem esse dia com as suas crianças. Nunca me chegou ao conhecimento uma resposta plausível. Gostava de saber porque é que a Câmara Municipal, este ano, cancelou o dia Mundial da Criança, e a Junta de Freguesia também, gostava de ouvir a sua opinião, mas não está cá, infelizmente não sei se está algum representante, porque era uma das instituições que mais colaborava, era o motor daquele dia e também a Junta de Freguesia da Sé falhou nesse dia.

----- Outro dia também que era comemorado com alguma pompa e circunstância era o dia Mundial do Ambiente, também Bragança pretende como o Sr. Presidente da Junta e da Câmara diz, ser uma cidade eco, ecológica, um conceito que, até hoje, ainda não encontrei na bibliografia, talvez um dia alguém me explique o que é isso, mas também o dia Mundial do Ambiente que era comemorado com algumas instituições e escolas, foi cancelado também este

ano na cidade de Bragança. Porquê toda esta onda de cancelamentos? E o Sr. Presidente penso que não vai responder, como tem respondido noutras ocasiões de que isso é culpa do PEC, portanto culpa do PEC não estará aqui equacionada penso eu.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado Sr. Deputado, tem a palavra agora para a sua intervenção o deputado do PS Nuno Veloso.

----- **Nuno Veloso** – Mais uma vez muito bom dia a todos. Sr. Presidente, também o que me trazia aqui, era também de alguma forma questionar sobre o porquê do cancelamento à ultima hora do dia Mundial da Criança, sendo que naturalmente esse dia inclusive constava do programa da agenda cultural da Câmara Municipal, o que é algo que eu não entendo, porque normalmente quando se fazem este tipo de programações, uma das questões que naturalmente se pensam são também as questões financeiras foi a única questão que eu ouvi como resposta muito evasiva, mas gostaria de facto que o Sr. Presidente nos esclarecesse. Mas Sr. Presidente, vinha também aqui dar de alguma forma os parabéns ao Sr. Presidente de Câmara porque finalmente e de alguma forma tardia, ter compreendido que os passeios desta cidade são para os peões e não para os pinos que deles se apropriavam, impedindo a passagem de muitas pessoas com alguma dificuldade e mobilidade, se calhar aquilo que está de alguma lavagem é ainda pouco, mas finalmente depois deste tempo todo compreendeu essa problemática

----- Mas, Sr. Presidente, uma das coisas também e já que apresentou aqui um projecto solidário, com outro País, gostaria que o Sr. Presidente me desse algumas explicações daquilo que tem sido feito. Eu tenho passado, aliás como todos nós, na antiga estrada para Donai e vemos que infelizmente continua a crescer um acampamento, que eu chamaria um bairro de lata, com alguns cidadãos a viverem com as condições mais desumanas que se possam imaginar. Naturalmente que quero crer que tudo foge às construções naturalmente ilegais, mas o que mais me preocupa é aquilo que a Câmara possa fazer ou aquilo que tenciona fazer para dar uma ajuda condigna para aqueles cidadãos que vivem em condições absolutamente deploráveis e desumanas.....

----- Eu Lembro que muitos Municípios utilizaram há muitos anos uma bandeira de acabar com os bairros de lata, e eu acho inadmissível que numa altura destas a Câmara municipal não consiga resolver esse problema e continuamos às nossas portas a ver aquela degradação e aquela exclusão social que vemos e que muito nos entristece.

----- Ainda mais duas perguntas, Sr. Presidente - Concelhos Municipais de Juventude - foi durante muito tempo, no antigo mandato, debatida essa questão, foi aprovada nesta AM, foram fechados os olhos por parte do Sr. Presidente de Câmara, por força da lei ainda o ano passado apresentou a esta AM uma proposta de regulamento que foi aprovado. No entanto ficou-se pelo papel e gostaria de saber quais as medidas que tenciona tomar para que de facto o Conselho Municipal de Juventude seja uma realidade.....

----- Ainda uma outra questão e dadas as conhecidas situação financeira e económica que o País atravessa e que se exige alguma esforço de todos, nomeadamente nalguns gastos necessários, gostaria de questionar o Sr. Presidente de Câmara relativamente ao estado das empresas Municipais, nomeadamente a empresa Mercado Municipal, a empresa das Carnes, e ainda sobre uma outra empresa de Cartografia de qual a Câmara Municipal é sócia mas que não encontrei muita documentação sobre essa informação, situada no Tagus Parque em Oeiras, e eu gostaria de facto saber quais as despesas que a Câmara Municipal tem com essa dita empresa e quais são os benefícios que dela resultam.

----- E também relativamente a esta questão de empresas Municipais, se o Sr. Presidente de Câmara tenciona manter, de alguma forma, o sobre endividamento dessas empresas Municipais, nomeadamente do Mercado Municipal. Muito obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Obrigado, Sr. deputado. Tem a palavra agora para a sua intervenção, o Deputado do Movimento Sempre Presente, Normando Lima, tem a palavra.

----- **Normando Lima** – Sr. Presidente da AM, Srs. Secretários, Sr. Presidente da Câmara Municipal, Srs. Vereadores, caros colegas, Público em geral, Presidentes de Junta, a todos muito boa tarde. Na qualidade de deputado eleito pelo Movimento Sempre Presente e como residente na zona Sul do Concelho, mais concretamente em Izeda, quero colocar-lhe uma questão que me preocupa particularmente. Refiro-me especificamente ao estado em que se encontram algumas vias de comunicação, a titulo de exemplo cito-lhe a ligação entre a estrada de Pinela e o IP 4, a ligação de paredes a Mós, caminho agrícola, e a ligação intermunicipal de Coelhoso para Argoselo.

----- É evidente que governar numa situação de aperto financeiro não é fácil, não é possível fazer tudo ao mesmo tempo, mas é necessário estabelecer uma lista de prioridades, onde as obras atrás referidas devem estar incluídas, para não termos de dizer daqui a algum tempo que se tratam de promessas não cumpridas pelo Sr. Presidente.....

----- Aproveito também para lhe pedir que tenha em atenção a necessidade de colocar o colector das águas pluviais na rua Central de Izeda, aproveitando obras do Instituto das Estradas de Portugal, questão já levantada em reunião de Câmara pelo Sr. Vereador Humberto Rocha.

----- Também gostava de dizer, que já há alguns anos foi falada e prometida a Avenida Nossa Sra. da Assunção, pelo menos alguns doze anos foi, mas ainda não está feita.

----- Também queria dizer que precisávamos de uns passeios para as pessoas mais de idade, irem a passear à noite em especial, da rotunda para Izeda e vice-versa, porque não há um palmo disponível para as pessoas. Na estrada 317 também não há um palmo de passeio em Izeda, não sei se é da culpa das estradas de Portugal, porque em Carção e Santulhão há, com os passeios de um lado e do outro. Na 217, se formos, por exemplo, a Morais, parece uma cidade, em Izeda nada, quando foi do arranjo da pavimentação da estrada 317 aquela parte da rotunda para cima foram colocadas as guias para se fazer os passeios, mas até hoje continuam todos parados. Muito obrigado era só.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Senhor Deputado. Tem a palavra agora para o seu pedido de esclarecimento, o deputado da CDU, Dr. Morais.

----- **António Morais** – Meus Srs. antes propriamente de entrarmos em questões mais de ordem particular, tinha aqui uma moção que eu acho extremamente oportuna e que pedia para não haver perda de tempo, porque estou limitado nos 5 minutos, terei que ser telegráfico, portanto pedi à Mesa e foi aceite, para lerem a moção e pôr à vossa consideração.

----- **Presidente da Mesa** – Vou começar a ler e fazer a leitura da moção.

“Moção

A crise que se vive em Portugal, na Europa e no Mundo, e o resultado da crescente financeirização da economia, da protecção da especulação que afecta as economias mais vulneráveis, procurando impor-lhes, com o apoio dos respectivos governos, inaceitáveis condições de regressão social, de declínio económico e de perda da soberania, visando garantir uma cada vez maior concentração da riqueza.....

Com as medidas anunciadas pelo Governo para combater a crise desresponsabiliza-se o Estado das suas funções sociais e desmantelam-se as redes de serviços que as concretizam, oferecendo novas oportunidades de negócios aos grandes grupos económicos, reduzindo o serviço publico, subordinando e limitando a autonomia das autarquias.....

As soluções encontradas pelo Governo para sair da crise pretendem intensificar:.....

- O encerramento de centros de saúde, urgências e hospitais concelhios. O encerramento de escolas, como agora as 900 anunciadas a somar às 2500 já encerradas, sempre em nome de uma suposta eficácia, eficiência e qualidade. Ao mesmo tempo que abrem negócios alternativos ou complementares numa lógica de "fecha publico, abre privado". ...
- Força-se a entrada de capitas e a gestão privada de águas, esgotos e lixos, e disparam os preços e degrada-se o serviço.

No seguimento das medidas contidas no Orçamento de Estado para 2010 e no PEC 2010/2013, aprovados pelo Governo com o apoio dos partidos à direita, aprovam-se medidas ainda mais gravosas.

São medidas que penalizam os mesmos de sempre:

- O imposto adicional sobre o IRS é um verdadeiro roubo aos salários dos trabalhadores e as reformas, agravado com o aumento do custo de vida na sequência do aumento das taxas de IVA;.....
- O ataque ao subsídio de desemprego desprotege ainda mais os desempregados e pressiona a baixa geral dos salários;
- A diminuição das comparticipações dos medicamento afecta particularmente os reformados com baixas reformas;.....
- O corte no investimento publico ira penalizar o desenvolvimento nacional, agravando ainda mais o desemprego e a recessão económica;
- O ataque ao consumo interno penalizará ainda mais as micro, pequenas e medias empresas;.....
- Com as privatizações anunciadas entregam-se serviços públicos e sectores fundamentais da nossa economia a interesses obscuros.

Considerando que:

1. Com as medidas agora propostas, o Estado aumenta a sua receita e reduz a sua despesa, enquanto que a Administração Local vê diminuir as suas duas principais

fontes de receita e aumentando os seus pagamentos ao Estado – não havendo assim proporcionalidade nem solidariedade recíproca;

2. Os cortes das receitas municipais (que pesam uns ridículos 1,6 no OE) e o acréscimo de despesa das autarquias a benefício do Estado Central são o caminho que vem sendo seguido para a total asfixia das economias locais, particularmente nas regiões do país com maiores carências, como e a nossa;

3. A descapitalização acelerada dos municípios e freguesias terá reflexos fatais, a médio e longo prazo, na capacidade de conservação e manutenção das infra-estruturas e equipamentos públicos essenciais;

4. O Poder Local está, acima de tudo, solidário com as populações em mais este momento difícil em que são anunciados mais cortes nos orçamentos familiares, porque delas emerge directamente e lhe cabe representa-las e defender os seus interesses;.....

Assim, a Assembleia Municipal de Bragança, reunida em 28 de Junho de 2010,

decide:.....

- Manifestar o mais vivo repúdio por estas medidas que impedem as autarquias de levar por diante uma política de defesa dos interesses das populações que representam.
- . Manifestar a solidariedade com os trabalhadores e populações atingidos nos seus direitos, no emprego, nos salários, nos serviços públicos e direitos sociais.

O eleito da CDU

a) António Alberto Vaz Pereira Morais”

----- **Presidente da Mesa** - É a moção que deu entrada agora na Mesa, que solicitamos que de imediato se proceda aos pedidos de esclarecimentos, de seguida às intervenções necessárias, terminando com a sua votação. Peço ao Sr. Deputado só ter o favor de tomar o lugar para provavelmente dar lugar aos pedidos de esclarecimento, e assinar a respectiva moção Sr. Deputado, se não se importa.

----- Pedidos de esclarecimentos? Registamos um pedido de esclarecimento, do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Rabal, Paulo Hermenegildo e Sr. Deputado do Partido Socialista, Luís Filipe. Não registamos mais pedidos de esclarecimento, pelo que tem a palavra o Sr. Presidente de Junta de Rabal.

----- **Paulo João**– Ex.mo Sr. Presidente mais uma vez. Foi com alguma admiração da CDU, tão preocupada com as populações quando efectivamente viemos trazer uma moção de isenção de licenças e taxas, e que vossa Exa. se absteve. Acho não muito congruente e acho que é extemporâneo este tipo moção.

----- **Presidente da Mesa** – A Mesa considera uma intervenção não um pedido de esclarecimento. Tem a palavra o Sr. Deputado do PS Luís Felipe.

----- **Luís Filipe** – Eu só queria perguntar ao preponente desta moção, embora esta moção agora apareça com 3 ou 4 pontos, ela no geral não é igual à que o mesmo preponente já aqui trouxe e que foi votada, na questão de retirada de competências e dinheiros às autarquias pelo Governo?

----- **Presidente da Mesa** – Sr. Deputado, tem a palavra para proceder ao esclarecimento solicitado pelo Sr. Deputado pelo PS.

----- **Alberto Morais** – Deve haver uma manifesta confusão, a moção que, não, por favor haja o mínimo de seriedade nestas coisas e mantenhamos uma dignidade que nos obriga a estarmos aqui. A moção que foi aprovada e que foi discutida foi do Bloco de Esquerda, não é? Portanto esta é muito clara e não andemos aqui com subterfúgios, ou estamos de acordo ou não estamos de acordo e pronunciamo-nos perante isso, é tão claro como isso, isto se me dá licença, um (parêntesisinho) é a resposta, eu fui suficientemente claro, é evidente, é evidente que aquilo que está em causa na sua proposta, é os que estão dentro não pagam, e os que estão fora pagam. A nossa, a nossa posição é muito clara, nem os de fora nem os de dentro devem pagar, ao abrigo desta portaria. Porque há outras normas e isto é em defesa do interesse de defesa das populações, atenção. Há outras normas nomeadamente o EMI que devem taxar os de dentro e os de fora, porque dentro também há pessoas que ao fazerem investimentos, no parque, devem pagar, porque tem dinheiro, em nome da defesa das populações do Parque, não é só porque tem o estatuto, no Bilhete de Identidade, que é dentro do Parque, não paga. Isso acho que, francamente, até é, permitam-me e sem ofensa, primário, não é?

----- **Presidente da Mesa** – Tem que deixar a moção Sr. Deputado, obrigado. Já foram feitos os pedidos de esclarecimento. Intervenções? Não há registo de nenhuma intenção de intervenções pelo que vamos passar de imediato à votação da moção.

----- Após análise e discussão foi a mesma Moção submetida a votação, tendo sido aprovada, por maioria relativa, com quinze votos contra, trinta abstenções e dezoito votos a favor, estando momentaneamente sessenta e três membros presentes.

----- Declarações de voto? Não há declarações de voto. Não havendo declarações de voto, a Mesa interrompia os trabalhos... ..

----- **Presidente da Mesa** - Para além da moção? Peço desculpa, eu não tinha percebido isso ao Sr. Deputado, peço desculpa, vamos terminar, o Sr. deputado tem pouco tempo, 5 minutos, portanto vamos terminar, a parte da manhã, com a intervenção do Sr. Deputado da CDU, António Morais.....

----- **António Morais** – Eu peço desculpa, mas de facto pronto, é o espartilho que nós estamos sujeitos e eu terei que ser telegráfico, não obstante a importância que eu queria trazer à vossa consideração, aliás na sequência já de algumas intervenções feitas, dirigidas nomeadamente ao Sr. Presidente da Câmara. Desde logo a questão daquilo que se passa com os Parque de Campismo, não é. Pronto temos uma região que é propícia ao turismo e nomeadamente ao turismo vocacionado para Parques de Campismo, e a situação que se passa ali no Sobre águas, e no Parque de Campismo de Rio de Onor, sempre com problemas, sempre com problemas, não é? Acho que isto é preocupação que devia ser resolúvel há muito tempo, não é?

----- A questão das ETARs, que é outro problema que eu creio que devíamos equacionar aqui, não é? Já é tempo das nossas ETARs, e aquelas que não existem passarem a existir nas nossas aldeias, fazerem o tratamento das águas residuais para evitar a compenetração de terrenos férteis para a agricultura nomeadamente, é uma questão de saúde pública e é uma questão de rendimento económico, não é? E há 2 ou 3, não sei, o Sr. Presidente da Câmara se fizer o favor de enunciar aquelas que estão a funcionar, mas muito poucas, não é? Quando há de facto a necessidade deste equipamento que é crucial nos dias de hoje, não basta a designação “Bragança cidade ecológica” quando temos uma situação de idade média, ainda. --

----- Outra questão, a regulação do Transito já aqui foi focada, a regulação do trânsito da nossa cidade. Aquilo que se fez, e dou um exemplo paradigmático, no Bairro da Mãe de Água é qualquer coisa de inconcebível, quer dizer, Becos que servem de entrada e saída do trânsito, parques de estacionamento ou linhas de estacionamento em ruas estreitinhas, cujos carros

,depois de estacionados, impedem os moradores de entrar. Há coisas, é ir lá ver, há coisas que são perfeitamente absurdas e portanto têm que ser rapidamente corrigidas.

----- Entretanto há aqui uma questão, até porque eu fui subscritor também de um abaixo assinado de moradores ali em frente ao ISLA, do prédio que existe em frente ao ISLA e que tinha uma vocação comercial em baixo, e na matriz consta que há vocação comercial em baixo e tinha Parque de Estacionamento. As novas obras de alindamento, alindaram, só que tiraram operacionalidade e pura e simplesmente aquele Parque de Estacionamento que servia os moradores e os utentes dos cafés ali em baixo, desapareceu. Há situações que de facto merecem, merecem ponderação. Eu gostava de saber concretamente se o Sr. Presidente da Câmara, que tipo de resposta a este abaixo-assinado, que já foi, há largos meses, enviado e até este momento não foi respondido.

----- Ainda a questão da rega pública, dos jardins públicos, é o eterno problema, não é? Eu sei que não é fácil, mas há empresas que fazem a manutenção daquilo, rega-se o jardim mas também se rega as rua, e há um desperdício enorme de água para as ruas, inclusive situações de transito e segurança rodoviária que está em causa.

----- O Sr. Presidente da Câmara falou aí da Academia de Música, da Academia de Música, da Academia de Letras... ..

----- **Presidente da Mesa** – Sr. Deputado, peço desculpa, só suspender um bocadinho a sua intervenção, porque eu tenho que pedir aos Srs. Deputados, atendendo que estamos já muito em cima da hora do almoço, que estamos no final já da sessão da manhã e que procedam a silêncio para terminarmos a ouvir a intervenção do Sr. Deputado, agradeço a vossa compreensão, muito obrigado.

----- **António Morais** – Obrigado, obrigado pela chamada de atenção. Uma última questão, foi focada a questão da Academia de Letras, lembro que no decorrer do 3º Congresso de Trás-os-Montes, foi criada a Associação de Escritores Transmontanos, até ao que se saiba, a actividade é zero, ou pouco mais que zero. Pergunto se esta Academia não vai também pelo mesmo caminho, porque criam-se instituições, a Academia da Mascara a mesma coisa, gostava de saber talvez através da Sr. Vereadora da Cultura, fazer o ponto da situação. São criadas estruturas e quanto a isso nada conta, bem pelo contrário, só que depois operacionalidade de trabalho efectivo é muito. Pronto foram algumas das questões que infelizmente o tempo nos partilha, mas que gostava de partilhar convosco, obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Obrigado, só para informar que não está encerrado o período de pedido de esclarecimento, mas vamos continuar da parte de tarde, falta fazer a intervenção de pedido de esclarecimento o Sr. Deputado Luís Vale, do Bloco de Esquerda, e do Sr. Presidente de Junta de Freguesia de Quintanilha, que é o registo que ainda temos aqui. Pelo que vamos suspender os trabalhos, e retomamos os mesmos às catorze horas e trinta minutos, peço que sejam pontuais, para terminarmos os trabalhos o mais cedo possível.

----- **Presidente da Mesa** – Senhores deputados, façam o favor de se sentarem. Temos quórum, podemos iniciar.

----- Durante a manhã já tinha pedido o obséquio de os senhores deputados deixarem as duas últimas filas livres, para o público. Os senhores deputados adoram as duas últimas filas. Tenho que vos confessar o seguinte – complicam-nos a contagem, porque normalmente pode haver confusão com o público presente, pelo que vocês poderão sentir a dificuldade que a Mesa tem e colaborar connosco avançando para a antepenúltima fila, pelo menos, agradeço-vos esse obséquio, é um esforço pequenino.

----- Eu questiono se a Mesa merece o vosso respeito! Merece o vosso respeito, a Mesa? Então avancem duas filas, se fazem o favor.

----- A Mesa continuando o Período da Ordem do Dia e nas inscrições para pedido de esclarecimento, damos a palavra ao deputado do Boloco de Esquerda, Luís Vale, para apresentação do seu pedido de esclarecimento. De seguida este o Senhor Presidente de Junta de Freguesia de Quintanilha.

----- **Luís Vale** – Obrigado, Sr. Presidente. Boa tarde a todos.

----- Sr. Presidente da Câmara, três notas muito breves. A primeira nota já foi referida por duas vezes, também noutras intervenções que é relativamente ao dia da criança e quando, no documento que nos foi entregue, de qualquer forma vêm referenciadas algumas actividades relativas a esse dia, nomeadamente com as instalações dos insufláveis nos estabelecimentos de ensino pré primário.

----- Depois uma outra nota relativamente ao Aeródromo, pelos vistos há um decréscimo de passageiros e mesmo no movimento de aeronaves, face àquilo que era o projecto da Câmara, de transformar o Aeródromo Municipal num Aeroporto Regional. Quais as razões que poderão estar por trás deste decréscimo de movimento e de passageiros?.....

----- Por fim uma última nota relativamente ao último parágrafo deste documento que não deixou de me chamar à atenção, quando é referência a palavra “felicidade” como indicador do

trabalho municipal, ou do Executivo, e portanto é com alguma curiosidade vejo que há algum interesse, na gestão municipal, de sentimentos.....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Tem a palavra o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Quintanilha.....

----- **José Fernandes** – Dispensando os cumprimentos, eles foram feitos na parte da manhã, muito boa tarde a todos. Eu queria aqui, só, fazer uma nota do seguinte: O Sr. Presidente da Câmara continua a não me responder às perguntas que eu lhe fiz de manhã, evasivamente disse-me que numa reunião, onde eu não estive, de facto eu não estive porque não fui convocado, senhor Presidente da Câmara! Nem soube dessa reunião! Que tinha sido definida uma estratégia de gestão para as freguesias. Eu não sei qual é a estratégia porque não estive nessa reunião e pela razão única de não ter sido convocada para ela. Mas, já agora, gostaria de saber se ...porque o Sr. Presidente da Câmara mandou fazer um Orçamento para a obra da Rua do Lar, que pode ficar intransitável, e gostaria de saber se nesse orçamento, a Câmara tem pleno conhecimento da situação, e também tem, penso eu, a competência respectiva para a obra, embora a Junta de Freguesia continue disponível para efectuar a obra desde que seja transferida a verba respectiva. Muito obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Quintanilha.....

----- Terminados os pedidos de esclarecimento, Sr. Presidente da Câmara pretende proceder às respostas, com o seu poder de síntese que já é conhecido, porque o tempo que terá é bastante escasso.

----- **Presidente da Câmara** - Centro Escolar de Santa Maria – O Sr. Deputado Luís Filipe não está, mas a questão colocada, parece de um deputado que anda distraído, visto o processo ter sido tratado nesta Assembleia.

----- Dia Mundial da Criança – Está claro que não anulámos o Dia Mundial da Criança, procedeu-se sim a uma iniciativa com actividades em formato diferente, com discussão prévia e conhecimento dos responsáveis das, no sentido de assegurar a evolução para uma melhor iniciativa e com custos mais baixos. Foi a iniciativa divulgada no site da Câmara Municipal

----- Processo de realojamento de famílias – o projecto não foi cancelado, os senhores deputados conhecem o Protocolo com vista ao realojamento, envolvendo a construção de fogos sociais, iniciativa que significa investimento e financiamento que agora está mais dificultado, face às condições em que o país se encontra. Ontem foi dito que a Caixa Geral de

Depósitos não consegue financiar-se no mercado interbancário a nível europeu e tem que recorrer ao Banco Central Europeu, significa que a situação está mesmo má

Empresas Municipais – já falei sobre as empresas municipais, tendo enviado a documentação de todas, incluindo da Empresa de Cartografia de que somos sócios fundadores. Trata-se de empresa que trabalha muito para os países da Lusofonia. O Município de Bragança não chegou a recorrer a serviços desta Empresa de Cartografia, a primeira cartografia que adquirimos para o Município foi contratada a empresa que na altura respondia melhor às necessidades do município.....

----- Aeroporto Regional – A nossa convicção, é a de que este projecto é sustentável, faz sentido, a diminuição do movimento que o Sr. Deputado falou, tem a ver provavelmente com a situação lastimável em que o centralismo colocou o País! Não foi o municipalismo, que abandonou o interior, retirou serviços, reduziu actividade económica, despovoou o território, esqueceu a agricultura, actividade essencial ao país.

----- Convocatória para a Junta de Freguesia de Quintanilha – É normal que todas as convocatórias cheguem aos seus destinatários. Não me parece viável tal ocorrência. Procederei a apuramento da situação

----- -

----- **Presidente da Câmara** – Estava a ver o Sr. Presidente da Junta de França dizer, que não foi contactado, o que pode ter ocorrido, visto ser bastante difícil contactar com o senhor Presidente da Junta por telemóvel por dificuldade na rede de comunicações... ..

----- -

----- **Presidente da Câmara** – Peço desculpa, mas foi avisada!

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado pelos seus esclarecimentos.

----- Senhores deputados encontra-se aberto, agora, o período de inscrições para intervenções.....

----- Intervenções sobre a informação escrita do Sr. Presidente da Câmara, regista, a Mesa, três pedidos de intervenção. Tem a palavra a Sr.ª Deputada do Partido Socialista... ..

----- -

----- **Presidente da Mesa** – Eu recomendava que nas perguntas que vão ser colocadas, depois nas respostas, a Mesa vai levantar essa questão ao Sr. Presidente no momento em que no final queira fazer alguma intervenção no seguimento das vossas intervenções que vão sequência agora.

----- Tem a palavra a Sr.ª Deputada do Partido Socialista, Fátima Renovato.....

----- **Maria Renovato** – Eu gostaria que o Sr. Presidente estivesse presente, mas vou fazendo os meus cumprimentos ao Senhor Presidente da Mesa, Sr.ª Secretária, Sr. Secretário, senhores vereadores da Câmara, colegas, membros desta Assembleia, Comunicação Social e Público presente.

----- A minha intervenção tem como objectivo contribuir para tornar a nossa cidade mais atraente e mais segura. Daí o relembrar situações que qualquer cidadão observa, critica, mas gostaria de ver melhoradas e que passo a referir:

----- Iluminação da Zona do Polis, mais concretamente a partir do Jardim António José de Almeida – A fraca iluminação nesta zona não é recente, verifica-se desde a sua inauguração, só que a situação agravou. As árvores cresceram e os candeeiros ficaram escondidos entre as mesmas. E eu pergunto – quem, nestas condições, terá vontade ou se sentirá atraído para passear naquela zona que poderia ser tão apetecível nas noites quentes de Verão? Mesmo com a realização de alguns eventos como esta instalação do ecrã gigante, poucas pessoas se atrevem a fazê-lo, pelo menos em número desejável. Infelizmente e lamentavelmente a deficiente iluminação associada à falta de vigilância só favorece quem, por circunstâncias várias, procura aquele espaço para não ser visto.....

----- Parece-me que esta situação carece de atenção e resolução, o que espero venha a acontecer a curto prazo. Quem sabe! Talvez possamos todos, em segurança, ir assistir à final do Campeonato do Mundo em ecrã gigante, vibrando com a exibição da selecção de Portugal!.....

----- Dois – Passeios da Cidade, degradação – O estado da grande parte dos passeios da nossa Cidade é mau. São: a falta de mosaicos, os buracos, os lancis que se partem, enfim, etc., etc., todos nós sabemos, quem passeia pela Cidade de Bragança, sobre tudo naquelas zonas mais antigas, que os passeios estão em muito mau estado. É frequente as pessoas tropeçarem, caírem e por vezes ficarem muito mal tratadas, como eu já observei e inclusive tive que assistir alguém.

----- Refiro-me concretamente à Av. Sá Carneiro sobretudo aquele passeio em frente ao Edifício Translande é uma vergonha, eu vi cair imensas pessoas, outra porque foram acompanhadas por alguém que as acompanhava. Eu acho que isto não é difícil de resolver.....

----- Passeios desde a Zona do Campo Redondo até ao Modelo, que é um percurso utilizado por muitas pessoas que gostam de andar a pé, Rua Guerra Junqueiro, aqui a Rua das Finanças, etc., etc., todos nós sabemos.....

----- Senhor Presidente são queixas constantes, se não falo para o Senhor Presidente falo para o Senhor Vice Presidente que também me está a ouvir. Senhor Presidente, são queixas constantes dos seus munícipes que felizmente adquiriram o bom hábito de andar a pé, mas com esta falta de segurança apetece-lhe, muitas vezes, desistir ou mudar o seu trajecto, e assim se o centro da cidade já este desertificado, a não resolução desta situação certamente que irá contribuir para uma cidade fantasma, o que não pretendemos.....

----- Ponto número três – Limpeza, limpeza de espaços que era suposto serem jardins e que passaram a espaços onde a erva cresce de forma brutal. Refiro-me à limpeza dos espaço onde, como disse, era suposto haver jardins ou moradias e que estão cobertos por densa vegetação. É frequente observar esta situação fundamentalmente nas zonas habitacionais mais recentes. Não me parece muito complicado alterar o estado das coisas, para além de serem desagradáveis à vista podem em pleno Verão dar origem a incêndios. Relativamente a este aspecto e dentro dos serviços camarários não só devem resolver o que é da sua responsabilidade, mas também contactar os proprietários dos lotes a necessitar da mesma intervenção e responsabilizá-los pela limpeza, porque eu sei que isso já, noutros anos, foi feito, mas este ano sinceramente não me apercebo que a mesma posição tivesse sido tomada.

----- Tive hoje mesmo conhecimento que algum trabalho neste sentido já foi iniciado e refiro-me concretamente àquela zona junto ao Sagrado Coração de Jesus, Loteamento da Rica Fé, já foi iniciado, espero que ele continue e se for possível na próxima primavera os previstos jardins sejam mesmo uma realidade e se tomem medidas mais cedo. É necessário uma equipa que percorra a cidade para detectar essas coisas menos agradáveis.

----- E já que estamos em temas relacionados com a boa imagem e segurança da cidade, embora aqui já tivesse sido abordado, mas nunca é demais repetir, perguntava ao Sr. Presidente os motivos que o levaram finalmente a mandar retirar os tão polémicos mecos, ou pins, dos passeios. Independentemente dos motivos congratulo-me com essa decisão porque finalmente as pessoas têm direito ao espaço que foi retirado ocupado com esses obstáculos, mas como é habitual dizer que mais vale tarde do que nunca.....

----- Não quero terminar a minha intervenção sem dizer ao Sr. Presidente que tudo isto tem de ser entendido numa perspectiva construtiva, porque é essa a minha intenção, daí esperar uma boa receptividade da sua parte. Estou certo que todas estas questões irão ter uma resposta e não irão certamente irritar ou alterar a calma do Sr. Presidente, como aconteceu no Programa “Portugal Português” da TVI 24 no dia vinte de Junho e que deixou perplexos todos

os que assistiram ao mesmo. Atendendo que essa entrevista era sobre a nossa cidade, sobre a felicidade dos que nela vivem, entendo que o Sr. Presidente deveria explicar a este órgão os motivos que o levaram a reagir numa forma tão pouco comum, eu diria mesmo quase inédita. Será que o Sr. Presidente não gostou que a nossa cidade de Bragança fosse considerada a segunda cidade onde as pessoas são mais felizes? Não creio! Ou então algo se passou nos bastidores que o irritou, ou simplesmente estava mal disposto. Seja qual for o motivo o vídeo circula, Sr. Presidente, e as pessoas interrogam-se, a decisão é sua, mas seria conveniente, ou melhor, acho mesmo que os elementos desta assembleia mereciam um esclarecimento de tão polémica entrevista já que se tratou da vida dos munícipes.....

----- Retiro-me agradecendo a todos a vossa atenção. Muito obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigada, Sr.ª Deputada.

----- Tem a palavra a Sr.ª Presidente de Junta de Freguesia de Izeda, Rosa Galhardo.

----- **Maria Pires** – Boa tarde a todos, mais uma vez. O assunto que me trás aqui ainda é a escola de Izeda.

----- Eu quero salientar o seguinte e conferindo especial atenção para os Presidentes de Junta daquelas aldeias limítrofes, que a moção apresentada por mim realmente é uma opção individual porque eu tenho a certeza que a Vila vai perder e não vamos perder só um Director, vamos perder Serviços, mas até agora também ainda ninguém sabe muito bem aquilo que se vai perder visto eu ainda de manhã ter falado com o Sr. Presidente da Assembleia Geral da escola e ele me ter confirmado que até agora à escola nada tinha chegado de concreto, ou seja, por escrito. Há reuniões, há conversas telefónicas mas efectivamente por escrito a escola ainda não tem nada na posse. Por isso nós ainda não sabemos muito bem aquilo que vamos perder, mas de certeza que não é só um Director, antes de mais é a perda de autonomia que a Vila vai ter, ao ter uma perda de autonomia já é mau porque vamos ficar dependentes de um outro órgão que vai ser Bragança. Certo?

----- Realmente foi uma moção individual apresentada por mim, por isso mesmo embora eu acho que já se fizeram várias acções conjuntas, que eu já reuni várias vezes com o senhor Presidente da Câmara, já reuni com a DREN Porto, já reuni com o Senhor Coordenador aqui das escolas do Norte, já reunimos com várias entidades, inclusive já fizemos um abaixo assinado onde reunimos cerca de dois mil e oitocentas assinaturas, obviamente que essas assinaturas decisivamente não são só da Vila de Izeda, que nós levámos ao Senhor Governador Civil e enviámos para várias entidades, nomeadamente Presidente da República, Primeiro Ministro,

etc. etc. Eu quero dizer que realmente embora seja uma moção apresentada por mim, obviamente que eu não descuro o peso que as outras juntas de freguesia têm sobre a escola de Izeda e ela nem sequer faria razão de existir sem aquelas aldeias limítrofes, obviamente que Izeda não tinha crianças só para ocupar a escola, reconta com o apoio daquelas aldeias vizinhas.....

----- Foi dito aqui que alunos do terceiro ciclo da área de abrangência de Izeda que estavam a vir para Bragança, eu desconheço, eu já fiz essa pergunta à Câmara Municipal na pessoa do senhor Presidente e inclusivamente à Senhora vereadora, eles disseram que desconheciam também. Eu desconheço, ou então se eventualmente vocês sabem, de facto desafio trazerem aqui o número dos alunos que realmente frequentam o terceiro ciclo, que vêm aqui para Bragança e que são da área de abrangência de Izeda. Portanto o que me leva a pensar é que realmente, após uma reunião que eu tive aqui com os órgãos dirigentes da EAE Nordeste e Arribas do Douro, nos foi dito na pessoa do Dr. Luís Martins que realmente ele estava ali para defender os interesses do Governo, em primeiro lugar e não os interesses da Escola. A vossa abstenção perante a minha moção leva-me a concluir exactamente isso. Que os interesses políticos se sobrepõem aos interesses das crianças, simplesmente isso.

----- E agora queria deixar também aqui um agradecimento ao Senhor Deputado do Movimento Sempre Presente sobre as obras de Izeda e dizer-lhe que Izeda está atento e que a Junta de Freguesia de Izeda, juntamente com a Câmara Municipal, delinea as obras prioritárias para Izeda.....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr.ª Presidente de Junta.....

----- Tem a palavra agora o Sr. Deputado do Partido Social Democrata, Joaquim Queirós.....

----- **Joaquim Queirós** – Muito obrigado, boa tarde Sr. Presidente, Senhores, Secretários, Sr. Vice Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, caros colegas Deputados, Comunicação Social, e porventura o Público que possa estar também.....

----- Duas ou três notas aqui de preocupação no âmbito aqui do Estado e Vida do Município que queria partilhar aqui convosco.

----- Estamos a passar um período de alguma dificuldade notória em termos económicos, em termos sociais, e de facto, eu com Presidente de uma das Instituições que trabalha no Concelho de Bragança, estou, de certa maneira preocupado e atento a estas situações e queria deixar aqui um alerta no âmbito do Conselho Local de Acção Social.....

----- Isto porque? Porque este órgão congrega, penso que a maioria ou quase a totalidade das IPSSs do Concelho e haveria necessidade, entretanto eu já fiz chegar um ofício ao Senhor Presidente da Câmara, neste sentido, penso que já foi despachado até para os serviços competentes, mas aproveitando também o facto da Dr. Fátima que tem esse Pelouro, estar aqui connosco, alertá-lo para de facto a preocupação que há no âmbito do CLAS (Conselho Local de Acção Social) e criar uma Comissão que congregue algumas das instituições ali presentes, com uma dupla finalidade. Desde logo criar uma rede que se conheça efectivamente a cada momento quais são as pessoas que estão em dificuldade económica e que podem ser apoiadas de uma forma, digamos assim, partilhada. Porque o que vai acontecendo em desproveito daqueles que efectivamente precisam há pessoas que se estão a aproveitar desta situação de dificuldade gravíssima em termos económicos e sociais e que fazem já uma peregrinação pelas várias IPSSs. Bom, vão àquela que eu represento, vão à Cruz vermelha, eles vão ao Centro Condestável, vão à Obra Social Padre Miguel, vão à nova Instituição que entretanto chegou, e bem, a Padre Damião, e depois aproveitam-se, enfim, daquilo que deveria ser para quem de facto precisa, isto acontece porque? Bom, porque não há, digamos assim, uma Comissão que regulamente que crie condições para um trabalho conjunto e um trabalho uniforme, quanto mais uniforme, quanto mais interligado for este trabalho maior será, nunca teremos a certeza absoluta, mas maior será a certeza de que estamos a apoiar efectivamente quem precisa.....

----- Eu deixo só aqui um alerta, chegou-me há uns dias a informação de eu há pessoas de etnia cigana que vem de Valpaços a Bragança a abastecer-se daquilo que as instituições estão dentro dos seus magros recursos, das suas dificuldades para depois obviamente, se calhar, não utilizarem em proveito nem em proveito daqueles que efectivamente precisam, isto é uma preocupação acrescida para ver se conseguimos alterar isto. E também essa Comissão teria toda a lógica e teria todo o significado também por outro aspecto, seria uma entidade que de certa maneira criaria um plano de actividades anual para as várias IPSSs.....

----- Nota-se também na área cultural, na área desportiva que às vezes há sobreposição de actividades e na área social isso acontece. Quanto de nós, se calhar, já foram a uma superfície comercial e foram abordados umas vezes pela instituição que eu represento ou por uma outra instituição e passado uma semana ou no dia a seguir está lá outra. Portanto a própria população também se cansa independentemente de ter vontade para ajudar e eu sei que tem. Portanto há necessidade de não haver sobreposição de actividades: peditórios, recolha de

alimentos, recolha de roupa, ou fazendo que se faça em proveito de todos, eu acho que isto é uma nota muito importante.

----- Dir-me-ão - mas porque eu a tomar esta iniciativa? Alguma instituição e penso que será que ser no âmbito do CLAS, o outro dia também tive a oportunidade de falar com a Dr.ª Teresa Barreira alertando para esta situação. Mas alguém tem que tomar a iniciativa de criar uma Comissão que anualmente ou bianual, de dois em dois anos, poderia ser renovada mas para haver alguma gestão também neste sector, não tem acontecido, e acho que sobretudo quem perde são as instituições e sobretudo as pessoas que precisam.....

----- Uma outra nota, uma outra preocupação, eu vi aqui que no Estado e Vida do Município, aqui na parte do Desporto houve um evento que teve um organização conjunta da Escola Futebol Crescer e da Câmara Municipal e da Câmara Municipal de Bragança. Eu, se não tivesse aqui de facto, a Câmara Municipal de Bragança, não teria tido a preocupação, mas a Câmara Municipal está aqui, portanto está aqui, temos que, neste caso, dar-lhe esta nota. Porque? Bom, porque infelizmente em prejuízo de todos também às vezes os clubes, as instituições não se entendem entre si, e neste acaso concreto eu sei que há um diferendo, já bastante antigo, entre por exemplo a Escola de Futebol Crescer e o Futebol Clube da Mãe de Água. E o que é que aconteceu? Eu acho que o evento correu muito bem mas houve concretamente alguns clubes da cidade, concretamente o Futebol Clube da Mãe de Água que não foi convidado em detrimento de outros clubes que vieram de fora. Claro que estamos aqui a trabalhar com crianças, com jovens, de tenra idade eles colocaram-nos, aos pais, porque é que nós não jogamos também, porque é que nós não temos oportunidades já que é um evento realizado na nossa cidade com o apoio da Câmara Municipal. Bom, eu sei que a Câmara Municipal não pode fazer tudo, mas também nesta área há necessidade de se criar alguma dinâmica e algum entendimento entre os clubes. Eu tive, depois, a oportunidade de falar com os presidentes destas instituições dando-lhe a nota de que de facto quando as coisas acontecem desta maneira quem perde é a cidade e são os miúdos.....

----- Também uma notazinha, ao Sr. Vereador do Desporto endossamos também esta nota, também no sentido de sempre que isto for possível, um entendimento, fosse a Escola de Futebol Crescer a organizar aquilo, não seria bom, mas sendo a Câmara Municipal eu acho que não fica bem na fotografia.

----- Esta é mais uma pergunta, e aí está o Sr. Vice Presidente e os Senhores vereadores, alertaram-me também, e eu não sei se corresponde à verdade, para o facto destas dificuldades

económicas e financeiras que se fazem sentir, trazerem também alguma preocupação acrescida para projectos que entretanto a Câmara tem à bica, digamos assim, para serem contemplados, e no âmbito do projecto “Nova Mãe de Água” penso que nem todas as rubricas foram aprovadas, houve um corte. De maneira que estas dificuldades em termos de apoio de Programa Operacional da Região Norte podem inviabilizar parte ou até a totalidade do projecto. Esperemos que não porque é um bairro da cidade que precisa e quanto a mim seria um projecto muito interessante de revitalização de toda aquela zona, de facto, se houver cortes significativos podem trazer, de facto, essa dificuldade. Muito obrigado.

----- Presidente da Mesa – Muito obrigado Sr. Deputado.....

----- A Mesa chamava para a sua intervenção o Senhor Presidente da Junta de Santa Maria, Dr. Jorge Novo, tem a palavra.....

----- **Jorge Novo** – Muito obrigado, Sr. Presidente. Com renovados cumprimentos feitos de manhã, dirijo-me a toda a assembleia para, em termos de Presidente de Junta, além de outras atribuições também nos compete apresentar anseios, reclamar intervenções, ajudar a resolver problemas, apontar soluções, bem como expressar conhecimento por aquilo que a Câmara Municipal vai tomando em termos de deliberação em prol dos cidadãos e neste caso, em particular, em prol dos cidadãos de Santa Maria não escorando também e não dando manifestamente menor importância a outras deliberações também por outras freguesias do nosso concelho porque acho que o equilíbrio entre todas é que é justamente o caminho que deve ser percorrido.....

----- E neste contexto e neste âmbito, aprez-me registar duas deliberações da Câmara Municipal, entre outras, mas sobretudo estas duas, tomou neste período de tempo que decorreu entre a tomada de posse e esta reunião da Assembleia Municipal, e refiro-me concretamente ao estudo de viabilidade para apresentação de uma candidatura transfronteiriça de valorização do património histórico cultural de Bragança a apresentar à UNESCO para reconhecimento como património mundial, a Cidadela de Bragança e a Zona Histórica adjacente. Penso que é, de facto, uma deliberação que vai no bom sentido e que irá aumentar, pelo menos, a auto estima e o desenvolvimento da Freguesia, correspondente àquela que é uma das principais e primárias preocupações que a freguesia tem, acompanhando justamente também os objectivos que a Câmara tem que é de conseguir atrair pessoas, construir dinâmicas sociais, económicas para esta zona nobre da cidade.....

----- A outra nota que eu queria deixar tem a ver com o princípio de aceitação de adesão do Município de Bragança à Associação “Amigos de Pedro e Inês” porque pode ter aqui um forte impulso em termos turísticos para em conjunto com outros municípios criar-mos um possível roteiro ??? e em termos turísticos conseguimos atrair mais pessoas. Nós temos que aproveitar as potencialidades que temos. Sabemos que em Bragança existe este mito, de facto, escrito, de que Inês casou em segredo, em Bragança, na Igreja de São Vicente, com D. Pedro, pelo Gião da Guarda, é um facto interessante e que pode servir para justamente em conjunto com outros municípios termos acesso a outras movimentações, programas, actividades de índole cultural e lúdico. Porque pese embora a Zona Histórica ter sido intervencionada e já ter uma outra atractividade urbana e uma forte identidade, ainda há outro tipo de estratégias que nós temos que definir e ter em atenção para que esta zona tenha ancoras que possam servir para a dinamização.

----- Por fim, porque também me compete apresentar anseios e anseios que derivam do sentir mais profundo da população que represento, motivada pela última trovoada que se fez sentir na Cidade de Bragança, não vou falar, subscrevo, em muitos casos, aquilo que foi apresentado como preocupações de ilustres membros deputados desta assembleia, relativamente a passeios, repavimentações de ruas. Temos muito caminho ainda a percorrer neste sentido, porque o tempo assim o tem originado. Sabemos que o nosso clima não é de facto o clima mais propício para a manutenção dos pisos das ruas, mas sabemos que temos que viver com isto e temos que gastar dinheiro nisto.

----- Dizia eu que a última trovoada causou imensos estragos ali na zona da Quinta das Carvas, junto ao loteamento do sabor, aliás basta passar por lá e ver que a própria estrada que é nacional está perigosa, tem pedras e terra na faixa de rodagem, há uma certa compressão na via em termos de largura da própria via, e sobre tudo há duas zonas onde as pessoas para acederem às suas casas não têm possibilidade de o fazer porque a intempérie foi de tal maneira tão forte que dizem as pessoas que há dez anos que não se lembram de uma coisa destas assim, e que urge que a Câmara faça duas coisas, uma que é a intervenção de melhoramento imediato, para que as pessoas possam aceder às habitações em condições normais, colocando algum material, e depois pensar numa solução definitiva porque ninguém nos garante que não haja daqui amanhã outra trovoada e que aquele material que ali seja colocado não venha outra vez para a estrada.

----- E era isto que eu queria dizer. Muito obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Presidente da Junta. Tem a palavra o Sr. Presidente de Junta de Freguesia de Paradinha Nova, Sr. Domingos Seca, faz favor.

----- **Domingos Seca** – Obrigado Sr. Presidente, mais uma vez boa tarde. O que me trás aqui, Sr. Vice Presidente, é fazer-lhe esta pergunta - de dois em dois anos sou confrontado em cumprir uma informação, se há táxis naquela aldeia, de dois em dois anos dou a informação à espera de uma resposta. Desta vez até entreguei um abaixo assinado daquelas populações. O táxi diz que é daquela praça, naquela praça não existe táxi, o táxi tem a residência de Paris e de Coelhooso, não é de Paradinha Nova. Portanto eu queria que houvesse aqui alguma diligência e que me fosse dada a informação, à Junta de Freguesia, para eu poder dar aquelas pessoas e satisfazer os desejos daquelas pessoas. Se é dali é ali que tem de estar ao serviço das pessoas.....

----- À Sr.ª Vereadora da Cultura, eu sei que poderá não ser muito com a Sr.ª, mas é cultura. Eu fiz um pedido à Câmara, de um Parque Infantil para aquelas crianças. Aquelas crianças também são crianças e existem ali, não serão muitas mas há meia dúzia delas com cinco ou seis anos e também precisavam de um Parque para se divertirem. Portanto eu apelo à sua boa vontade, como Vereadora da Cultura, de interferir a quem decide, um Parquinho para aquela Freguesia.

----- Não queria mais tocar a Izeda, Sr.ª Presidente, pode contar com a colaboração da Paradinha, está bem? Não leve a mal o que eu disse, mas garanto-lhe, posso-lhe garantir que nunca me foi pedido qualquer colaboração do abaixo assinado, e há mais Presidentes de Junta nesta Sala que também não receberam essa colaboração por causa desse abaixo assinado. Portanto há aqui alguma coisa que falha para a Escola de zeda e por todos temos que ultrapassar isso e unirmo-nos se queremos a escola a trabalhar para bem dos alunos daquelas aldeias vizinhas. Tenho dito.

----- **Presidente da Mesa** – Tem a palavra agora, o Sr. Deputado do Partido Socialista, Bruno Veloso.

----- **Bruno Veloso** – Muito obrigado Sr. Presidente. Eu tenho pena que hoje o Sr. Presidente da Câmara parece estar mais ocupado do que estar a acompanhar os trabalhos especialmente neste ponto do Estado e Vida do Município, depois das longas perguntas que foram colocadas, de manhã, se tenha furtado a respostas meramente evasivas e respostas que em nada responderam àquilo que lhe foi questionado.....

----- E eu, na ausência do Sr. Presidente, peço ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal que lhe faça, de novo, chegar as perguntas para que ele possa responder a esta Assembleia,

nomeadamente: Dia Mundial da Criança, foi dito o que está no site, de facto está no site que houve iniciativa, o que não está no site é que a iniciativa que estava no Plano Cultural foi cancelada, nem justificou o porquê, aqui, e essa foi a pergunta, e a que é que se resumiram as iniciativas.....

----- Depois outra questão que lhe coloquei sobre o bairro de lata, nem uma palavra; sobre empresas municipais deu-me uma pequena achega a uma empresa municipal da qual a Câmara Municipal é associada, mas, pelos vistos, a falta de qualidade da mesma leva a que a Câmara Municipal até contrate serviços a uma outra, não sei qual é a vantagem de sermos associados a uma empresa municipal sediada em Oeiras e que pelos vistos não corresponde à qualidade do trabalho exigido pela Câmara, na matéria em questão.....

----- Depois, relativamente também à Empresa Mercado Municipal e à sua estrutura financeira, ou se pretende fazer algumas modificações, bem como à Empresa Municipal das Carnes, também nada foi dito.....

----- Relativamente aos Conselhos Municipais de Juventude também, mais uma vez, fiquei sem resposta, respostas, respostas claramente evasivas, que julgo inclusive que o Sr. Presidente escusava de ter vindo a esta tribuna porque não deu uma única resposta inclusivamente ao nosso colega da CDU, que também não teve respostas.....

----- Também relativamente ao Aeroporto a única promessa que de facto o Sr. Presidente cumpriu, porque já lá colocou uma viatura dos Bombeiros onde diz “Aeroporto Regional” portanto esse foi provavelmente o cumprimento da promessa do Sr. Presidente.....

----- E também, e já agora, e como uma achega, fico muito satisfeito que o Sr. Presidente nas palavras da Sr.^a Presidenta de Junta de Izeda nos tenha aqui dito que já foi recebida por várias vezes, eu tenho pena é que o Sr. Presidente que tanto fala em centralização e que é contra a centralização pratique a centralização menos democrática na própria Câmara e não ouça os presidentes de junta. A caso o exemplo do Presidente de Junta de Quintanilha que desde que foi eleito tem sucessivamente requerido uma audiência com o Sr. Presidente de Câmara e não tem sido ouvido, portanto quem tanto critica a centralização, quem tanto critica a centralização do poder, aí está, não haveria melhor forma do que falar com eleitos das juntas de freguesia e neste caso o Presidente da Junta de Quintanilha, que além das perguntas que também ficaram sem resposta também fica sem resposta os pedidos de audiência e isso não me parece, de forma alguma, de alguém que pretende partilhar a resolução dos problemas e pretende dar tudo de si aos seus munícipes. Muito obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado Sr. Deputado.

----- Terminou agora, aqui, o ponto 4.1 – Apreciação da informação escrita do Sr. Presidente da Câmara e eu recorde, antes de passarmos ao ponto 4.2, queria só colocar a questão ao Sr. Vice Presidente se entende responder à intervenção que o Sr. Deputado da CDU fez há instantes sobre duas questões que terá feito e que não teriam recebido resposta, ou se pretende dar essa informação depois, que essa informação seja passada a escrito e entregue ao Sr. Deputado, proximamente.....

----- Passamos então ao ponto... ..

----- -

----- **Presidente da Mesa** - Sr. Deputado, não sei se estava atento, pelo facto do Sr. Presidente não estar presente, solicitei ao Sr. Vice Presidente... ..

----- -

----- **Presidente da Mesa** – Sr. Vice Presidente, pretende responder?.....

----- -

----- **Presidente da Mesa** – Tem a informação necessária!.....

----- Então se me permite, e como fez a intervenção há pouco, o Sr. Vice Presidente pretende usar da palavra para proceder aos esclarecimentos solicitados, antes de entrarmos no ponto seguinte.

----- **Vice Presidente** – Boa tarde, Sr. Presidente da Assembleia, Sr. Secretário, Sr.ª Secretária, colegas Vereadores, Senhoras Deputadas, Senhores Deputados, Senhoras Presidentes de Junta e Senhores Presidentes de Junta. Eu vou procurar responder a algumas questões que colocou o Sr. Deputado Morais, no entanto o que estava aqui a ser proposto era que a resposta pudesse ser enviada por escrito. No entanto penso que eu anotei aqui, no que diz respeito ao estacionamento em frente ao ISLA, é um assunto que está a ser tratado pelos Serviços, efectivamente recebemos um abaixo assinado, no entanto eu lembro que naquele espaço está instalada uma rotunda, devido a esse motivo talvez não seja possível satisfazer aquilo que é o pedido na medida em que os espaços têm que ser respeitados, no entanto os Serviços estão a analisar e essa é a informação que eu tenho até este momento, de qualquer forma há um olhar mais atento sobre esta questão tendo em atenção aquilo que foi o pedido dos munícipes.....

----- A outra questão penso que diz respeito à rega dos jardins, foi uma questão que colou, eu devo lembrar, quando em vez se vêem, nós vemos, temos essa oportunidade de ver alguns

expressores que regam para fora dos jardins, virados para a estrada, eu devo dizer que isso não se deve a avarias dos equipamentos, que é raríssimo, mas sim a mau comportamento de pessoas, que por um lado roubam os expressores, não fazem ideia da quantidade de expressores que são retirados, de noite, e por outro lado, também, miúdos que se divertem a rodar, a movimentar os expressores para o lado da rua. Quer através das empresas a quem está o serviço contratualizado, quer através dos nossos funcionários, andamos sempre com o máximo de atenção e também, digo-vos, há muitos cidadãos que nos chamam a atenção, porque não se pode estar em todo o lado, quando há aqui ou acolá uma destas irregularidades nós imediatamente, também, quer nós, quer através das empresas, actuamos, mas não se deve, de facto, a falta de atenção da nossa parte, mas sim a um comportamento menos correcto da parte de outras pessoas.....

----- Relativamente às ETARs devo dizer que, felizmente, nós temos a nível do que é tratamento de águas, fornecimento de água, qualidade de água, quer a nível e tratamento de afluentes, estamos a níveis superiores à média nacional, estamos em níveis bastante elevados, aliás tem sido dado conhecimento aqui nas assembleias, relativamente àquilo que foi a evolução neste campo.

----- Devo dizer que, nós, a nível da qualidade da água, estamos acima de noventa e cinco por cento, portanto valores muito bons, que nos deixam satisfeitos, no entanto o nosso objectivo é trabalhar para conseguirmos ainda valores muito maiores e melhores.

----- Relativamente às ETARs fizemos já muitos saneamentos, no nosso Município, no mandato anterior, mais do que até à data. Temos, como hoje dissemos, um conjunto de saneamentos para realizar, já aprovados, saneamentos novos todos eles levam mini ETARs, com ou sem sistema mecânico, depende do aglomerado, daquilo que é exigido em função da população e temos também outras ETARs, há aldeias que têm fossas, que nós prevemos instalar ETARs com tratamento, que assim também o justificam e temos a esse nível, também, um bom e elevado grau de satisfação.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado pelos esclarecimentos fornecidos, Sr. Vice Presidente.

----- **Presidente da Mesa** – Pode, a título de intervenção e para fecharmos este ponto solicito que seja breve, o tempo também não é muito.

----- **António Morais** – Muito obrigado. Eu queria agradecer ao Sr. Vice Presidente os esclarecimentos, mas queria voltar a eles, nomeadamente a um que eu acho que é paradigmático da forma como nós discutimos e encontramos soluções para isso, que é o exemplo da dita rotunda em frente ao ISLA. Enfim, está a ser analisado mas vai adiantando que provavelmente não há nada a fazer porque há ali uma rotunda, pois o problema é exactamente esse, é que ali não deveria haver aquele tipo de rotunda, porque havia um parque de estacionamento, foram criadas expectativas aos moradores daquele prédio, havia um parque de estacionamento em frente ao prédio e, de repente, com as obras que se fizeram o parque desapareceu. Este é o exemplo, embora relativamente pequeno é bem significativo do tipo de obras que se fizeram na cidade. Portanto a questão é provavelmente terão que se fazer novas obras,... mas tarde ou mais cedo elas têm que se impor, Sr. Vice Presidente, não é? Para dar funcionalidade àquela zona, não é?.....

----- Em relação às ETARs eu gostava de saber, porque é uma questão também importante, é o caso, por exemplo, da minha aldeia, eu não queria puxar a brasa à sardinha, mas também não inibo de falar, que é a maior aldeia do Concelho de Bragança, sem ETAR, e já há muitos anos, o exemplo de Parada, o exemplo de outras freguesia em que de facto os terrenos estão a ser, enfim, passo o termo, emporcalhados e inutilizados pelas descargas a céu aberto. Urge, rapidamente, resolver esse problema. Obrigado pela vossa atenção.....

----- **Presidente da Mesa** – Obrigado Sr. Deputado. Terminámos o período da apreciação da informação escrita do Sr. Presidente da Câmara, passamos ao

PONTO 4.2 – DISCUSSÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE AS PROPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGANÇA:.....

PONTO 4.2.1 - AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE TRATAMENTO E MANUTENÇÃO DE ESPAÇOS VERDES – CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL.

.....Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal e previamente distribuída pelos membros.....

I - CERTIDÃO

MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Directora do Departamento de Administração Geral e Gestão Financeira do Município de Bragança:

Certifica que na Acta da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia vinte e quatro de Maio do ano de dois mil e dez, devidamente aprovada, e com a presença dos

Srs., Presidente, António Jorge Nunes e Vereadores, Maria Salomé Vidal Rodrigues Mina, Rui Afonso Cepeda Caseiro, Humberto Francisco da Rocha, Maria de Fátima Gomes Fernandes, José Leonel Branco Afonso e Hernâni Dinis Venâncio Dias, se encontra uma deliberação do seguinte teor:

“AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE TRATAMENTO E MANUTENÇÃO DE ESPAÇOS VERDES - CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL

Pelo Chefe da Divisão de Defesa do Ambiente foi presente a seguinte proposta de autorização de abertura de procedimento de contratação de serviços de manutenção e tratamento da Zona de Intervenção Polis, Rotunda, Canteiros e Separadores da Avenida das Cantarias e Avenida Sá Carneiro, Canteiros do Viaduto, Jardim da Alameda de Santa Apolónia, Parque Eixo Atlântico, Zona Envolvente à Sé Catedral, Espaços Verdes da Estação Rodoviária e Instalações Sanitárias da Avenida João da Cruz e Jardim António José D’Almeida, bem como a aprovação do respectivo Programa de Concurso e Caderno de Encargos, anexos ao respectivo processo.

No âmbito da Prestação de Serviços na Manutenção e Tratamento de Espaços Verdes, a Câmara Municipal de Bragança, através da Divisão Defesa do Ambiente, contratualizou os serviços de Manutenção e Tratamento dos espaços identificados, tendo sido adjudicado à empresa, Vadeca Jardins S.A., a Manutenção e Tratamento da Zona de Intervenção Polis, Rotunda, Canteiros e Separadores da Avenida das Cantarias e Avenida Sá Carneiro, Canteiros do Viaduto, Jardim da Alameda de Santa Apolónia e Parque Eixo Atlântico, terminando o contrato a 31 de Dezembro de 2010. À empresa, Mata Verde, foi adjudicada até 31 de Outubro de 2010, a Manutenção e Tratamento da Zona Envolvente à Sé Catedral, Espaços Verdes da Estação Rodoviária e Instalações Sanitárias da Avenida João da Cruz e Jardim António José D’Almeida.

Estando as referidas áreas concessionadas há mais de cinco anos e dada a impossibilidade operacional e logística da Divisão de Defesa do Ambiente em assegurar a manutenção e tratamento dos referidos espaços, com elevados padrões de qualidade, e considerando que é economicamente vantajoso para o Município a contratualização, propõe-se que seja autorizada a Abertura de Procedimento de Contratação dos Serviços para Manutenção e Tratamento da Zona de Intervenção Polis, Rotunda, Canteiros e Separadores da

Avenida das Cantarias e Avenida Sá Carneiro, Canteiros do Viaduto, Jardim da Alameda de Santa Apolónia, Parque Eixo Atlântico, Zona Envolvente à Sé Catedral, Espaços Verdes da Estação Rodoviária e Instalações Sanitárias da Avenida João da Cruz e Jardim António José D'Almeida.

O preço base do concurso é de 880 000,00 € (oitocentos e oitenta mil euros), para um período de quatro anos, com possibilidade de renovação anual até ao limite de quatro anos.

Para o efeito junto se anexa o respectivo Programa de Concurso e Caderno de Encargos.

Tendo em vista a aquisição de serviços por um período de quatro anos, o mesmo exige despesa corrente de dotação financeira para os anos de 2011 a 2014. Assim, nos termos previstos nas alíneas a) e b) dos n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º, ambos do Decreto-Lei n.º 197/1999, de 8 de Junho, aplicável por força da alínea f) do artigo 14.º da Lei Preambular do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, a abertura do procedimento de concurso requer autorização da Assembleia Municipal.

Mais se informa que os trabalhos deverão ter início no dia 1 de Janeiro de 2011.

De acordo com o disposto no artigo 67.º do Código dos Contratos Públicos, torna-se necessário proceder à designação do Júri, que procederá à realização de todas as operações inerentes ao procedimento.

Para o efeito, propõe-se que o Júri tenha a seguinte constituição:

Membros efectivos

- Rui Afonso Cepeda Caseiro, Vice-Presidente da Câmara Municipal de Bragança, o qual presidirá;

- João Maria da Rocha Peixoto Cameira, Chefe da Divisão de Defesa do Ambiente, que substituirá o Presidente do Júri nas suas faltas e impedimentos.

- Carlos Alexandre Paiva Chaves, Técnico Superior da Divisão de Defesa do Ambiente

Membros Suplentes

- Rafael Augusto Costa Sobrinho Correia, Técnico Superior da Divisão de Defesa do Ambiente;

- Helena Margarida Pires Pinheiro, Técnica Superior do Gabinete Técnico Florestal.

Nos termos do artigo 147.º do Código dos Contratos Públicos, o Júri procederá à realização da audiência prévia dos concorrentes, salvo se for decidido que a mesma se realize ou que seja dispensada ao abrigo do artigo 103.º do Código do Procedimento Administrativo.

Informa-se que, de acordo com o preceituado nas alíneas a) e b) do n.ºs 1 e 6, ambos do artigo 22.º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de Junho e considerando que, os encargos excedem o limite de 100 000,00 € em cada um dos anos económicos seguintes ao da contratação e que, este Município é uma das entidades referidas na alínea d) do artigo 2.º do referido Diploma, é da competência da Assembleia Municipal autorizar a abertura de procedimento e a respectiva despesa.

Solicita-se ainda que, nos termos previstos no n.º 1 do artigo 109.º, conjugado com o n.º 2 do artigo 69.º, ambos do Código de Contratos Públicos, que a Assembleia Municipal, delegue no Júri do procedimento a realização da audiência escrita dos concorrentes (Audiência Prévia).

Mais se solicita, ainda, à Assembleia Municipal que delegue na Câmara Municipal a adjudicação definitiva do procedimento concursal.

Em face do que antecede, solicita-se autorização para Abertura de Procedimento, bem como aprovação do Caderno de Encargos, Programa de Concurso e a constituição do respectivo Júri.

Após análise e discussão, foi deliberado, por unanimidade, aprovar a presente proposta.

Mais foi deliberado, por unanimidade, submeter à autorização da Assembleia Municipal, a abertura do referido Concurso Público com Publicidade Internacional, a aprovação do Programa de Concurso, Caderno de Encargos, bem como a aprovação da constituição do respectivo Júri, nos termos do previsto na alínea f) do artigo 14.º da Lei Preambular do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, conjugado com os n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º, ambos do Decreto-Lei n.º 197/1999, de 8 de Junho.”

Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

Bragança e Paços do Município, 14 de Junho de 2010.

a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier

II - ANEXOS: PROGRAMA DE CONCURSO E CADERNO DE ENCARGOS

----- **Presidente da Mesa** – Senhor Vice Presidente faz favor de prestar os esclarecimentos necessários à Assembleia.....

----- **Vice Presidente** – Obrigado, Sr. Presidente. Resumidamente, eu penso que os Senhores deputados devem ter lido aquilo que são o caderno de encargos e programa de concurso, este processo diz respeito à aquisição de serviços de tratamento e manutenção de espaços verdes, não mais do que proceder à nova contratação destes serviços, serviços estes que neste momento já estão contratados, mais concretamente a duas empresas, como esse concurso termina no final do ano, prevemos lançar novo concurso para nova atribuição, no início do próximo ano, concurso esse de contratação até quatro anos, com renovação anual e com o valor do montante máximo previsto de 880 mil euros, ou seja, corresponde a duzentos e vinte mil euros por ano.

----- Estes serviços contemplam o tratamento de uma área de trezentos e doze mil, quatrocentos e sessenta e um metros quadrados, isto corresponde, mais ou menos, a sessenta por cento da área dos espaços verdes da cidade e inclui serviços com uma conservação e manutenção das áreas que estão indicadas, quer nas plantas, quer em descritivo, de conservação e manutenção das infra estruturas da rede de rega e drenagem, a limpeza de infestantes nos pavimentos e recolha do lixo, manutenção e conservação de pavimentos e manutenção e conservação de mobiliário de fontes e equipamento sanitários. O valor base é idêntico ao que está neste momento a ser contratado e os espaços também são os mesmos. ...

----- Um dos contratos termina em trinta e um de Dezembro, há outro que é por tempo mais curto, termina em Outubro, depois é continuado pelos nossos serviços.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Presidente.....

----- Há algum pedido de esclarecimento adicional?.....

----- Intervenções? Registamos uma intervenção do Sr. Deputado do Partido Social Democrata, Joaquim Queirós, tem a palavra Sr. Deputado.

----- **Joaquim Queirós – Apresentou, por escrito, o seguinte:**.....

----- “ Exmo. Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, Exma. Mesa, Exmo. Senhor Presidente da Câmara, Senhora e Senhores Vereadores, Exmas. Senhoras e Senhores Presidentes de Junta, Caros Deputados, Comunicação Social, minhas Senhoras e meus Senhores:.....

O Executivo da Câmara Municipal de Bragança apresenta, a este Órgão, para deliberação, a proposta de aquisição de serviços para tratamento e manutenção de espaços verdes, para um período de 4 anos, com possibilidade de renovação anual até ao limite de quatro, através da abertura de um concurso público com publicidade internacional, no montante de 880.000,00€ (oitocentos e oitenta mil euros).....

Trata-se de um investimento anual que ronda os cerca de 220.000,00€ (duzentos e vinte mil euros), valor perfeitamente justificável em face da área e qualidade de espaços verdes existentes na Cidade e Município de Bragança.

A propósito deste tema, seria incompreensível, eu diria mesmo, indesculpável, **Ilustres Deputados**, que o Grupo Parlamentar do PSD na Assembleia Municipal de Bragança, não reconhecesse uma das maiores bandeiras que marcam a passagem deste partido, pelo Executivo da Câmara Municipal, liderado pelo Eng. Jorge Nunes, e que é, indubitavelmente, a melhoria geral da qualidade Ambiental do Concelho e, nesta área concreta, a quantidade e qualidade dos espaços verdes criados.

Para ilustrar esta minha convicção, passo a recontar este breve episódio.

Há um par de semanas atrás, um amigo do meu pai, do tempo de militar, visitou-o em Bragança, reencontro com a cidade depois de mais de 12 anos.

Ao almoço, entre um naco de tenra vitela mirandesa e um copo de vinho tinto das encostas solarengas do Douro, claro que muitos foram os temas de conversas para dois amigos, que não se encontravam há mais de uma década. Posso, no entanto, confidenciar-vos que, uma parte significativa do diálogo foi alimentada com a análise política, económica e social, do desenvolvimento da cidade. Para o convidado, ausente da cidade há tanto tempo, ela não lhe parecia a mesma, tinha mudado, estava irreconhecível. Mais funcional, mais limpa, mais saudável, mas para ele, adepto incondicional do Sporting, muito mais bonita, porque mais verde. O meu pai e eu anuímos, embora apoiantes, cada um de outro clube.

São exemplos destes, iguais a, porventura, muitos outros, já vividos por **Vossas Excelências**, que nos deixam orgulhosos da nossa cidade e do trabalho exemplar realizado pela Autarquia na área dos jardins e espaços verdes.

Desde 1998, a gestão do Município entrou numa nova era. A inauguração, em Setembro de 2002, da 1ª fase das obras de requalificação do corredor verde do rio Fervença, marca o arranque de um trabalho de excelência das equipas do PSD e do Eng. Nunes na área do ambiente. Para elas o ambiente urbano, a conservação e gestão do património natural e

paisagístico do Concelho, como factores fundamentais na estratégia de desenvolvimento sustentável da Cidade e Concelho.

A importância dos espaços verdes no meio urbano como elementos essenciais na qualidade de vida, levou o Município a apostar decisivamente no incremento de espaços verdes, passando de 28653m² de espaços verdes em 1998, para um valor superior a 385.000m², em 2010, incremento de mais de 10 vezes do então existente, atingindo um valor superior a 10m²/hab., preconizado como média pela Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, bem acima dos 8m²/hab. preconizado pela Organização Mundial de Saúde, para esta área.....

A par de uma mudança na gestão, no empenho e no trabalho, foi, acima de tudo, **Caros Deputados**, uma mudança na mentalidade e na exigência, preservando o bem público, com a criação de espaços agradáveis, de usufruto dos cidadãos e de responsabilidade social partilhada.

Seria, seguramente, fastidioso e um atentado à bonomia de Vossas Excelências estar aqui a enumerar, de forma exaustiva, as muitas e significativas intervenções nesta área. No entanto, também seria incorrecto, não recordar como era a cidade de Bragança, em 1997 e concretamente, a zona do Fervença, o topo da Praça Cavaleiro Ferreira, o Forte de S. João de Deus ou o Parque Eixo Atlântico. Escolhi estes, mas muitos outros e bons exemplos poderiam ser aqui aduzidos.....

Associada a este aumento sem precedentes da área verde e jardinada, constata-se uma forte preocupação ambiental. Desde logo com a rega, preservando a água de consumo público, bem cada vez mais caro e escasso, com recurso a furos próprios para jardins. A colocação de espécies vegetais autóctones, mais adaptadas às nossas condições climáticas, menos exigentes em termos de rega e mais ao gosto dos nossos concidadãos. Através, ainda, da análise às condições fitossanitárias das 15.000 árvores actualmente existentes. Revitalizando o viveiro Municipal, para apoio às plantações de Inverno e Verão. Plantando, tratando, podando ou eliminando árvores velhas e/ou infestantes existentes em artérias da cidade.

Importante foi também, a publicação, em 2008, do livro Espaços Verdes, em simultâneo com a realização do “VIII Encontro Nacional dos Técnicos de Espaços Verdes”. Obra feita em colaboração com o Instituto Politécnico de Bragança, que veio disponibilizar aos munícipes informação sobre a caracterização dos principais espaços verdes da cidade, realçando as suas funções e mais valias para o ambiente urbano e para a sua qualidade de vida.....

Bragança continuará a aposta na imagem de cidade saudável e amiga do ambiente, incrementando os equipamentos lúdicos, de estada e interacção nos espaços verdes da cidade. Referência para o futuro, serão: a ciclovia, o Parque de Lazer e Desporto da Trajinha, o Eco Parque e o Porta Norte. O projecto “Bragança Saudável, Bragança Solidária”, inserido na Rede de Cidades Saudáveis, a publicação do Manual de Boas Práticas Ambientais, em fase de publicação, contribuirão decisivamente para o aumento da qualidade de vida dos munícipes, através da adopção de hábitos saudáveis e de usufruto dos espaços verdes e património natural envolvente.

Caros Colegas Deputados, não queria terminar esta minha intervenção sem, de uma forma simples, mas justa e sincera, fazer uma pública homenagem, em meu nome, cidadão desta terra, mas também em nome do PSD, partido que represento nesta casa, às mulheres e aos homens do sector dos espaços verdes e cemitério, que a par dos seus responsáveis técnicos e administrativos, dentro da Divisão de Defesa do Ambiente da CMB, tem a seu cargo a responsabilidade de zelar e manter, em magníficas condições, esta grande área de espaços verdes e jardins existente na Cidade e no Concelho. São sobretudo os colaboradores de base que, de mãos calejadas, fruto do seu empenho e trabalho, ao frio, à chuva e ao sol, embelezam, para usufruto de todos, os espaços verdes e jardins que dispomos. Um obrigado muito especial para eles.

Termino, Senhor Presidente e Caros Colegas Deputados, pedindo para votarmos favoravelmente esta proposta, aliás, à semelhança do que fez, de forma inteligente, todo o executivo municipal, na Reunião Ordinária da Câmara Municipal do passado dia vinte e quatro de Maio de 2010, mantendo desta forma, condições para que este Executivo Autárquico possa continuar a trabalhar para todos nós continuarmos a usufruir de espaços verdes e jardins de elevada qualidade, que reforçam, ainda mais, a beleza intrínseca desta nossa Bragança. Muito obrigado.”

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado Sr. Deputado.

----- Não havendo mais intervenções vamos passar então à votação.

-----**Após análise e discussão foi a mesma proposta submetida a votação, tendo sido aprovada, por maioria qualificada, com zero votos contra, quinze abstenções e cinquenta e cinco votos a favor, estando momentaneamente setenta membros presentes.**.....

----- **Presidente da Mesa** - Declarações de Voto? Uma declaração de voto da CDU, António Morais, tem a palavra.

----- **António Morais** – Muito rapidamente convêm situar a nossa tendência e voto em duas questões que são fundamentais até para análise de outro tipo de propostas. Nós abstivemo-nos porque pomos muito em causa este tipo de empresas que têm a lógica da retirada do serviço público e entregar à iniciativa privada. Nós entendemos que na nossa região devemos ter um forte investimento público, não é? Porque a dita iniciativa privada não são depois as pequenas empresas locais, são as multinacionais que vêm e que abocanham, não é? E nós, e as pequenas empresas são meros assalariantes dessas empresas. Portanto nós somos frontalmente contra isto tipo de lógica.

----- E depois há uma outra questão, é a questão do não aproveitamento dos recursos nomeadamente técnicos e humanos que existem no próprio Município, que são desaproveitados. Obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Obrigado Sr. Deputado.

----- Passamos então agora ao ponto

4.2.2- AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA NAS INSTALAÇÕES MUNICIPAIS PARA O ANO DE 2011 – CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL.....

.....Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal e previamente distribuída pelos membros.....

I - CERTIDÃO

MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Directora do Departamento de Administração Geral e Gestão Financeira do Município de Bragança:

Certifica que na Acta da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia catorze de Junho do ano de dois mil e dez, aprovada em minuta, e com a presença dos Srs., Presidente, António Jorge Nunes e Vereadores, Maria Salomé Vidal Rodrigues Mina, Rui Afonso Cepeda Caseiro, Humberto Francisco da Rocha, Maria de Fátima Gomes Fernandes,

José Leonel Branco Afonso e Hernâni Dinis Venâncio Dias, se encontra uma deliberação do seguinte teor:

“AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA NAS INSTALAÇÕES MUNICIPAIS PARA O ANO DE 2011 – CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL

Pela Divisão Financeira foi presente, a seguinte proposta, para Abertura de Procedimento Concursal, aprovação do Caderno de Encargos e do Programa de Concurso, relativos à aquisição de serviços de Segurança e Vigilância nas Instalações Municipais para o ano de 2011.

Tornando-se necessário proceder à aquisição dos serviços acima referidos e uma vez que o valor estimado da despesa a efectuar é de cerca de 304 000,00€ (trezentos e quatro mil euros) por ano, acrescido de IVA à taxa legal em vigor;

Considerando que o contrato pode ser objecto de renovação por sucessivos períodos de um ano, até ao limite máximo de 3 anos, se não for denunciado, por qualquer das partes, o valor global estimado da despesa a efectuar para o referido período é de cerca de 912 000,00€ (novecentos e doze mil euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

Face ao valor, e, considerando que a situação se enquadra na alínea b) do n.º 1 do artigo 16.º e artigo 18.º, ambos do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, solicita-se autorização para se proceder à Abertura de Concurso Público, a aprovação, do Programa de Concurso e do Caderno de Encargos, bem como a aprovação da proposta do respectivo Júri.

De acordo com o disposto no artigo 67.º do Código dos Contratos Públicos, torna-se necessário proceder à designação do Júri, que procederá à realização de todas as operações inerentes ao procedimento.

Para o efeito, propõe-se que o Júri tenha a seguinte constituição:

Membros efectivos

- Rui Afonso Cepeda Caseiro, Vice-Presidente da Câmara Municipal, que presidirá;
- Luísa Maria Parreira Barata, Chefe da Divisão Administrativa;
- Orlando António Sousa Gomes, Chefe da Divisão de Transportes e Energia.

Membros suplentes:

- Hernâni Dinis Venâncio Dias, Vereador em regime de Tempo Inteiro, que substituirá o Presidente do Júri nas suas faltas e impedimentos;

- Sílvia Maria dos Santos Couto Gonçalves Nogueiro, Chefe da Divisão

Financeira.

Nos termos do artigo 147.º do CCP, o Júri procederá à realização da audiência prévia dos concorrentes, salvo se for decidido que a mesma se realize ou que seja dispensada ao abrigo do artigo 103.º do Código do Procedimento Administrativo.

Informa-se que, de acordo com o preceituado nas alíneas a) e b) do n.º 1 e no n.º 6, ambos do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de Junho e considerando que, os encargos excedem o limite de 100 000,00 € em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e que, este Município é uma das entidades referidas na alínea d) do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de Junho, é da competência da Assembleia Municipal autorizar a abertura de procedimento e a respectiva despesa

Solicita-se ainda que, nos termos previstos no n.º 1 do artigo 109.º, conjugado com o n.º 2 do artigo 69.º, ambos do Código de Contratos Públicos, que a Assembleia Municipal, delegue no Júri do procedimento a realização da audiência escrita dos concorrentes (Audiência Prévia).

Mais se solicita, ainda, à Assembleia Municipal que delegue na Câmara Municipal a adjudicação definitiva do procedimento concursal.

Em face do que antecede, solicita-se à Assembleia Municipal, que delibere no sentido de aprovar a abertura do procedimento, bem como aprovar o Caderno de Encargos, o Programa de Concurso e a constituição do respectivo Júri.

Mais se solicita à Assembleia Municipal que, ao abrigo do preceituado no n.º 1 do artigo 109.º, conjugado com o disposto no n.º 2 do artigo 69.º, ambos do Código dos Contratos Públicos, que delegue no Júri do procedimento a realização da audiência escrita dos concorrentes (Audiência prévia).

Solicita-se ainda que, Assembleia Municipal delegue na Câmara Municipal a adjudicação definitiva do presente procedimento concursal.

A presente contratação de serviços carecerá, tratando-se de despesa corrente de dotação financeira no orçamento de 2011.

Tal despesa estará inscrita na rubrica do orçamento da despesa 020202 – Segurança e vigilância para o ano de 2011.

Após análise e discussão, foi deliberado, por unanimidade, aprovar a presente proposta.

Mais foi deliberado, por unanimidade, submeter à autorização da Assembleia Municipal, a abertura do referido Concurso Público com Publicidade Internacional, a aprovação do Programa de Concurso, Caderno de Encargos, bem como a aprovação da constituição do respectivo Júri, nos termos do previsto na alínea f) do artigo 14.º da Lei Preambular do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, conjugado com os n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º, ambos do Decreto-Lei n.º 197/1999, de 8 de Junho.”

Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

Bragança e Paços do Município, 14 de Junho de 2010.

a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier

II - ANEXOS: PROGRAMA DE CONCURSO E CADERNO DE ENCARGOS

----- **Presidente da Mesa** - Sr. Vice Presidente, por favor faça a sua exposição de esclarecimento aos Srs. Deputados.

----- **Vice Presidente** – Muito obrigado, Sr. Presidente.....

----- Trata-se também de colocar à aprovação da digníssima Assembleia abertura deste procedimento tendo em vista a aquisição de Serviços de Segurança e Vigilância nas Instalações municipais para o ano de dois mil e onze, com máximo até três anos, com envolvimento financeiro previsto de novecentos e doze mil euros para os três anos com renovação anual.

----- Não é mais do que fazer a contratação dos serviços que neste momento estão a ser também praticados por empresas externas, são empresas de segurança, neste momento estão duas empresas a trabalhar no Município, uma é na maioria das instalações municipais, e uma no Centro de Arte Contemporânea.

----- Como terminam o seu contrato no final do ano, propomos a abertura de um procedimento para que se possa iniciar no início do ano com a segurança e vigilância nestes edifícios. Contempla precisamente os mesmos, os mesmos horários, o valor também é o mesmo, de base, que está a ser praticado neste momento. É só.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado pelo esclarecimento, Sr. Vice Presidente.

----- A Mesa solicita aos excelentíssimos senhores deputados que pretendam fazer a sua inscrição para o pedido de esclarecimentos. Não se registando pedidos de esclarecimentos dos senhores deputados, a Mesa solicita um esclarecimento à Câmara, no sentido da verificação do número da página dez de onze, da agenda que foi distribuída aos senhores deputados, na tabela que diz respeito a esta matéria da Segurança, diz ao fundo, Nota: A base reporta-se ao ano de dois mil e onze, deve ser provavelmente para corrigir para o ano de dois mil e dez, ou dois mil e nove!

----- -

----- **Presidente da Mesa** - Dois mil e dez. Pronto. É só então, pedido de esclarecimento para podermos dar indicação aos serviços para a devida correcção.

----- Pedidos para intervenção sobre esta matéria? Não se registam pedidos intervenção, pelo que vamos colocar à votação.....

-----Após análise e discussão foi a mesma proposta submetida a votação, tendo sido aprovada, por maioria qualificada, com zero votos contra, quinze abstenções e cinquenta e cinco votos a favor, estando momentaneamente setenta membros presentes.....

----- Presidente da Mesa – Declarações de voto? Não há declarações de voto.

----- Passamos então para o ponto seguinte

4.2.3- AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES PARA O ANO LECTIVO 2010/2011 – CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL.....

.....Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal e previamente distribuída pelos membros.....

I - CERTIDÃO

MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Directora do Departamento de Administração Geral e Gestão Financeira do Município de Bragança:

Certifica que na Acta da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia catorze de Junho do ano de dois mil e dez, aprovada em minuta, e com a presença dos Srs., Presidente, António Jorge Nunes e Vereadores, Maria Salomé Vidal Rodrigues Mina, Rui Afonso Cepeda Caseiro, Humberto Francisco da Rocha, Maria de Fátima Gomes Fernandes, José Leonel Branco Afonso e Hernâni Dinis Venâncio Dias, se encontra uma deliberação do seguinte teor:

“AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES PARA O ANO LECTIVO 2010/2011 – CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL

Pelo Departamento Sócio Cultural foi presente a seguinte proposta, para Abertura de Procedimento Concursal, aprovação do Caderno de Encargos e do Programa de Concurso, relativos à aquisição de serviços, para fornecimento de refeições, aos alunos que irão frequentar no ano lectivo 2010/2011, os seguintes Estabelecimentos de Ensino: Jardim de Infância de Santiago; Jardim de Infância de Gimonde; Jardim de Infância de Salsas; Jardim de Infância de Parada; Jardim de Infância de Coelhooso; Jardim de Infância de Santa Comba de Rossas; Jardim de Infância de Rebordãos; Jardim de Infância Centro Escolar da Sé; Jardim de Infância Centro Escolar de Santa Maria; Escola EB1 do Campo Redondo; Escola EB1 dos Formarigos; Escola EB1 das Cantarias; Escola EB1 Artur Mirandela; Escola EB1 Samil; Escola

EB1 Espinhosela; Escola EB1 Quintanilha; Escola EB1 Rebordãos; Escola EB1 Zoio; Escola EB1 Parada; Escola EB1 Salsas; Escola EB1 Santa Comba de Rossas; Escola EB1 Centro Escolar da Sé; Escola EB1 Centro Escolar de Santa Maria.

Considerando que:

- N.º de dias Pré-escolar (estimado): 1.710
- N.º de dias 1.º ciclo (estimado): 2.450
- N.º de refeições Pré-escolar (estimado): 39.900
- N.º de refeições 1.º ciclo (estimado): 133.175
- N.º de alunos abrangidos Pré-escolar (estimado): 210
- N.º de alunos abrangidos 1.º ciclo (estimado): 761
- Preço por refeição (estimado): 1,85€;

Torna-se necessário proceder à aquisição dos serviços acima referidos, uma vez que o valor estimado da despesa a efectuar é de 320.188,75 €, reportando-se o montante de 118.559,10 € ao ano de 2010 e o montante de 201.629,65 € ao ano de 2011. A estes valores é acrescido o IVA à taxa legal em vigor.

Face ao valor, e, considerando que a situação se enquadra na alínea b) do n.º 1 do artigo 16.º e artigo 18.º, ambos do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, solicita-se autorização para se proceder à Abertura de Concurso Público, a aprovação, do Programa de Concurso e do Caderno de Encargos, bem como a aprovação da proposta do respectivo Júri.

De acordo com o disposto no artigo 67.º do referido diploma legal, torna-se necessário proceder à designação do Júri que procederá à realização de todas as operações inerentes ao procedimento.

Para o efeito, propõe-se que o Júri tenha a seguinte constituição:

Membros efectivos

- Maria de Fátima Fernandes, Vereadora em regime de Tempo Inteiro, que presidirá;
- Sílvia Maria dos Santos Couto Gonçalves Nogueiro, Chefe da Divisão Financeira;
- João Paulo Esteves Lopes, Técnico Superior.

Membros suplentes

- Rui Afonso Cepeda Caseiro, Vice-Presidente da Câmara Municipal, que substituirá o Presidente do Júri nas suas faltas e impedimentos;
- Isidro Carlos Pereira Rodrigues, Técnico Superior.

Nos termos do artigo 147.º do Código dos Contratos Públicos, o Júri procederá à realização da audiência prévia dos concorrentes, salvo se for decidido que a mesma se realize ou que seja dispensada ao abrigo do artigo 103.º do Código do Procedimento Administrativo.

Informa-se que, de acordo com o preceituado nas alíneas a) e b) do n.ºs 1 e 6, ambos do artigo 22.º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de Junho e considerando que, os encargos excedem o limite de 100 000,00 € em cada um dos anos económicos seguintes ao da contratação e que, este Município é uma das entidades referidas na alínea d) do artigo 2.º do referido Diploma, é da competência da Assembleia Municipal autorizar a abertura de procedimento e a respectiva despesa.

Solicita-se ainda que, nos termos previstos no n.º 1 do artigo 109.º, conjugado com o n.º 2 do artigo 69.º, ambos do Código de Contratos Públicos, que a Assembleia Municipal, delegue no Júri do procedimento a realização da audiência escrita dos concorrentes (Audiência Prévia).

Mais se solicita, ainda, à Assembleia Municipal que delegue na Câmara Municipal a adjudicação definitiva do procedimento concursal.

Em face do que antecede, solicita-se autorização para Abertura de Procedimento, bem como aprovação do Caderno de Encargos, Programa de Concurso e a constituição do respectivo Júri.

Após análise e discussão, foi deliberado, por unanimidade, aprovar a presente proposta.

Mais foi deliberado, por unanimidade, submeter à autorização da Assembleia Municipal, a abertura do referido Concurso Público com Publicidade Internacional, a aprovação do Programa de Concurso, Caderno de Encargos, bem como a aprovação da constituição do respectivo Júri, nos termos do previsto na alínea f) do artigo 14.º da Lei Preambular do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, conjugado com os n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º, ambos do Decreto-Lei n.º 197/1999, de 8 de Junho.”

Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

Bragança e Paços do Município, 14 de Junho 2010.

a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier

II – ANEXOS: PROGRAMA DE CONCURSO E CADERNO DE ENCARGOS

----- **Presidente da Mesa** – Dando, a Mesa, a palavra à Excelentíssima Câmara, na pessoa do Sr. Vice Presidente, para prestar os esclarecimentos necessários sobre essa matéria.....

----- **Vice Presidente** - Muito obrigado Sr. Presidente. O que está pedido e apresentado para aprovação - aquisição de serviços para fornecimento de refeições para o ano lectivo 2010/2011 - o montante envolvido é de cerca de trezentos e vinte mil euros, o concurso é aberto tendo por base os elementos últimos, deste ano em curso, que envolvem novecentos e setenta e um alunos e o preço base de refeição, também estimado, é o que actualmente é praticado, de um vírgula oitenta e cinco euros. Essa é a base, tudo que houver de alterações no decurso do concurso à posteriori estão também contempladas no caderno de Encargos, de forma a que possa haver ajustamentos em função mesmo do número concreto de alunos que vão beneficiar do apoio de refeições.....

----- Se houver mais algum esclarecimento, depois presto-o.

----- **Presidente da Mesa** - Muito obrigado, Sr. Vice Presidente.....

----- Pedidos de esclarecimentos? Pedidos de inscrição para intervenções? Vamos passar à votação.....

----- **Após análise e discussão foi a mesma proposta submetida a votação, tendo sido aprovada, por maioria qualificada, com zero votos contra, catorze abstenções e cinquenta e quatro votos a favor, estando momentaneamente sessenta e oito membros presentes.**

----- **Presidente da Mesa** – Declarações de voto? É registada um pedido para declaração de voto, do Sr. deputado do CDS/PP, Egídio Frias. Tem a palavra.....

----- **Egídio Frias** – Senhores deputados, assistimos hoje, aqui, à apresentação de três propostas para procedimentos concursais de nível internacional. O sentido de voto do CDS foi a abstenção porque entendemos que estes serviços, sim, podem e devem ser potenciados pela iniciativa privada, simplesmente achamos que é um propósito da Câmara Municipal também dinamizar, em termos comerciais, industriais, o Concelho onde se insere. E julgo que para dar, obviamente, resposta a este tipo de concurso internacional é a própria dimensão envolvida, dele, mas achava que a própria Câmara deveria ter, em tempo útil, potenciado que houvesse concorrentes locais a dar resposta a esta situação. Lamentavelmente não tenho conhecimento que a Câmara tivesse exercido algum poder, ou algum dinamismo, ou alguma diligência no sentido de potenciar em presas locais que também pudessem dar resposta, nomeadamente através da sensibilização quer do NERBA, quer da própria Associação Comercial. Obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Avançamos, então, para o último ponto da agenda

PONTO 4.2.4- ADESÃO À ASSOCIAÇÃO “AMIGOS DE PEDRO E INÊS”

.....Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal e previamente distribuída pelos membros.....

CERTIDÃO

MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Directora do Departamento de Administração Geral e Gestão Financeira do Município de Bragança:

Certifica que na Acta da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia catorze de Junho do ano de dois mil e dez, aprovada em minuta, e com a presença dos Srs., Presidente, António Jorge Nunes e Vereadores, Maria Salomé Vidal Rodrigues Mina, Rui Afonso Cepeda Caseiro, Humberto Francisco da Rocha, Maria de Fátima Gomes Fernandes, José Leonel Branco Afonso e Hernâni Dinis Venâncio Dias, se encontra uma deliberação do seguinte teor:

“ADESÃO À ASSOCIAÇÃO “AMIGOS DE PEDRO E INÊS”

Pela Directora do Departamento de Administração Geral e Gestão Financeira foi presente a proposta de Adesão deste Município à Associação “Amigos de Pedro e Inês”, bem como a proposta de aprovação dos respectivos Estatutos.

Nota justificativa

A Associação tem a sua sede na Delegação Regional da Cultura em Coimbra, podendo abrir delegações em locais a indicar, e tem por objecto a divulgação, da história, da cultura e da arte, relacionados com a temática Inesiana.

A actividade da Associação consiste em fomentar o interesse do mecenato, intervir junto dos órgãos competentes da Administração Central, Regional e Local na defesa dos seus interesses, bem como promover e organizar cursos, colóquios, palestras, seminários, estudos e eventos culturais e ainda, cooperar com outras entidades sempre que da acção comum possam resultar benefícios, mediante a celebração de protocolos.

Assim, propõe-se que ao abrigo da alínea a) do n.º 6 do artigo 64.º, e para efeitos do previsto na alínea m) do n.º 2 do artigo 53.º, ambos da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na

redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a adesão deste Município à referida Associação, bem como a aprovação dos respectivos Estatutos que a seguir se transcrevem;

“ESTATUTOS DA ASSOCIAÇÃO “AMIGOS DE PEDRO E INÊS”

Constituição, Denominação, Sede e Objecto da Associação:

Artigo 1.º

(Denominação, natureza jurídica, sede e duração)

A Associação “Amigos de Pedro e Inês”, adiante designada por Associação, é uma pessoa colectiva de fim não lucrativo, tem a sua sede na Delegação Regional da Cultura do Centro do Ministério da Cultura, sita na Rua Gomes Freire, n.º 28, em Coimbra, podendo abrir delegações em locais a indicar, e durará por tempo indeterminado.

Artigo 2.º

(Objecto)

A Associação tem por objecto a divulgação da história, da cultura e da arte relacionadas com a temática Inesiana.

Artigo 3.º

(Formas de actividade)

Para prossecução do seu objecto, deve a Associação:

- a) Fomentar o interesse do mecenato e outras entidades na concessão de donativos e subsídios pelas suas actividades;
- b) Intervir junto dos órgãos competentes da Administração Central, Regional e Local na defesa dos seus interesses;
- c) Promover e organizar cursos, colóquios, palestras, seminários, estudos e eventos culturais relacionados com o seu objecto;
- d) Patrocinar, divulgar e colaborar em publicações de interesse para a concretização do seu objecto;
- e) Cooperar com outras entidades sempre que da acção comum possam resultar benefícios, mediante a celebração de protocolos;
- f) Desenvolver as demais actividades que possam contribuir para a realização do seu objecto.

Artigo 4.º

(Comissões)

1. Para efeitos do disposto nas alíneas a) e c) do artigo anterior, poderão ser criadas comissões.

2. As comissões serão nomeadas pela Direcção e terão, sempre, um número ímpar de membros;

3. O mandato das comissões caduca com o fim do mandato da Direcção que as nomeou ou com a concretização dos objectivos para que foram criadas.

Capítulo II – Dos Associados

Artigo 5.º

(Categorias de associados)

Os associados são em número ilimitado, integrando as seguintes categorias:

- a) Associados efectivos;
- b) Associados auxiliares;
- c) Associados honorários.

Artigo 6.º

(Associados efectivos)

São associados efectivos as pessoas colectivas, bem como as pessoas singulares maiores de dezoito anos, que sejam propostas e aceites nos termos do artigo 9.º e paguem quota.

Artigo 7.º

(Associados auxiliares)

1. São associados auxiliares as pessoas propostas e aceites nos termos do artigo 9.º, que disponham de especial qualificação para colaborar na prossecução dos fins da Associação.

2. Os associados auxiliares, em virtude da sua especial qualificação ou da sua natureza, podem, mediante deliberação da Direcção, ficar isentos do pagamento de quota.

Artigo 8.º

(Associados honorários)

1. São associados honorários todos os que a Associação entenda distinguir por serviços relevantes prestados àquela ou aos fins que ela prossegue, desde que sejam aceites pela Assembleia-geral, mediante proposta da Direcção.

2. Por virtude da sua natureza, os associados honorários estão isentos do pagamento

de quota.

Artigo 9.º

(Condições de admissão)

1. A admissão dos associados efectivos e auxiliares é da competência da Direcção e processa-se do seguinte modo:

a) Apresentação de uma proposta subscrita por um membro da Direcção e pelo proposto;

b) Afixação da proposta referida na alínea anterior, por iniciativa da Direcção, pelo prazo mínimo de dez dias em local acessível aos associados, para efeito de eventuais reclamações, que serão obrigatoriamente apresentadas por escrito;

c) Deliberação da Direcção sobre a proposta apresentada, na sua primeira reunião após o decurso do prazo referido na alínea a);

2. A deliberação referida na alínea c) do número anterior deverá ser fundamentada no caso de indeferimento e ainda caso se verifique a existência de reclamações.

Artigo 10.º

(Eleição de associados honorários)

Os associados honorários são eleitos mediante deliberação da Assembleia-geral, sob proposta fundamentada da Direcção ou de um número de associados não inferior a cinco.

Artigo 11.º

(Perda da qualidade de associado)

1. Perdem a qualidade de associados efectivos todos aqueles que:

a) Pedirem a exoneração à Direcção;

b) Deixem de pagar as quotas por mais de um ano;

c) Forem punidos com a pena de expulsão.

2. É aplicável aos associados auxiliares e aos associados honorários o disposto nas alíneas a) e c) do número anterior.

Capítulo III – Dos Direitos e Deveres dos Associados

Artigo 12.º

(Direitos dos associados)

1. São direitos dos associados efectivos:

a) Eleger e ser eleitos para qualquer órgão da associação, nos termos previstos nestes

estatutos;

b) Tomar parte activa na Assembleia-geral, apresentando propostas, discutindo e votando os pontos constantes na ordem de trabalhos;

c) Requerer a convocação da Assembleia-geral, nos termos previstos nestes estatutos;

d) Exigir dos restantes órgãos esclarecimentos sobre a sua actividade, nos termos dos presentes estatutos;

e) Recorrer das sanções aplicadas pela Direcção por infracção aos estatutos ou regulamentos internos;

f) Associar a sua imagem à da Associação;

g) Propor aos órgãos competentes da Associação as iniciativas que julguem adequadas ou convenientes à prossecução dos seus objectivos e fins;

h) Beneficiar das regalias que a Associação obtiver para os seus associados e participar nas iniciativas levadas a cabo por esta.

2. São direitos dos associados honorários e dos associados auxiliares os constantes nas alíneas e), f), g) e h) do número anterior.

Artigo 13.º

(Deveres dos associados)

1. São deveres dos associados efectivos:

a) Contribuir para a prossecução dos fins da Associação;

b) Respeitar e cumprir os estatutos, regulamentos e deliberações dos órgãos da Associação;

c) Tomar parte na Assembleia-geral;

d) Aceitar e exercer os cargos dos órgãos da Associação para os quais tenham sido eleitos, salvo motivo justificado de escusa;

e) Participar e colaborar, em geral, em actividades da Associação, desempenhando as tarefas que lhes competir;

f) Contribuir para a manutenção da Associação, mediante o pagamento pontual dos encargos financeiros da sua responsabilidade, nomeadamente a jóia de admissão e quotas mensais;

g) Contribuir, por todas as formas ao seu alcance, para o bom nome e prestígio da Associação e para a eficácia da sua acção.

2. O disposto nas alíneas a), b), c), e), f) e g) do número anterior é aplicável aos

associados honorários e aos associados auxiliares, com as devidas adaptações.

3. As pessoas colectivas exercem os seus direitos de associados através de um representante, o qual deve ser membro do órgão executivo daquelas.

Capítulo IV – Da Eleição, Composição e Funcionamento dos Órgãos Sociais

Secção I – Disposições Gerais

Artigo 14.º

(Órgãos)

São órgãos da Associação a Assembleia-geral, a Direcção e o Conselho Fiscal.

Artigo 15.º

(Deliberações)

1. Salvo disposição especial, as deliberações dos órgãos sociais são tomadas por maioria simples dos votos dos associados efectivos.

2. Ao Presidente de cada órgão é atribuído o voto qualificado de desempate.

3. As deliberações deverão constar de acta, assinada por todos os membros dos corpos electivos.

Artigo 16.º

(Eleições)

1. Os membros da mesa da Assembleia-geral, da Direcção e do Conselho Fiscal são eleitos por períodos de dois anos.

2. Só poderão candidatar-se às eleições os associados efectivos que se encontrem no pleno uso dos seus direitos associativos e estejam inscritos há mais de seis meses.

3. A apresentação de listas deverá ser feita por um mínimo de dez por cento dos associados efectivos e abrange obrigatoriamente todos os corpos electivos dos vários órgãos.

4. Na falta ou insuficiência de associados efectivos para preencher todos os cargos dos órgãos sociais ou por razões de conveniência, poderão ser propostos associados auxiliares.

5. As eleições para os órgãos sociais serão feitas por escrutínio directo e secreto, em listas separadas, nas quais se especificarão os cargos a desempenhar.

6. Serão eleitos dois suplentes, que só assumirão funções nas faltas e impedimentos

prolongados dos membros efectivos, salvo no caso do Presidente, que será sempre substituído pelo Vice-Presidente.

7. As listas serão apresentadas até ao vigésimo dia anterior à data marcada para as eleições, dirigidas ao Presidente da Mesa da Assembleia-geral.

Secção II - Da Assembleia Geral

Artigo 17.º

(Composição)

A Assembleia-geral é constituída por todos os associados no pleno gozo dos seus direitos associativos.

Artigo 18.º

(Mesa da Assembleia Geral)

1. A mesa da Assembleia é constituída por Presidente, Vice-Presidente e Secretário.
2. Em caso de falta de algum ou alguns dos membros eleitos para a Mesa, a Assembleia tem a faculdade de designar, de entre os associados presentes, os necessários para a constituir.

Artigo 19.º

(Competências da Assembleia Geral)

1. A Assembleia-geral pode deliberar sobre todos os assuntos que lhe sejam submetidos, sendo da sua exclusiva competência:
 - a) Determinar as grandes linhas de orientação estratégica da Associação;
 - b) Fiscalizar o cumprimento dos presentes Estatutos e suprir os casos omissos, no respeito pelas normas legais e regulamentares aplicáveis;
 - c) Eleger e destituir a respectiva Mesa, a Direcção e o Conselho Fiscal;
 - d) Apreciar e votar o orçamento e o plano de actividades para o exercício do ano seguinte;
 - e) Aprovar o relatório de contas apresentado anualmente pela Direcção;
 - f) Autorizar a Direcção a contratar empréstimos e a prestar garantias;
 - g) Apreciar e deliberar sobre os recursos que os associados para ela interponham de actos da Direcção;
 - h) Fixar o valor da jóias de admissão, quotas e outras participações a pagar pelos associados;

i) Pronunciar-se e deliberar sobre todos os assuntos que respeitem aos associados e que constem da respectiva ordem de trabalhos;

j) Aprovar e alterar os estatutos e regulamentos internos;

k) Estabelecer o local da Sede da Associação.

2. O Presidente da Mesa poderá tomar parte, por direito próprio, nas reuniões da Direcção, sem direito a voto.

Artigo 20.º

(Reuniões ordinárias e extraordinárias da Assembleia Geral)

1. A Assembleia Geral reúne sempre que convocada pela Direcção, pelo Conselho Fiscal ou por, pelo menos, um quinto dos associados, e, obrigatoriamente, uma vez por ano, até 31 de Março, para apreciação e aprovação do relatório e contas da Direcção e parecer do Conselho Fiscal.

2. A Assembleia Geral pode reunir em sessão extraordinária sempre que convocada pelo Presidente da Mesa ou por quem o substitua, por sua iniciativa, a pedido da Direcção ou do Conselho Fiscal ou ainda por requerimento escrito e fundamentado de um quinto dos associados efectivos.

Artigo 21.º

(Convocatórias)

1. As convocatórias para a Assembleia Geral ordinária são feitas mediante carta registada a emitir pelo Presidente da Mesa ou por quem o substitua, com a antecedência mínima de quinze dias úteis sobre a data marcada para a reunião, devendo ainda ser publicadas num jornal nacional e noutra regional.

2. As convocatórias para a Assembleia extraordinária seguem as formalidades previstas no número anterior e são feitas com a antecedência mínima de dez dias úteis.

3. A convocatória de qualquer Assembleia-geral deverá indicar o dia, a hora e o local onde se realizará, bem como a sua ordem de trabalhos.

4. Se à hora prevista na convocatória não estiver presente a maioria dos associados, decorrida meia hora depois da hora marcada pode a Assembleia deliberar por maioria de votos dos sócios presentes, desde que estes representem pelo menos um quinto dos associados efectivos.

Artigo 22.º

(Deliberações que exigem maioria qualificada)

As deliberações que digam respeito às matérias previstas nas alíneas j) e k) do artigo 19.º carecem de ser aprovadas por um mínimo de três quartos do número de associados efectivos presentes.

Artigo 23.º

(Impedimentos)

1. O associado não pode votar nas matérias em que haja conflito de interesses entre a Associação e ele, seu cônjuge ou pessoa com quem viva em regime de união de facto, ascendentes ou descendentes.

2. As deliberações tomadas com infracção ao disposto na alínea anterior são anuláveis se o voto do associado impedido for essencial à existência da maioria necessária.

Secção III – Da Direcção:

Artigo 24.º

(Composição da Direcção)

A Direcção da Associação é composta por cinco elementos: Presidente, Vice-Presidente, Secretário, Tesoureiro e Vogal.

Artigo 25.º

(Reuniões da Direcção)

1. A Direcção reúne obrigatoriamente uma vez por mês, sempre que convocada pelo seu Presidente ou por quem este designar, ou ainda a pedido de qualquer dos seus membros.

2. A convocatória é feita através de notificação pessoal ou carta registada com a antecedência mínima de cinco dias e a Direcção funcionará logo que esteja presente a maioria dos seus membros.

3. Da convocatória referida no número anterior deverá constar a data, hora, local e ordem dos trabalhos.

4. São dispensadas as formalidades previstas nos números 2 e 3 se a nova reunião tiver sido acordada em prévia reunião de Direcção, devendo todavia ser notificados os elementos que não hajam estado presentes.

5. A Direcção só poderá deliberar validamente se estiver reunida a maioria dos seus membros.

6. As deliberações da Direcção são tomadas verbalmente e lavradas em acta que,

depois de aprovada, será assinada pelos membros presentes.

Artigo 26.º

(Competências da Direcção)

Compete à Direcção:

- a) Gerir a Associação;
- b) Executar ou fazer cumprir as disposições estatutárias e regulamentares, assim como as deliberações da Assembleia-geral;
- c) Decidir dos pedidos de admissão de novos associados;
- d) Promover as actividades cuja prossecução constitui finalidade da Associação;
- e) Representar a Associação, em juízo ou fora dele;
- f) Elaborar o plano de actividades e o orçamento para o ano seguinte e submetê-los a apreciação e votação da Assembleia-geral;
- g) Elaborar o relatório de contas do exercício anterior e submetê-lo a apreciação e votação da Assembleia-geral;
- h) Apresentar à Assembleia-geral as propostas que julgar convenientes;
- i) Propor à Assembleia-geral alterações do valor da jóia de admissão, quotas e outras participações a que haja lugar;
- j) Criar, modificar e extinguir comissões ou grupos de trabalho, permanentes ou eventuais, definir os seus objectivos e atribuições e aprovar os respectivos regulamentos;
- k) Deliberar sobre quaisquer outras matérias, nos termos dos presentes estatutos e das demais normas legais aplicáveis.

Artigo 27.º

(Vinculação da Associação)

1. Os actos praticados pela Direcção, em nome da Associação, vinculam-na para com terceiros, nos termos do disposto nos números seguintes.
2. Para vincular a Associação são necessárias as assinaturas de pelo menos dois membros da Direcção, devendo ser uma do Presidente e, na sua falta ou impedimento, do Vice-Presidente.
3. No caso de documentos referentes a realização de despesas, uma das assinaturas terá de ser do Tesoureiro.
4. A Associação poderá igualmente vincular-se pela assinatura de procuradores

legalmente constituídos para a prática de acto certo e determinado.

Artigo 28.º

(Meios em caixa)

A Associação manterá em caixa apenas os meios indispensáveis à efectivação das despesas correntes ou à liquidação de compromissos imediatos que não possam ser satisfeitos por meio de cheque.

Secção IV – Conselho Fiscal

Artigo 29.º

(Composição)

O Conselho Fiscal é composto por um Presidente, um Vice-Presidente, um Secretário.

Artigo 30.º

(Competências)

1. Compete ao Conselho Fiscal:

- a) Fiscalizar a actuação da Administração;
- b) Verificar, quando o julgue conveniente e pela forma que entenda adequada, a regularidade da escrita, livros e documentos e a situação de tesouraria da Associação;
- c) Elaborar anualmente um relatório sobre a sua acção fiscalizadora e dar parecer sobre o relatório de contas apresentado pela Direcção e submetê-los a aprovação da Assembleia-geral;
- d) Emitir os pareceres que lhe forem solicitados pela Direcção;
- e) Exercer todas as competências que lhe sejam atribuídas pelos estatutos ou regulamentos.

2. O Presidente do Conselho Fiscal poderá tomar parte, por direito próprio, nas reuniões da Direcção, sem direito a voto.

Capítulo V – Do Regime Financeiro:

Artigo 31.º

(Exercício anual)

O exercício anual corresponde ao ano civil.

Artigo 32.º

(Receitas da Associação)

1. Constituem receitas da Associação:
 - a) O produto das jóias, quotizações mensais e outras comparticipações a pagar pelos associados;
 - b) O produto das assinaturas ou da venda de publicações editadas pela Associação;
 - c) O produto da publicidade porventura inserta nas publicações editadas;
 - d) Os resultados da realização de colóquios, eventos culturais ou outras iniciativas do género;
 - e) O rendimento de bens que lhe estejam afectos;
 - f) Os juros de dinheiros depositados;
 - g) Quaisquer outras que legalmente lhe possam ser atribuídas ou que venham a ser criadas ou cobradas em resultado de outras actividades.
2. A Associação pode doar parte das receitas que angariar ou parte dos seus resultados líquidos de cada ano não necessários às suas despesas correntes, mediante proposta da Direcção aprovada pela Assembleia-geral.

Capítulo VI – Disposições Transitórias e Finais

Artigo 33.º

(Comissão instaladora)

1. Até à eleição dos órgãos da Associação, será formada uma Comissão Instaladora, integrada pelos associados fundadores daquela.
2. São sócios fundadores aqueles que vão outorgar o acto de constituição da Associação.
3. À Comissão Instaladora compete praticar todos os actos necessários à constituição e gestão da Associação.
4. As primeiras eleições para os órgãos sociais terão lugar obrigatoriamente no prazo máximo de um ano após o acto de constituição referido no número 2.

Artigo 34.º

(Extinção, dissolução, liquidação e fusão)

1. A extinção ou dissolução da Associação, bem como a sua fusão com outra congénere será resolvida em Assembleia-geral, a qual deliberará sobre o destino dos bens.

2. A deliberação que decida a extinção, dissolução e liquidação de bens é tomada por maioria qualificada de três quartos dos sócios efectivos.

Artigo 35.º

(Dúvidas e casos omissos)

1. Para a resolução de qualquer omissão nos presentes estatutos atender-se-á, em primeiro lugar ao disposto nos artigos 157.º a 184.º do Código Civil em seguida, a deliberação que para o efeito seja tomada pela Direcção.

2. Das deliberações tomadas pela Direcção nos termos da parte final do número anterior, cabe recurso para a Assembleia-geral.

Após análise e discussão, foi deliberado, com 6 votos a favor dos Srs., Presidente, António Jorge Nunes e Vereadores, Rui Afonso Cepeda Caseiro, Humberto Francisco da Rocha, Maria de Fátima Gomes Fernandes, José Leonel Branco Afonso e Hernâni Dinis Venâncio Dias, e uma abstenção da Sra. Vereadora, Maria Salomé Vidal Rodrigues Mina, aprovar a referida proposta.

Mais foi deliberado, por unanimidade, nos termos da alínea a) do n.º 6 do artigo 64.º e para efeitos do previsto na alínea m) do n.º 2 do artigo 53.º ambos da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, submeter à autorização da Assembleia Municipal, a Adesão deste Município à Associação “Amigos de Pedro e Inês”, bem como a aprovação dos respectivos Estatutos,”

Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

Bragança e Paços do Município, 14 de Junho de 2010.

a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier

----- **Presidente da Mesa** – Sr. Vice Presidente, tem a palavra para os esclarecimentos necessários.....

----- **Vice Presidente** – Obrigado. Devo só dar uma nota muito breve relativamente à intervenção do Sr. Deputado do CDS/PP, que um dos concursos que foi já aqui aprovado, no que diz respeito à manutenção dos espaços verdes, há uma empresa local que presta serviços para a Câmara.

----- Relativamente à questão da Adesão à Associação de Pedro e Inês, o que se propõe é o voto favorável de adesão a esta Associação, que tem por objectivo promover e organizar

concursos, colóquios, palestras, seminários, estudos, eventos culturais, relacionados com o tema da Inês, penso que o Sr. Presidente da Junta de Santa Maria há bocado abordou este tema e dado o interesse que tem para Bragança em virtude de em termos de história nós estamos relacionados com o casamento de D. Pedro e D. Inês, cá em Bragança, existe essa Associação que foi criada, Associação esta que tem como associados a Câmara Municipal de Coimbra, a Câmara Municipal de Montemor - O- Novo, a Câmara Municipal de Alcobaça, a Direcção Regional de Cultura do Centro, a Câmara Municipal de Gaia, e fizeram também o convite à Câmara Municipal de Bragança se queria integrar esta Associação.

----- É uma Associação sem fundos lucrativos e devido à sua temática entende a Câmara que esta proposta faria sentido, já que é um tema que interessa a Bragança devido à história que nos caracteriza.

----- Penso que leram os estatutos.

----- **Presidente da Mesa** – Pedidos de esclarecimentos adicionais? Registamos um pedido de esclarecimentos do Sr. Deputado do CDS/PP, Egídio Frias, tem a palavra.

----- **Egídio Frias** – Obrigado, S. Presidente. Eu pretendia saber se hesitem e quais os montantes financeiros envolvidos nesta adesão. Pretendia saber, também, quais as perspectivas em termos de desenvolvimento turístico, se é possível, nesta altura, quantificar esse mesmo envolvimento e quais os resultados, obviamente, para Bragança. Muito obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Sr. Vice Presidente, pode prestar os esclarecimentos necessários?

----- **Vice Presidente** – A informação de que dispomos relativamente ao envolvimento financeiro, por parte do Município, contempla o pagamento do valor da quota, jóia, quota, penso que as duas coisas, será na ordem dos mil euros/ano.

----- Prevê esta Associação a criação do “Roteiro Inesiano”, no qual Bragança ficará incluída, é uma Associação jovem mas que tem como intenção ter uma actividade intensa, no sentido de promover turisticamente os locais que historicamente estão relacionados com a vida de Inês. Eu penso que é esse o nosso interesse.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Vice Presidente.

----- Feito o esclarecimento solicitado, pedidos para intervenções? Não há pedidos para intervenções. Passamos de imediato à votação.....

----- **Após análise e discussão foi a mesma proposta submetida a votação, tendo sido aprovada, por maioria qualificada, com zero votos contra, treze abstenções e cinquenta e nove votos a favor, estando momentaneamente setenta e dois membros presentes.....**

Presidente da Mesa – Declarações de voto? Não se registam declarações de voto, pelo que Excelentíssimos Senhores Deputados, Excelentíssimos Senhores Presidentes de Junta, Excelentíssima Câmara, damos os trabalhos, desta Assembleia Ordinária, como terminados. Boas férias a todos e até Setembro.

PRESENÇAS: Seguem-se as presenças e faltas dos membros que constituem a

A – Assembleia:

I – PRESENÇAS

PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA:

1 – Mesa:

Presidente – Luís Manuel Madureira Afonso

Primeiro Secretário – José Luís Baltazar

Segunda Secretária – Maria Madalena Morais Morgado

2 – Membros:

Adriana da Conceição Vilares Angélico

Amândio dos Anjos Gomes

Ana Cristina de Carvalho Alves Botelho

Anibal de Jesus Raimundo Morais

António Nuno Neves Alves

António Manuel Pereira

António Manuel Teixeira Batista

Armando José Pereira

Bruno José Fernandes Miranda

Domingos Moura dos Santos

Isabel Maria Lopes

João Paulo da Veiga Matos

Joaquim Eduardo Rodrigues Queirós

José Alberto Moutinho Moreno

Maria Teresa

Mário Francisco Gomes
Pedro Luís Esteves Fernandes
Rui Fernando Rodrigues Correia

PARTIDO SOCIALISTA

Alcídio Augusto Castanheira
Alzira Conceição Bento
Bruno Viriato Gonçalves Costa Veloso
Dinis Manuel Prata Costa
João Batista Ortega
Luís Filipe Pires Fernandes
Luís Manuel Silvestre
Manuel António Pires
Maria Celina da Silva Paula
Maria de Fátima Renovato Veloso
Marisa Rodrigues Gomes Alexandre
Vanda Marisa das Graças Espírito Santo
Vítor Prada Pereira

MOVIMENTO SEMPRE PRESENTE

Agostinho Gonçalves Esteves
Cristina Maria Rodrigues Afonso
José Fernando Cameirão
José João Martins Lourenço
Manuel Agostinho Pires Diz
Normando dos Santos Lima

COLIGAÇÃO DEMOCRATA UNITÁRIA

António Alberto Vaz Pereira Morais

BLOCO DE ESQUERDA

Luís Miguel Vale Fernandes Vale

CENTRO DEMOCRATICO SOCIAL/ PARTIDO POPULAR

Egídio José Coutinho Frias

PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA

Alfaião	João Adriano Rodrigues
Aveleda	José Carlos Fernando Valente
Babe	Alberto Manuel de Sousa Pais
Baçal	João Francisco Alves
Calvelhe	Ernesto Augusto Morgado Gomes
Carragosa	Jorge Augusto Ala
Carrazedo	César Luís Gonçalves
Castrelos	Henrique Manuel Pires (Substituto)
Castro Avelãs	José Vicente Fernandes
Coelhoso	Paulo Manuel Almeida da Veida
Deilão	Manuel Benites Inácio
Donai	Luís Aníbal Rodrigues Martins
Espinhosela	João David Condado Reis (Substituto)
Faiße	Gualter Dinis Gonçalves Garcia
França	Amândio dos Santos Costa
Gimonde	João Victor Alves
Gondesende	Anibal Gilberto Rodrigues Afonso
Gostei	Carolina de Jesus Fernandes
Grijo de Parada	Maria Helena Santos Branco
Izeda	Maria Rosa Galhardo Pinto Pires
Macedo	João Nascimento Fernandes
Mato	
Meixedo	Luís Urbano Gonçalves
Milhão	Raquel Grande Tomé
Mós	Anselmo Anibal Martins
Nogueira	José António Prada
Outeiro	João Manuel Dias Sardinha
Parada	Norberto dos Santos Costa
Paradinha	Domingos António Seca
Nova	
Parâmio	José Augusto Afonso
Pinela	António Jorge Brás Pires
	Afonso Augusto Pires Domingues

Pombares	
Quintela	Vitor Manuel Costa
Lampaças	
Rabal	Paulo Hermenegildo de Castro João
Rebordainhos	Albino Alves Rodrigues
Rebordãos	Adriano Augusto Correia Rodrigues
Rio de Onor	António José Preto
S. Pedro	António Carlos Sá
Salsas	Filipe Osório Caldas
Samil	Eduardo Joaquim Portela
Santa Maria	Jorge Manuel Esteves Oliveira Novo
São Julião	Elias dos Santos Vara
Palácios	
Serapicos	Armamdo Augusto Venâncio Miranda
Sortes	Juvêncio Alves de Carvalho
Zoio	Helder Jorge dos Santos

II – FALTAS

PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

Acúrcio Álvaro Pereira **(Justificada)**
 António Almeida Dionísio
 Carlos Abílio Moreno
 Martinho Eduardo Nascimento
 Vânia Alexandra Silva Rodrigues **(Justificada)**

PARTIDO SOCIALISTA

Fernando Jorge Loução Lima

PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA

Quintela Lampaças – Vítor Manuel Costa
 Rio Frio – Humberto Amândio Garcia **(Justificada)**
 Santa C. Rossas – Elídio Alexandre Morais
 Sé – Paulo Jorge Almendra Xavier **(Justificada)**
 Sendas – Dinis Augusto Dias Pinela

B- CÂMARA

PRESENCAS:

Presidente - António Jorge Nunes

Vereadores: Rui Afonso Cepeda Caseiro
Humberto Francisco da Rocha
Hernâni Dinis Venâncio Dias

----- Não havendo mais assuntos a tratar, foi encerrada a sessão cerca das dezoito horas e do que nela se passou se lavrou a presente acta que depois de achada conforme – vai ser aprovada na sexta sessão ordinária desta Assembleia Municipal a realizar em ___/___/2010 – vai ser assinada pelos membros que constituem a Mesa.

O Presidente, _____

O Primeiro Secretário _____

A Segunda Secretária _____

NOTAS:

- 1 - As páginas 101 a 170; 179 a 202 e 207 a 242 dizem respeito a anexos das certidões, os quais se encontram na Acta Original e que poderão ser consultados nos respectivos Serviços.
- 2 - Nas intervenções escritas apresentadas pelos membros, encontram-se, escritas a itálico, as informações adicionais que foram prestadas no decorrer da leitura das mesmas intervenções.